



**UNIVERSIDADE CATÓLICA DO SALVADOR**  
**Superintendência de Pesquisa e Pós-Graduação**  
**Mestrado em Políticas Sociais e Cidadania**

**CRISTIANE SILVA VILLA FLOR**

**APOSENTADORIA, TRABALHO E ENVELHECIMENTO:**  
**UM ESTUDO COM AS APOSENTADAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA**  
**SOCIAL EM FEIRA DE SANTANA-BA.**

**Salvador**  
**2013**

**CRISTIANE SILVA VILLA FLOR**

**APOSENTADORIA, TRABALHO E ENVELHECIMENTO:**

UM ESTUDO COM AS APOSENTADAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA  
SOCIAL EM FEIRA DE SANTANA-BA.

Dissertação apresentada à Superintendência de Pesquisa e Pós-Graduação da Universidade Católica do Salvador como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Políticas Sociais e Cidadania.

Orientação: Professora Doutora Josimara Delgado.

**Salvador  
2013**

UCSal. Sistema de Bibliotecas.

F632 Flor, Cristiane Silva Villa.

Aposentadoria, trabalho e envelhecimento: um estudo com as aposentadas do Regime Próprio de Previdência Social em Feira de Santana-BA/ Cristiane Silva Villa Flor. – Salvador, 2013.  
135 f.

Dissertação (Mestrado) - Universidade Católica do Salvador.  
Superintendência de Pesquisa e Pós-Graduação. Mestrado em Políticas Sociais e Cidadania.

Orientação: Profa. Dra. Josimara Aparecida Delgado.

1. Aposentadoria - Trabalho - Gênero 2. Envelhecimento - Trabalho  
3. Aposentadoria - Geração - Cultura I. Título.

CDU 364.465-053.9(813.8)

**TERMO DE APROVAÇÃO**

**CRISTIANE SILVA VILLA-FLOR**

**APOSENTADORIA, TRABALHO E ENVELHECIMENTO: UM ESTUDO COM  
AS APOSENTADAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DE FEIRA  
DE SANTANA-BA**

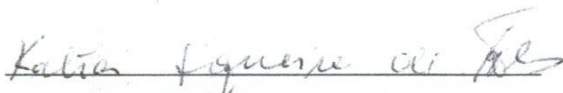
Dissertação aprovada como requisito parcial para obtenção do grau de mestre em Políticas  
Sociais e Cidadania da Universidade Católica do Salvador.

Salvador, 27 de agosto de 2013.

Banca Examinadora:



Profa. Dra. Josimara Aparecida Delgado – Orientadora – UFBA/UCSal



Profa. Dra. Kátia Siqueira de Freitas - UCSal



Profa. Dra. Márcia Santana Tavares - UFBA

Dedico este trabalho a minha família, especialmente a minha amada mãe, Helena, exemplo de mãe, de mulher, de professora e de cidadã. À minha amada avó, pelo incentivo diário e alegria constante. Aos irmãos, Fábio e André, pelo apoio fundamental na caminhada. E, a minha querida tia Lindinalva, pelo exemplo de determinação e carinho. Sou grata a todos. Amo vocês...

## AGRADECIMENTOS

Como não pensar no Ser que proporcionou a tranqüilidade, a confiança, a sabedoria, e, principalmente a Fé, nesta caminhada?. Como não agradecer a Deus pela Luz constante na Jornada, por vezes difíceis e cheia de surpresas?. Obrigado Deus, pelas mãos acolhedoras, pois sem elas a caminhada seria impossível.

A minha família, em especial as minhas tias, Zenilde, Nelma e Lindinalva, exemplos de mulheres aposentadas, que serviram de inspiração na elaboração deste projeto. Aos meus irmãos Fábio e André, pelo incentivo, amor, e apoio incondicional quando realizei a escolha desta caminhada. Devo confessar que a minha mãe foi à fonte que me inspirou para a pesquisa, pois seu exemplo de 40 anos de dedicação a docência, com ânimo, competência, compromisso me influenciou a acreditar em uma ideal de educação, mas, principalmente, que é possível concretizar o ideal. Sendo impossível não admirar tal profissão, a do magistério. E, a matriarca da família minha avó Zenith que, aos seus 93 anos de vida, aconselhou-me com sua sabedoria nos momentos de aflição... Sem vocês este sonho não seria possível. Amo todos vocês!

À estimada professora Josimara Delgado, pela presença dedicada, atenciosa, competente e tranqüila que me conduziu na caminhada acadêmica. Pela paciência, orientações valiosas, estas foram fundamentais para a realização da pesquisa. E, por apontar a possibilidade de outro caminho para a profissão de Assistente Social, o caminho como pesquisadora. Obrigada Josi!

As Professoras Doutoras, Kátia Siqueira e Márcia Tavares pelas contribuições e considerações apontadas no período da qualificação me auxiliaram no aperfeiçoamento do trabalho.

Aos professores do Mestrado em Políticas Sociais e Cidadania por mostrar as várias faces das Políticas Sociais e pelas contribuições acadêmicas valiosas.

Aos colegas e amigos da UCSAL, pelo incentivo na caminhada. Pelos amigos, que seria injusto citar apenas alguns nomes, mas devo ressaltar o amigo João Paulo, o apoio dele se tornou valioso para superação das dificuldades de locomoção, semanalmente, entre duas cidades para cursar o Mestrado. Sou grata pela sua disponibilidade e boa vontade.

Por fim, agradeço as mulheres aposentadas pelo Regime Próprio de Previdência Social, aposentadas representadas aqui pelas professoras que entrevistei. E, as pesquisadas, os meus mais sinceros agradecimentos pela coragem de narra suas vidas, suas trajetórias, como filhas, esposas, mães, professoras, aposentadas, e especialmente como mulheres. Mulheres incríveis, como vidas admiráveis, com relatos de luta, superação, conquista, dedicação, amor e transformação.

Às Mulheres poetisas, escritoras, filósofas, e, professoras. Admiráveis professoras... Grata pela experiência de vida marcante e singular.

“A coragem intelectual consiste em manter vivo e ativo esse instante do conhecimento nascente, em fazer dele a fonte inexaurível de nossa intuição e em desenhar, com a história subjetiva de nossos erros e equívocos, o modelo objetivo de uma vida melhor e mais clara”.

(Gaston Bachelard)



## RESUMO

### APOSENTADORIA, TRABALHO E ENVELHECIMENTO: UM ESTUDO COM AS APOSENTADAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DE FEIRA DE SANTANA-BA

A presente pesquisa teve como objetivo principal analisar o significado atribuído ao trabalho e a aposentadoria por mulheres, que são professoras e aposentadas pelo Regime Próprio de Previdência Social em Feira de Santana, Bahia. Como também, de maneira específica, perceber como elas (re) construíram sua identidade nesse momento que é, também, o da vivência do envelhecimento. Partindo destas questões principais, foi realizada a pesquisa em Feira de Santana, com as professoras aposentadas do Regime Próprio de Previdência Social (RPPS), o qual atende aos servidores públicos municipais. A pesquisa de campo adotou uma abordagem qualitativa, com o uso da entrevista e a técnica dos relatos orais. As entrevistas foram encerradas quando foi encontrado o “ponto de saturação”. Foram feitas cinco entrevistas. O sentido atribuído ao trabalho está inter-relacionado, ou inserido, em temas como classe social e diferenças sócio-culturais. Foi possível analisar também como estas mulheres, professoras-aposentadas, percebem a aposentadoria e qual o significado social atribuído por elas ao trabalho, este compreendido como momento singular e com traços bem peculiares.

Palavras-chave: Aposentadoria. Trabalho. Gênero. Geração. Envelhecimento.

## ABSTRACT

### RETIREMENT, LABOR AND AGING: A RESEARCH ON RETIRED FEMALE TEACHERS ATTENDED BY SOCIAL SECURITY IN FEIRA DE SANTANA

The main purpose of this work was to analyze the meaning assigned to work and retirement by women who are retired teachers on the Social Security system in Feira de Santana – Bahia, Brazil. More specifically this study was aimed at realizing how they rebuilt their identities in a period which is also concomitant with the experience of aging. Based on these key issues, the research was carried out in Feira de Santana on retired teachers attended by a specific Social Security retirement plan for the municipal civil servants. Qualitative approach was used in the field work which collected information via interviews and the use of oral reports as the main technique. The interviews were considered satisfactory complete when a ‘saturation point’ was reached, i.e. when the report of an interviewee confirmed the previous one and this corresponded to five narratives. The meaning assigned to work is interrelated or embedded on topics such as social class and sociocultural differences. It was also possible to analyze how these retired female teachers see their retirement and what is the social meaning given to the labor by them, their understanding of this singular moment and very peculiar traits.

**Keywords:** Retirement, women’s perspectives on work, gender, generation, aging.

## SUMÁRIO

<b>I INTRODUÇÃO .....</b>	<b>12</b>
<b>II DIMENSÕES TEÓRICAS DO ESTUDO .....</b>	<b>23</b>
2.1 GERAÇÃO, <i>HABITUS</i> E CULTURA .....	23
2.2 IDENTIDADE E ENVELHECIMENTO .....	30
2.3 TRABALHO, APOSENTADORIA E GÊNERO .....	42
2.3.1 Trabalho e aposentadoria em tempos de mudanças .....	42
2.3.2 O trabalho das mulheres e sua condição como aposentadas .....	49
2.4 RELATOS ORAIS .....	56
<b>III TRABALHO, APOSENTADORIA E VELHICE: Análise dos relatos das professoras aposentadas .....</b>	<b>60</b>
3.1 O percurso metodológico do trabalho .....	60
- <i>As depoentes</i> .....	63
3.2 As análises das histórias de vida .....	66
3.2.1 A mulher e o Magistério, o início da caminhada... ..	75
3.2.2 Trajetórias de Trabalho e os seus significados .....	83
3.2.3 Aposentadoria: o não-trabalho e a velhice .....	95
3.2.4 Velhice: algumas considerações .....	107
<b>IV CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>113</b>
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....</b>	<b>126</b>
<b>APÊNDICES .....</b>	<b>131</b>
APÊNDICE A – Roteiro de entrevista aplicado as professoras aposentadas .....	131
APÊNDICE B – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.....	134

## I INTRODUÇÃO

O tema geral do trabalho é o significado atribuído à aposentadoria, ao trabalho e ao envelhecimento por mulheres, que desenvolveram a profissão de professoras e, no atual momento de suas vidas encontram-se aposentadas pelo Regime Próprio de Previdência Social. O objetivo principal do trabalho foi analisar o sentido conferido ao trabalho, à aposentadoria, que na dissertação intitulei algumas vezes de não-trabalho, e a noção de envelhecimento na vida das professoras aposentadas, através de depoimentos orais sobre suas trajetórias de vida.

As mulheres que se tornaram fonte inspiradora de pesquisa pertencem ao círculo pessoal de minha genitora, que também é uma professora e aposentada. Esta escolha ocorreu devido à possibilidade de maior acesso às pesquisadas e à flexibilidade para as entrevistas. Fato que facilitou a pesquisa de campo e a efetividade da entrevista. Estas professoras estão em Feira de Santana, cidade do interior da Bahia, a aproximadamente 100 quilômetros de Salvador. Foram escolhidas por serem professoras e aposentadas, mas, também, por se encontrarem aposentadas há no mínimo três anos e no máximo oito anos, para que fosse possível perceber as distinções e semelhanças sobre os sentidos atribuídos por cada aposentada, com tempos diferentes de aposentadoria. Outro elemento para a escolha foi a aposentadoria por termo de contribuição e idade, e/ou proporcional. Excluí deste rol as aposentadas por invalidez e compulsória, aquelas aposentadorias que são obrigatórias aos 70 anos. Nesta perspectiva de um grupo definido de aposentadas, consegui perceber como este grupo também representa o envelhecimento.

Entre os fatores que motivaram este trabalho, confesso que a vivência profissional como Assistente Social do Regime Próprio de Previdência Social, atendendo aos servidores públicos municipais, foi o fator essencial na escolha da temática de pesquisa. O servidor, ao completar o tempo de serviço em alguns momentos procura o setor de Serviço Social, e este o encaminha ao setor de Aposentadoria e Benefícios para iniciar o processo de Aposentadoria por Tempo de Contribuição. Contudo, este percurso não é trilhado pelo servidor de maneira freqüente, pois em alguns momentos, o trabalhador procura o setor de aposentadoria inicialmente, para depois ser encaminhado ao Serviço Social. Ou seja, não é uma norma da Instituição que o servidor seja encaminhado ao Serviço Social antes de qualquer outro setor. O Serviço Social começou a funcionar na Instituição em 2008, período em que iniciei as

atividades como Assistente Social no Regime Próprio de Previdência. Contudo, ainda não há estatísticas de atendimentos registrados pelo setor de Aposentadoria, embora haja um fluxo semanal de servidores que buscam orientações, informações e encaminhamentos para a aposentadoria. E, foi durante estes atendimentos que surgiram as inquietações frente a esta realidade.

Destaco, primeiramente, os relatos feitos por estes servidores no atendimento realizado no Serviço Social desta Instituição. Observei, nestes atendimentos, especialmente dos servidores que aguardam a publicação da aposentadoria, uma apreensão e perplexidade frente a nova situação de aposentados, ou seja, com a experiência de desvinculação do trabalho. Nos atendimentos que realizei, um dos aspectos percebidos foi a recorrência, por parte dos aposentados, de depoimentos como: “que farei agora da minha vida sem trabalhar?”; “não sei o que vai ser daqui pra frente”; “e agora Assistente Social?”. Esses questionamentos me inquietaram, pois de certa forma, confrontaram-se com meu imaginário acerca da aposentadoria, pautado na ideia de que esse seria um momento comemorado e esperado, momento de fruição de um descanso remunerado, depois de uma longa jornada na lida diária do trabalho.

Do mesmo modo, foi percebido, nos atendimentos aos servidores públicos aposentados recentemente, um incômodo com a situação da aposentadoria, como se o trabalho preenchesse toda a vida do trabalhador e a aposentadoria fosse o “vazio”. Percebi de maneira inicial esta situação em frases como: “minha vida está horrível sem trabalhar”; “não faço nada da vida”; “não consigo ficar parada”. Estes atendimentos me levaram ao atual momento, de compreensão do sentido atribuído ao trabalho e aposentadoria, ou, não-trabalho, para esta parcela da população. Essa demonstração de angústia e aflição observada nos atendimentos invadiu o meu cotidiano profissional e, me lançar neste universo da pesquisa, para compreender o que de fato acontecia, foi o caminho que vislumbrei para refletir sobre a questão.

As inquietações geradas por estes atendimentos me levaram a iniciar uma pesquisa exploratória sobre o perfil desses servidores. O primeiro passo foi procurar o setor de Cadastro, que faz o registro da vida profissional do servidor. Neste lugar, tive acesso aos arquivos que contém informações, tanto dos aposentados mais recentes, quanto dos aposentados de longas datas. Foi possível manusear os arquivos e os documentos que lá se

encontravam. Nas fichas de cadastro, as informações encontradas estão relacionadas ao tempo de serviço, idade, função exercida, endereço, estado civil, filhos (se dependentes, ou seja, menores de 18 anos ou que apresentem alguma necessidade especial), naturalidade.

Com o intuito de compreender de maneira mais clara, mesmo que de forma inicial, o perfil dos aposentados, elaborei um breve formulário, a ser preenchido com base nos cadastros, o qual buscava informações como: idade, estado civil, função, tempo de serviço, número de filhos. Trabalhei a partir dos cadastros dos aposentados recentes, ou seja, com menos de um ano de aposentadoria. No momento posterior, ao estudar os formulários, buscando indicações, observei que o número de aposentadas era significativamente maior que o número de homens aposentados. E, uma função predominante exercida por estas mulheres era a de professora. Os homens, na maioria dos cadastros manuseados, exercem outras funções como: motoristas e serviços gerais. Essa pesquisa exploratória foi, então, fundamental para a compreensão de algumas questões. Por exemplo: percebi que existe um perfil heterogêneo de aposentados, mas que é muito significativo o número de mulheres que ocuparam o cargo de professoras. Neste sentido, notei também que uma questão presente nesse universo de trabalho e pesquisa diz respeito à relação dessas mulheres com o seu trabalho e com o fato de deixarem de trabalhar. Ou seja, parece-me que a identidade dessas professoras, sua relação com o trabalho e aposentadoria são questões centrais que perpassam o meu universo ocupacional, constituindo-se também em significativo objeto de pesquisa. A partir dessa delimitação, surgiram, então, algumas questões específicas: o que significa o trabalho para essas servidoras que se desvinculam da “vida produtiva”? .O que representa o não-trabalho para essas aposentadas? .Que perfil social possui essas trabalhadoras aposentadas? Que questões relativas à sua trajetória de gênero são significativas aí? Como aquelas mulheres que já se aposentaram há mais tempo, conseguiram lidar com esse “vazio”? . Estas foram algumas das inquietações que motivaram o início da caminhada na elaboração deste trabalho de pesquisa.

Ao mesmo tempo, o exame dos cadastros mostrou a existência de muitos perfis quanto ao tempo de aposentadoria. Como mencionei, em minhas observações iniciais, esse tempo me pareceu importante, pois identifiquei posturas de apreensão e desânimo entre recém-aposentados e entre os que esperavam a aposentadoria. Examinando os cadastros e vendo a grande quantidade de aposentados há muitos anos, questionei-me se, na vivência da

aposentadoria, esses aposentados não poderiam reconstruir essas percepções iniciais e refazerem sua forma de compreender o período de não trabalho, re-significando-o. Ou ainda: será que algumas pessoas conseguiram fazer esse processo de re-significação e outras não? Por quê? Que elementos interferem nesse processo: a idade, a família, as sociabilidades?

Colocar essa questão se justifica mediante a existência, hoje, de uma realidade que matiza de forma significativa a condição do aposentado e dos idosos, condições que, nas últimas décadas, passaram por significativas mudanças, no bojo das transformações do mundo do trabalho. Se o trabalho passa, cada vez mais, a ser atividade incerta e precária, modificando as formas de vínculo e o seu significado, a aposentadoria passa a ser representada por novas imagens sociais, tendendo a se desvincular da velhice e a ser enfrentado como período de novas descobertas, o que tem sido estimulado pelo mercado. Ao mesmo tempo, ela é questionada como direito, no contexto da propalada crise da Previdência. Ou seja, de antemão, pode-se pensar que o estudo de aposentadoria por meio da forma como grupos específicos de aposentados a vivenciam é significativo num contexto em que essa etapa não tem apenas uma única imagem social, mas se torna complexa, na medida em que se complexificam também as realidades do trabalho e do envelhecimento.

É importante fazer essa menção acerca da relação entre trabalho, velhice e aposentadoria, pois é aí que se encontra uma chave explicativa para a questão que trago para esse trabalho que, de um modo geral, relaciona o significado do trabalho, a aposentadoria e a idade, no contexto contemporâneo em que tal relação ganha novas feições.

O marco dessas mudanças é, sem dúvida, a própria transformação no mundo do trabalho. Esse processo vem se dando por meio do desmonte das políticas sociais públicas e, em especial, da Previdência Social, historicamente compreendida como uma política de Proteção Social dos trabalhadores, um direito social conquistado pelos trabalhadores e que situa o trabalhador na condição de cidadão. No Brasil, essa política se institui a partir da década de 1930 e possui duas características fundamentais, segundo Simões. A primeira característica é a de “promover a inclusão aos direitos sociais mediante o critério de inserção no mercado de trabalho”; e a segunda característica está ligada à relação entre os setores econômicos e o força de mobilização das categorias que lutavam por direitos, segundo Simões (2007).

No âmbito geral, inicialmente, a Previdência assegurava determinadas categorias profissionais que se encontravam “agrupadas em diversos institutos de aposentadorias e pensões” (SIMÕES, 2007, p.133). Contudo, em 1966, com a unificação do sistema com a criação do Instituto Nacional de Previdência Social, e com a sua separação em relação à Pasta do Trabalho, houve o rompimento do vínculo da “luta pelos benefícios e serviços previdenciários da luta sindical”, levando os aposentados a uma situação de “orfandade política”. Segundo o autor, este fato também ocasionou o declínio da influência e do poder de mobilização dos sindicatos nos institutos. Os sindicatos, por sua vez, voltaram-se apenas para as pessoas que desenvolviam atividades, ou seja, o trabalhador, deixando os aposentados entregues à sua própria sorte.

Atualmente, a conquista de direitos sociais resultantes da luta histórica dos trabalhadores, tem enfrentado graves problemas no contexto de flexibilização do trabalho, ou seja, da precarização das relações de trabalho. Sendo uma das estratégias do capital a desarticulação e desmonte da política social, conseqüentemente, o desmantelamento da Previdência tornou-se também uma estratégia do capital, difundindo ideologicamente a “inviabilidade de um sistema de Seguridade público e universal” (BRAGA, 2007). Apesar da definição constitucional de Previdência Social como política de Seguridade Social, “os rumos tomados foram distintos, ocorrendo a redução dos direitos previdenciários, redução do papel do Estado com os gastos sociais e a transferência para a iniciativa privada das atribuições da esfera pública” (BRAGA, 2007, p. 117).

Pensando especificamente na questão do trabalho no funcionalismo público, no final da década de 1990, o setor público passou pelo retrocesso do número de vagas disponíveis neste setor. Apesar das aposentadorias dos servidores públicos, estas vagas disponíveis não foram preenchidas devidamente, ou seja, preenchidas através de concursos públicos. Isto significa um enfraquecimento do trabalho vinculado ao serviço público, sendo relacionado a estes serviços o rótulo da ineficiência, dos gastos excessivos e de falência. Conseqüentemente, se o que é público não funciona, deve ser privatizado. Assim, as reformas administrativas e previdenciárias “se encaixam no requisito maior de contenção do gasto operacional, em meio à elevação do superávit primário, como norma de pagamento parcial dos juros do endividamento público” (POCHMANN, 2006, p.72).



Neste contexto de Previdência Social, encontramos o Regime Próprio de Previdência, conhecido como RPPS. Segundo Simões (2007, p. 156): “os servidores públicos, providos por concurso em cargo efetivo, filiam-se a regimes previdenciários próprios da administração pública”, previsto no Artigo 40 da Constituição Federal de 1988, que dispõe sobre os Regimes Próprios de Previdência. Na cidade de Feira de Santana, localizada a 107 km da capital baiana, o Regime foi criado pela Lei Municipal n. 1.693/93 e alterada pela Lei 1.802/95. Algumas das características do RPPS dizem respeito ao caráter contributivo, público, filiação obrigatória, administrado pela esfera pública municipal, visa a cobertura previdenciária aos servidores públicos municipais e seus dependentes, através de um conjunto de benefícios que atendam as finalidades estabelecidas na Lei Complementar n. 028 de Maio de 2006, que visa garantir meios de subsistência aos servidores públicos municipais nos eventos de invalidez, doença, acidente em serviço, velhice, inatividade, falecimento e reclusão; dispõe sobre a proteção à maternidade e à família.

A crise do sistema econômico capitalista influencia decisivamente no formato da Seguridade Social, ou seja, a Seguridade compreendida como Política Social. Esta influência tem rebatimentos na relação da aposentadoria com o trabalho. A crise e a nova roupagem do capitalismo ocasionam desestruturação das relações de trabalho, flexibilizando-se essa relação, impulsionando o trabalhador para a informalidade, fragilizando o trabalho e comprometendo também a Previdência Social e a aposentadoria. Nesse processo de mudança, está a transformação dos laços que ligam os trabalhadores aos aposentados, um laço intergeracional que garante aos que trabalham a possibilidade de se aposentarem, como também, mantém os que estão em descanso remunerado, ou seja, os aposentados com garantia da manutenção de sua aposentadoria.

Com este cenário de insegurança e instabilidade, como também mudanças na conjuntura do trabalho, há outro olhar da sociedade sobre o velho e aposentado. Segundo Rodrigues e Soares, “os fatores sócio-culturais definem o olhar que a sociedade tem sobre o idoso e o tipo de relação que ela estabelece com esse segmento populacional” (RODRIGUES E SOARES, 2006, p.2). Ainda, segundo as autoras, o “processo de globalização, impulsionado pela revolução tecnológica”, é fortemente percebido pelo seu caráter de flexibilidade, descarte, instabilidade, culto da beleza relacionados à produtividade que levam a desvalorização da idade madura. Segundo as autoras, a sociedade geralmente “expressa-se

por meio de representações depreciativas do fenômeno de envelhecimento e do sujeito que envelhece” (2006, p.5). Entretanto, para as autoras, apesar de a velhice ser percebida como um momento de improdutividade, a valorização do idoso “depende do contexto histórico” e do “lugar que o idoso ocupa na escala classificatória dessa sociedade...”.

Sobre o entendimento inicial do conceito de velhice, Coutrim faz referência às concepções apresentadas por Peixoto: “Ao analisar os termos classificatórios da velhice, Peixoto (1998) percebe diferenças claras entre a denominação de velho (identificado com a pobreza), o idoso (impreciso e respeitoso) e a terceira idade (criado na França do pós-guerra e identificado com a auto-gestão do envelhecimento bem-sucedido)” (PEIXOTO Apud COUTRIM, 2010, p. 50).

Contudo, o processo de envelhecimento não ocorre de maneira homogênea. Os diferentes processos de envelhecimento estão relacionados a diversos fatores, entre eles, as diferenças de classes, de gênero. Para Teixeira (2008, p.41), “tanto as formas de desvalorização social dos trabalhadores envelhecidos, quanto a pseudovalorização de uma parcela deles, decorrem dessa clássica lógica expansionista do capital”.

Apontar neste trabalho o envelhecimento do trabalhador como uma das vertentes que o norteiam é essencial. Para Teixeira (2008), é importante destacar e compreender a dinâmica do envelhecimento dentro da sociedade capitalista que explora o trabalhador ativo e, quando na “inatividade”, também assume o papel de *consumidores manipulados de mercadoria e serviços segundo a lógica do capital*, satisfazendo as exigências capitalistas.

Observei também que neste contexto de aposentadoria e envelhecimento, ocorre a transferência de responsabilidade para a sociedade e a família, vale ressaltar a responsabilidade atribuída ao indivíduo, esta seria outra vertente da responsabilização, ou seja, relaciona-se a responsabilidade do indivíduo pelo seu processo de envelhecimento. Para dialogar com esta questão, a autora Guita Grin Debert (1999) aborda a temática da velhice e o mercado de consumo.

Segundo Debert, os discursos das revistas em geral direcionam, modelam o comportamento daqueles que “não se sentem velhos”, sendo o destino destes o mercado consumidor, onde apenas pessoas ativas e saudáveis são aceitas, não há espaço neste novo

mundo dos “eternos jovens” consumidores para os que apresentam algum tipo de dependência física ou limitação, este cenário social é composto por um novo estereótipo da velhice.

Ainda segundo Debert (1999), a gerontologia alimenta o estereótipo da velhice como um período de isolamento, dependência, doença e passividade, “visão que legitima as políticas voltadas para o idoso como ser abandonado pela família e alimentado pelo Estado” (DEBERT, 1999, p. 228), apresentado um estereótipo, talvez o mais antigo sobre a velhice.

Entretanto, o que se observa são os velhos que aparecem nos meios de comunicação como ativos, lúcidos e participantes. A mídia divulga o idoso por considerá-lo uma fonte de recursos, “ao louvar as pessoas saudáveis e bem-sucedidas que aderiram aos estilos de vida e a parafernália da técnica de manutenção corporal veiculados pela mídia” (DEBERT, 1999, p.229). Compondo assim, o novo estereótipo, este mais moderno para a velhice, levando o processo de envelhecimento a ser tratado como uma questão de desempenho pessoal em superar a doença, a dependência, a fragilidade da sua condição. Contudo, ainda culpa-se o próprio velho que apresenta uma condição frágil e de vulnerabilidade social.

Certamente, refletir sobre o aposentar-se/ser aposentado, envelhecer/ser velho implica em considerar esse contexto social em que a aposentadoria e a velhice passaram e passam por muitas transformações. É nesse contexto que as professoras aposentadas que entrevistei se encontram. Nesse sentido, seus depoimentos nos ajudam a refletir sobre essas questões, a partir de um ponto de vista específico, aquele do envelhecimento feminino em nossa sociedade, abordado, aqui, sob uma perspectiva de gênero, ou seja, de consideração e crítica, sobre as condições desiguais em que a mulher é inserida na sociedade, condições que se reproduzem e, por vezes, se agravam na velhice.

Todas as questões presentes na vivência da aposentadoria e da velhice na sociedade contemporânea são matizadas de modo específico pela condição da mulher aposentada e idosa. É cabível pensar que essa vivência pode significar a experimentação do papel de provedoras, dos baixos proventos, das atividades da terceira idade, de novos projetos ou da falta de atividades e vínculos sociais. Muitas vezes, assumem papéis múltiplos e enfrentam os desafios para reconstruírem suas identidades como aposentadas e como idosas. Todo esse panorama se configurou no momento da pesquisa empírica, na elaboração da análise dos relatos orais. Para a compreensão do significado atribuído ao trabalho e ao não-trabalho pelas

aposentadas, realizei uma pesquisa de campo, de natureza qualitativa a qual foi mais apropriada para o objetivo proposto para a dissertação. Para Minayo (2007), é a pesquisa qualitativa que trabalha com o panorama dos sentidos, dos significados, das representações. E, como o objetivo é analisar o significado do trabalho, da aposentadoria e a vivência desta etapa para mulheres que são professoras e aposentadas, este tipo de pesquisa proporcionou tal análise. Optei também pela técnica das histórias de vida, com a utilização do gravador, e com autorização das pesquisadas. Fiz uso da entrevista e com um roteiro que abordou as questões centrais da pesquisa. Penso que nos relatos orais foi possível perceber a presença de valores e elementos do coletivo, da conjuntura social, como destacou Lígia Maria Leite Pereira (1991). Os relatos se apresentaram ricos em detalhes e apontaram elementos importantes como classe social, diferenças culturais, gênero, geração.

Devo ressaltar que, apesar dos relatos orais permitirem a generalização, ou, uma análise geral, não se pretende com esta prática a universalidade indiscutível, mas apresentá-la como uma técnica que permite “esclarecer o lado subjetivo dos processos sociais”, segundo Pereira (1991, p. 120). Ou seja, esta técnica possibilitou o meu acesso às experiências vividas pelas professoras, aos sentidos atribuídos ao trabalho e ao não-trabalho, e, como este sentido é construído pela relação entre a “história de vida e a história social”.

O presente trabalho está estruturado em capítulos. No primeiro, exponho uma discussão teórica, onde apresento as concepções de vários autores sobre o tema proposto, o qual foi dividido em concepções teóricas para explanação. Foram apresentados autores como Alda Motta, Sérgio Miceli e Pierre Bourdieu e suas concepções teóricas sobre a noção de geração, *habitus* e cultura. Estas perspectivas teóricas fundamentaram a questão trabalhada sobre o significado do trabalho e a aposentadoria nesta pesquisa. Isto é, observei, na análise, que as aposentadas possuem diferenças socioculturais e que estas diferenças se relacionaram à inserção de suas famílias em classes distintas.

Na concepção de Miceli, as relações de classe são exteriorizadas pelo universo das significações, das representações. E, um conjunto de representações de um grupo é parte das condições materiais de existência. Assim, a cultura repercute expressa pelos símbolos, pela forma de representações e significados. Diante da referência teórica sobre a cultura e, o *habitus*, como o elo que faz a relação entre o que é interiorizado e a conjuntura social das pesquisadas, o contexto exterior. Visualizei dois grupos distintos de aposentadas, distintos por

terem suas raízes em contextos sociais diversos, mas, apesar das diferenças, foram perceptível também semelhanças entre as pesquisadas, esta semelhança de relatos está especialmente, relacionada ao significado da educação, do acesso delas a uma formação educacional, mas, especialmente à docência como uma vocação.

No contexto familiar, percebi elementos do cenário social, ou seja, as ações e atividades de um grupo refletem a conjuntura social em que estão inseridos, como destacou Bourdieu (2005). Posso afirmar que foram perceptíveis tais elementos nas narrativas.

O segundo momento teórico apresentou as noções de identidade e de envelhecimento. Esta discussão foi pertinente em decorrência da velocidade das transformações culturais, de significados, de sentidos, que tem influenciado na transformação da identidade, isto é, as mudanças são velozes, e as identidades são móveis, segundo Hall (2005, p. 13). Assim, as grandes mudanças culturais geram mudanças identitárias, conseqüentemente mudanças de identidade relacionadas ao envelhecimento.

Sobre esta questão, Debert (2004) apresentou as concepções teóricas sobre o “novo estereótipo associado à velhice”, como também, o fenômeno da “reprivatização da velhice”, ou seja, a transferência de responsabilidade da situação vivida pela idosa para a própria idosa, havendo a ausência ou retirada do Estado das políticas públicas. Este fenômeno foi percebido nas narrativas, quando as pesquisadas se sentem responsáveis pela própria saúde, seja esta boa ou não. É possível “reconfigurar a velhice”, isto é, encontrar ou (re)estruturar a identidade diante do novo contexto de vida, como aposentada que está envelhecendo?. Esta questão será apresentada ao final do trabalho, sem, contudo, oferecer uma resposta final.

No terceiro momento teórico, exponho sobre o tema do trabalho, a aposentadoria e gênero. Esta etapa teórica foi subdividida em dois tópicos: o primeiro, onde apresentei as concepções teóricas sobre o trabalho e como este vem sendo modificado nos tempos de mudança. E, o segundo tópico, sobre trabalho das mulheres e sua condição como aposentadas.

A segunda parte da dissertação traz a análise dos resultados, momento em que parti para a apresentação da pesquisa empírica com as professoras aposentadas. Nesse momento, está incluído o percurso metodológico da pesquisa, em que apresento a maneira como realizei a pesquisa empírica, em detalhes. Mas, também nesta etapa, apresento ao leitor uma breve

exposição de quem são as professoras aposentadas. Fiz a opção por substituir os nomes das pesquisadas por nomes de poetisas, escritoras, filósofas que tiveram vidas intensas e admiráveis como as narradas pelas professoras neste trabalho. E, finalizo essa parte com a análise dos relatos orais, das histórias de vida das mulheres à luz da teoria exposta.

Por fim, apresento as minhas considerações finais na dissertação, mas ressalto ao leitor que não se trata de um final de trabalho, mas, de um recolhimento da pesquisa para retomar em outro momento, os caminhos que ela indicou sobre o sentido atribuído ao trabalho, ao não-trabalho pelas pesquisadas e, as considerações destas sobre o tema da velhice presentes em suas falas. Mas, especialmente, confesso que este encerramento, que prefiro chamar de recolhimento, abre as portas para a possibilidade da continuidade da pesquisa, pois esta apontou novos caminhos a serem trilhados.

---

## II DIMENSÕES TEÓRICAS DO ESTUDO

A fundamentação teórica referente às questões que trago para discussão está organizado em três momentos. No primeiro momento, são discutidas obras de autores como Alda Britto da Motta, Sérgio Miceli e Pierre Bourdieu e suas concepções sobre as noções de geração, *habitus* e cultura. As discussões desses autores definem a perspectiva teórica a partir da qual trabalhei a questão do significado do trabalho e da aposentadoria nessa investigação, ou seja, a partir de uma compreensão de cultura, entendida como *habitus*, em sua relação com a formação de diferentes gerações e seus processos distintos de socialização para o trabalho, para os papéis de gênero, para a vivência do envelhecimento. No segundo momento, foi tratada a questão da identidade e do envelhecimento, com enfoque no contexto vivenciado pelos velhos na contemporaneidade. E, no terceiro momento, foi abordada a questão da relação entre trabalho, aposentadoria e gênero, enfocando o trabalho e a aposentadoria em tempo de mudanças sociais e, especialmente, o trabalho das mulheres e sua condição de aposentadas.

### 2.1. Gerações, *habitus* e cultura.

Para iniciar este momento conceitual, foi pensado inicialmente trazer para o texto a concepção de geração, sendo o tema que norteará o estudo, mas também, introduzindo esta discussão pela via da cultura, pelo caminho dos valores, significados, representações dentro da noção de geração. Assim, apresento, principalmente, como é pensada a noção de geração, para em seguida estabelecer o diálogo pela linha do *habitus* e da cultura, abordando as concepções de Bourdieu.

Como a proposta de trabalho é analisar as concepções ou representações de dois grupos de aposentadas, ou seja, professoras que se aposentaram em momentos diferentes, algumas há pelo menos três anos e outras há mais de três anos, penso ser relevante compreender inicialmente o que se nomeia de geração.

Segundo Motta (2010), “a geração, em um sentido amplo, representa a posição e atuação do indivíduo em seu grupo de idade e/ou de socialização no tempo”. É possível

perceber que o sentido do termo geração apresenta um aspecto dinâmico, vivo, mas também complexo. O sentido do termo compreendido como geração também deve ser analisado em sua complexidade por estar vinculado ao sentido de outros termos como gênero, classe social, por exemplo.

Ainda segundo Motta,

Historicamente a sociedade, a par de ter-se desenvolvido tendo a idade – e o sexo/gênero – como critérios fundamentais de organização e integração social, principalmente de participação na divisão do trabalho, foi construindo, ao mesmo tempo, formas organizativas outras que resultaram em discriminação, marginalização ou exclusão igualmente baseados na idade... (2010, p.226).

Contudo, segundo a autora, este tipo de discriminação é mais velado e menos visível que outros tipos de discriminação, como por exemplo, a discriminação de gênero. Assim, quando se pensa sobre a geração que foi estudada no presente projeto, a geração de mulheres aposentadas, deve-se levar em consideração a questão velada e sutil da exclusão dessas mulheres em decorrência da sua condição etária e geracional.

Para a melhor compreensão da noção de geração, ainda segundo a autora, e baseando-se na leitura de Karl Mannheim, destaca neste autor a concepção de geração apresentada por ele, esta seria: “o sentido mais amplamente sociológico (...) designa um coletivo de indivíduos que vivem em determinada época ou tempo social, tem aproximadamente a mesma idade e compartilham alguma forma de experiência ou vivência, ou tem a potencialidade para tal” (MANNHEIM apud MOTTA, 2010, p.229).

Um dos elementos importantes dessa discussão é que ela nos ajuda a pensar o contexto atual em que há uma co-existência de várias gerações. A autora destaca essa importância, lembrando que os indivíduos não sofrem igualmente as questões postas num dado contexto social, ou seja, mesmo possuindo uma mesma idade, eles podem não compartilhar das mesmas vivências e sentidos. Do mesmo modo, a autora coloca que “cada momento histórico se realiza com a presença simultânea de várias gerações que, mesmo contemporâneas, não tem as mesmas experiências e trajetórias de vida” (MOTA, 2010, p.230), ou seja, ainda que vivendo um mesmo tempo, uma geração pode ser “mais contemporânea” que outra.



Outro aspecto importante trabalhado por Motta (2010) ao explicar a obra de Mannheim, é o caráter de pertencimento presente na noção de geração e a possibilidade de que as unidades de geração se transformem em grupos concretos. Se, com mais facilidade, percebemos a questão etária como fundamental na definição de grupos de identificação para os mais jovens, atualmente, fica claro o crescimento desse tipo de sociabilidade intrageracional também entre os mais velhos. Sobre esta questão, Motta dirá:

Entretanto, com a ampliação significativa das formas de sociabilidade não familiar, essa tendência atual à formação ou agregação em grupos etários vem atingindo também os mais velhos, que passam a construir objeto recente de visibilidade social e exposição ao consumo capitalista de serviços, paralelamente à ampliação de uma esfera de liberdade individual, em inédita expressão coletiva nos grupos de lazer e cultura para a ‘terceira idade’ e, inesperadamente, na política, no movimento dos aposentados. (MOTTA, 2010, p.232)

Segundo a autora, no interior de cada grupo existem identidades, representações sociais que se opõem aos outros grupos. Os grupos geracionais também se relacionam com outros grupos com interesses distintos ou semelhantes, sendo importante perceber esta relação e o cenário político e social em que elas ocorrem. Sobre este tema nas palavras de Motta, “as gerações, como as classes sociais, não existem isoladamente, mas em referência mútua, contraposição ou até oposição umas as outras”. As gerações também se inserem na arena dos interesses, ou seja, no jogo de poder.

Embora se discuta a influência da categoria geração nas discussões das Ciências Sociais, mas, principalmente, a intensidade da participação desta categoria nas discussões dessas Ciências, Motta dirá que as Ciências Sociais “continuam ignorado a importância do estudo e das análises do ponto de vista das gerações, e de suas relações de poder” (MOTTA, 2008, p. 2).

A categoria geração e suas repercussões ficaram excluídas nas discussões das Ciências Sociais. Para Motta:

Na história dos usos e elaborações sobre a categoria contou-se na década de 20, com o estudo profundo e definido de Mannheim, mas a não ser pela produção antropológica referenciada aos grupos de idade, uma das significações possíveis da condição de geração, e que podem, inclusive, elucidar aspectos de sua constituição interna, não se teve uma produção teórica sistemática ou enfoques diretos de pesquisa em torno das gerações

enquanto relações sociais até a década de 80, com o amplo estudo de Attias-Donfut (1988). (MOTTA, 2008, p. 2)

Ainda segundo Motta (2008), a “categoria geração e a dimensão etária-geracional” não apresentam visibilidade nas discussões, passam quase que invisíveis em comparação a outras categorias como a classe social. Vale ressaltar que a autora deixa registrado que existe um débito (teórico) com relação à questão da categoria geração, as suas relações e influências na contemporaneidade.

De todo modo, dessa primeira aproximação que faço acerca da teorização sobre a geração, noto que, mesmo complexa, essa é uma noção fundamental e que traz à tona questões centrais hoje, como a que diz respeito à reprodução das relações, as transmissões materiais e simbólicas, enfim, elementos presentes nas diversas formações sociais. Nesse sentido, penso que há uma relação entre a noção e a concepção de cultura, havendo também a necessidade de compreender essa noção e qual é essa relação. É por esse motivo que trago para o debate a noção de cultura desenvolvida por Bourdieu e sua conceituação de *habitus* que, como já destacou Motta, guarda uma possibilidade de análise da questão geracional, qual seja, a análise dos *habitus* de geração.

Para apresentar esta concepção de *habitus e cultura*, exponho inicialmente, neste texto, a abordagem conceitual de Sérgio Miceli, na introdução da obra intitulada: *A economia das trocas simbólicas* de Pierre Bourdieu. Nesta introdução, o sociólogo apresenta o pensamento de Bourdieu sobre a noção de cultura e a compreensão do conceito de *habitus*, apresentado por Bourdieu nesta obra, como também em outras.

Segundo Sérgio Miceli, em seu texto de introdução presente na obra de Bourdieu intitulada *Economia das trocas simbólicas*, o pensador elabora duas posturas distintas para apresentar o conceito do que seria cultura, ou seja, duas vertentes que apontam para o conceito de cultura. A primeira,

[...] considera a cultura – e por extensão todos os sistemas simbólicos, como a arte, o mito, a linguagem etc – em sua qualidade de instrumento de comunicação e conhecimento responsável pela forma nodal de consenso, qual seja o acordo quanto ao significado dos signos e quanto ao significado do mundo. (MICELI, 2003, p.VIII)

Esta primeira postura, segundo o autor, tem suas raízes na concepção de Kant e de seus seguidores conceituais como Cassier, Lévi-Strauss e Durkeim (MICELI, 2003). A segunda noção de cultura, na concepção de Bourdieu e introduzida por Miceli, será apresentada nos seguintes termos:

Tende-se a considerar a cultura e os sistemas simbólicos em geral como instrumento de poder, isto é, de legitimação da ordem vigente. Refere-se, neste caso, a tradição marxista e a contribuição de Max Weber que, a despeito desta aproximação, acham-se separados por outros tantos motivos. (MICELI, 2003, p. VIII)

No texto do Miceli, ele apresenta a crítica de Bourdieu à primeira concepção de cultura. Esta crítica se relaciona ao fato da primeira concepção “privilegiar a cultura como *estrutura estruturada* em lugar de enxergá-la enquanto *estrutura estruturante*, relegando, portanto, as funções econômicas e políticas dos sistemas simbólicos, enfatizando a análise interna dos bens e mensagens de natureza simbólica” (MICELI, 2003).

Segundo Miceli, a cultura “só existe efetivamente sob forma de símbolos, de um conjunto de significantes/significados, de onde provem sua eficácia própria, a percepção dessa realidade segunda, propriamente simbólica, que a cultura produz e inculca, parece indissociável de sua função política” (MICELI, 2003, p. XIII). A cultura para Miceli deve ser compreendida em seus diversos aspectos.

Nesta perspectiva de cultura, Bourdieu traça o caminho que irá percorrer. Segundo Miceli,

Bourdieu visa aliar o conhecimento da organização interna do campo simbólico – cuja eficácia reside justamente na possibilidade de ordenar o mundo natural e social através dos discursos, mensagens e representações, que não passam de alegorias que simulam a estrutura real de relações sociais – a uma percepção de sua função ideológica e política e legitimar uma ordem arbitrária em que se funda o sistema de dominação vigente. (MICELI, 2003).

Assim, alinhar a concepção de cultura, sob o conceito apresentado por Bourdieu é pensar o significado de *habitus* desenvolvido em sua obra. Logo, segundo Miceli, entende-se por *habitus* (partindo das concepções de Bourdieu),

Um sistema de disposições duráveis e transferíveis que, integrando todas as experiências passadas funciona a cada momento como uma matriz de percepção, apreciações e ações, e torna possível a realização infinitamente

diferenciada graças às transferências analógicas de esquemas que permitem resolver os problemas da mesma forma graças as correções incessantes dos resultados obtidos, didaticamente produzidos por estes resultados. (MICELI, 2003, p. XVI)

Para Miceli (2003), *habitus* constitui o princípio gerador que impõe um esquema durável e, não obstante, suficientemente flexível a ponto de possibilitar improvisações reguladas. Ou seja, o *habitus* faz a ligação entre o exterior com o interior, é algo em movimento. Dito de outra forma, “completa o movimento de interiorização de estruturas exteriores ao passo que as práticas dos agentes exteriorizam os sistemas de disposições incorporadas” (MICELI, 2003).

Para ampliar a compreensão do conceito de *habitus* apresentado por Miceli, segue mais uma afirmação deste autor sobre esta concepção:

O *habitus* seria um conjunto de esquemas implantados desde a primeira educação familiar, e constantemente respostos e reatualizados ao longo da trajetória social restante, que demarcam os limites à consciência possível de ser mobilizada pelos grupos e/ou classes, sendo assim responsáveis, em última instância pelo campo de sentido em que operam as relações de fora. (MICELI, 2003, p. XLII)

Nas palavras de Bourdieu,

O espaço social é construído de tal modo que os agentes ou grupos são aí distribuídos em função de sua posição nas distribuições estatísticas de acordo com os *dois princípios de diferenciação* que, em sociedades mais desenvolvidas, como os Estados Unidos, Japão ou a França, são sem dúvida, os mais eficientes – o capital econômico e o capital cultural. (BOURDIEU, 1996, p. 19)

Assim, os agentes se aproximam na situação de possuírem em comum o capital econômico e cultural<sup>1</sup>. Como também, se distanciam caso tenha estes capitais diferentes.

---

<sup>1</sup> Para uma breve compreensão da aproximação pelo capital cultural o autor Bourdieu aponta alguns exemplos, como: a classe média da atual sociedade, tem uma crença na educação como um instrumento de ascensão social, de produzir felicidade e de acesso a uma profissão, este seria o capital cultural que constrói. Outro exemplo seria: certos burgueses (burgueses elisabetanos) que rejeitam um tipo de obra artística como a ficção, ou valorizam as obras de vulgarização histórica, mas dominados pelos valores de utilidade da arte, e, em uma tentativa de identificação com a cultura da elite, levam estes burgueses a lerem ou valorizarem certas literaturas ou artes. Assim, existem traços culturais que variam pouco em grupos de posições equivalentes, segundo Bourdieu. Sobre este assunto o texto do autor encontra-se no Livro “A economia das trocas simbólicas”, 2005.

Ainda segundo Bourdieu (1996), “o espaço de posições sociais se retraduz em um espaço de tomadas de posição pela intermediação do espaço de disposições (ou do *habitus*)”. Ou seja, as posições sociais se diferenciam de acordo com os bens, ou capital econômico e cultural que os agentes possuem, como também de acordo com suas práticas. Assim, para Bourdieu (1996), “as distâncias espaciais no papel equivalem às distâncias sociais”.

Segundo Bourdieu (1996), “o *habitus* é esse princípio gerador e unificador que retraduz as características intrínsecas e relacionais de uma posição em um estilo de vida unívoco isto é, em um conjunto unívoco de escolhas de pessoas, de bens, de práticas”.

Para melhor apreensão da concepção de *habitus*, Bourdieu dirá, de maneira exemplificada: “os *habitus* são os princípios geradores de práticas distintas e distintivas – o que o operário come, e, sobretudo sua maneira de comer, o esporte que pratica e sua maneira de praticá-lo, suas opiniões políticas e sua maneira de expressá-las” (BOURDIEU, 1996, p.22).

Ainda segundo o autor, “as diferenças associadas a posição diferente, isto é, os bens, as práticas e sobretudo as *maneiras*, funcionam, em cada sociedade, como as diferenças constitutivas de sistemas simbólicos...” (BOURDIEU, 1996, p. 22).

Sobre o espaço social Bourdieu ainda dirá,

Se o mundo social, com suas divisões, é algo que os agentes tem a fazer, a construir individual e, sobretudo coletivamente, na cooperação e no conflito, resta que essas construções são se dão no vazio social, como parece acreditar algum etnometodólogo: a posição ocupada no espaço social, isto é, na estrutura de distribuição de diferentes tipos de capital, que também são armas, comanda as representações desse espaço e as tomadas de posição nas lutas para conservá-lo ou transformá-lo. (1996, p.27)

Assim, a compreensão do espaço social como a “realidade primeira e última” que direciona até as representações que se tem dele (BOURDIEU, 1996, p. 27).

Logo, é neste contexto de *habitus*, compreendido como cultura, ou seja, conjunto de símbolos, significados e significações que vivem as aposentadas que compartilham as experiências, as mudanças ocorridas com o passar do tempo, sejam estas mudanças corporais,

como também, mudanças de significados da vida, mudanças decorrentes da transição de uma condição de trabalhadoras para outra condição, de aposentadas.

Para encerrar a tematização sobre o *habitus*, exploro ainda uma questão que me parece importante nesse estudo e que foi desenvolvida por DELGADO (2007), em sua tese de doutorado. Trata-se da “dimensão temporal encerrada no próprio conceito de *habitus*”. Ou seja, na noção de *habitus* posso entender como a cultura se afirma nas práticas sociais numa dinâmica temporal em que as experiências passadas são recriadas no presente, integrando-se a esse tempo, como essas práticas, por vezes, exigem que os códigos culturais mudem.

## **2.2. Identidade e Envelhecimento**

Nesta segunda etapa do projeto, é importante a compreensão da noção de identidade e de velhice. Para tal, um marco importante é a compreensão da identidade da modernidade, considerando, principalmente, suas mudanças contemporâneas. Outra noção relevante aqui é o entendimento da velhice como uma construção social.

Diante do propósito de entendimento desses conceitos, inicio com a discussão da obra de Stuart Hall, que aborda de maneira perspicaz o que se compreende por identidade, mas principalmente, sua obra apresenta as mudanças ocorridas na noção de identidade no mundo contemporâneo. No segundo momento desta discussão, apresento a concepção do que é ser velho na contemporaneidade. Partindo desta compreensão e, para tratar a questão da velhice como uma construção social, abordo como referência teórica, principalmente o trabalho de Guita Grin Debert, como também, outros autores que tratam desta temática, como Haveren, Barros, Camaro, Pazinato, Beauvoir e outros.

Segundo Hall (2005), apresentar um conceito definitivo e fechado do que seria identidade é algo arriscado de se fazer. Para o autor, o conceito de identidade é complexo e pouco compreendido ou discutido dentro do domínio da Ciência Social. Assim, ao pensar sobre ele, deve-se estar atento às suas nuances. Nas palavras do autor, sobre a noção de identidade, “é impossível oferecer afirmações conclusivas ou fazer julgamentos seguros sobre as alegações e proposições teóricas que estão sendo apresentadas” (HALL, 2005, p.8).

Para Hall, alguns teóricos acreditam que as identidades modernas estão sendo “*descentradas*”<sup>2</sup>, ou, que está havendo algum tipo de crise, a chamada “crise de identidade” o que significaria pensar que as velhas identidades, as antigas referências do homem moderno, estão se fragmentando devido às profundas mudanças nas estruturas das sociedades modernas (HALL, 2005). Segundo Hall, esta linha de pensamento, seguida por alguns teóricos, parte do seguinte argumento: mudanças profundas estão ocorrendo no centro das sociedades, mudanças estruturais que vão das transformações culturais de classe, como também, de raça, gênero, etnia entre outros segmentos que estão sendo transformados. Esta onda de mudanças, como uma avalanche de transformações, encobriu o homem, e o levou a mudanças tão pessoais que afetaram a sua própria identidade. Nas palavras específicas de Hall, o argumento apresentado é:

Estas transformações estão também mudando nossas identidades pessoais, abalando a ideia que temos de nós próprios como sujeitos integrados. Esta perda de um ‘sentido de si’ estável chamada, algumas vezes, de deslocamento ou descentração do sujeito. Esse duplo deslocamento - descentração dos indivíduos tanto de seu lugar no mundo social e cultural quanto de si mesmos – constitui uma ‘crise de identidade’ para o indivíduo. (HALL, 2005, p. 9)

Contudo, Hall (2005) acrescenta a este argumento sobre as mudanças estruturais, que levam às mudanças de identidade, a seguinte concepção: “a afirmação de que naquilo que é descrito, algumas vezes, como nosso mundo pós-moderno, nós somos também ‘pós’ relativamente a qualquer concepção essencialista ou fixa de identidade...” (HALL, 2005, p.10). Parece-nos que Hall ressalta que os sujeitos são mais do que uma concepção, estão sempre além das definições e noções que se estabelecem teoricamente. Talvez, sejamos sempre um *vir-a-ser*, ou comumente conhecido estado de devir. Dito de outra forma, a existência humana não é estática, mas está sempre em mudança. Assim, falar de uma noção específica de identidade é algo complexo e que requer cuidados.

O autor estabelece três concepções distintas de identidade que seriam: o sujeito do Iluminismo; o sujeito sociológico e o sujeito pós-moderno. O primeiro, sujeito do Iluminismo

---

<sup>2</sup> *Descentradas*, palavra colocada em destaque por ser encontrada no texto do autor também em destaque e entre aspas, e apresentando o significado de deslocadas ou fragmentadas. (HALL, 2005, p.8)

se fundamenta no homem dotado de razão, e guiado por ela. Esta concepção se baseia no homem centrado. Nas palavras do autor: “o centro essencial do eu era a identidade de uma pessoa” e acrescenta que esta “era uma concepção muito ‘individualista’ do sujeito e de sua identidade (na verdade, a identidade dele: já que o sujeito do Iluminismo era usualmente descrito como masculino)” (HALL, 2005, p.11).

A segunda concepção, a de sujeito sociológico, fundamenta-se na não-centralidade do homem em seu eu, ou seja, a sua identidade não corresponde ao seu eu, de maneira autônoma e independente, como afirma Hall, mas está baseada em relações, sejam elas entre sujeitos, valores, sentidos, significados. Segundo Hall,

De acordo com essa visão, que se tornou a concepção sociológica clássica da questão, a identidade é formada na ‘interação’ entre eu e a sociedade. O sujeito ainda tem um núcleo ou essência interior que é o ‘eu real’, mas este é formado e modificado num diálogo contínuo com os mundos culturais ‘exteriores’ e as identidades que esses mundos oferecem (HALL, 2005, p. 11).

Ou seja, o sujeito se relaciona com o mundo, sendo a identidade a ligação entre o mundo interno e o externo, ou seja, a identidade “preenche o mundo pessoal e o mundo público”. Dito de outra forma, a identidade “contribui para alinhar nossos sentimentos subjetivos com os lugares objetivos que ocupamos no mundo social e cultural. A identidade, então, costura (ou para usar o termo médico, ‘sutura’) o sujeito à estrutura” (HALL, 2005, p. 12).

Segundo Hall, é justamente neste aspecto destacado acima que se afirma ocorrer mudanças significativas e profundas. Ou seja, aquele sujeito unificado, centralizado e que tinha uma referência para seguir através de relações e identificações culturais, de valores, de sentidos, que possuía um chão (no sentido de referência), ou um solo para se fundar, perde sua base devido às profundas mudanças estruturais das sociedades. Dito de outra forma, “o sujeito previamente vivido como tendo uma identidade unificada e estável, está se tornando fragmentado; composto não de uma única, mas de várias identidades, algumas vezes contraditórias ou não-resolvidas” (HALL, 2005, p.12).



Na concepção de Hall, é neste contexto e partindo deste processo descrito acima que emerge o sujeito pós-moderno, ou seja, aquele sujeito que não tem “uma identidade fixa, essencial ou permanente”. Ainda segundo o autor,

o sujeito assume identidades diferentes que não são unificadas ao redor do ‘eu’ coerente. Dentro de nós há identidades contraditórias, empurrando em diferentes direções, de tal modo que nossas identificações estão sendo continuamente deslocadas (HALL, 2005, p.13).

Assim, com a velocidade das mudanças e transformações culturais, de sentidos, de significações, a relação ou identificação que ocorria anteriormente entre o mundo interior e o exterior mediado pela identidade, não mais ocorre de maneira permanente, ou centrada, mas agora ocorre de maneira múltipla e de vários modos, ou seja, as mudanças são rápidas, e as identidades móveis. Nas palavras do autor, “somos confrontados por uma multiplicidade desconcertante e cambiante de identidades possíveis, com cada uma das quais poderíamos nos identificar – ao menos temporariamente” (HALL, 2005, p. 13).

Outro aspecto que se deve levar em consideração, é o “processo de mudança conhecida como ‘globalização’ e seu impacto sobre a identidade cultural” (HALL, 2005, p.14). Com esse processo de globalização<sup>3</sup>, as mudanças ocorridas nas sociedades modernas se deram de forma rápida, sendo estas transformações rápidas e constantes uma das características deste tipo de sociedade (o que a difere das sociedades tradicionais), como também, as mudanças de referências culturais que geram a diversidade de identidades seriam outra característica marcante das sociedades modernas.

O debate sobre as mudanças culturais e identitárias é importante para a tematização da questão da identidade relativa ao envelhecimento, observando-se as mudanças ocorridas nas concepções sobre o envelhecimento e a velhice.

---

<sup>3</sup> Segundo Hall, há uma compreensão apresentada por Giddens que expõe de maneira própria o que significa globalização: “à medida em que áreas diferentes do globo são postas em interconexão umas com as outras, ondas de transformação social atingem virtualmente toda a superfície da terra e a natureza das instituições modernas” (GIDDENS, 1990 apud HALL, 2005, p. 16). Para Hall, pensar em globalização seria sinônimo de transformação, seja dos sistemas sociais, das relações sociais, mas, principalmente é pensar em descontinuidades, e rompimento com a noção de centralidade.

A noção que preside esse entendimento é a de que “a idade e o envelhecimento estão relacionados a fenômenos biológicos, mas seus significados são determinados social e culturalmente. ‘Idade social’ é um conceito relativo e varia em diferentes contextos culturais” (HAVEREN, 1999, p. 16). Ou seja, para se pensar nestes aspectos, que estão além dos aspectos biológicos, deve-se levar em consideração as mudanças ao longo do tempo, mas, principalmente, as diferentes culturas existentes para a compreensão do contexto do idoso no Brasil.

Entretanto, vale destacar que, segundo Debert (2004), no contexto atual de contemporaneidade, a figura do idoso está presente nos discursos produzidos pelo mercado de consumo, pelas políticas públicas. Esta mudança de perspectiva, ou melhor, esta visibilidade adquirida pelo idoso se deve não apenas ao aumento do número de idosos no Brasil, mas refere-se a outras questões de grande relevância como mudança de padrões culturais, de significados sociais e de identidade, observando-se, assim, uma nova “configuração da velhice”. Nas palavras da autora,

Assistimos, por um lado, a uma socialização progressiva da gestão da velhice; durante muito tempo considerada como própria da esfera privada e familiar, uma questão de previdência individual ou de associações filantrópicas, ela se transforma em uma questão pública. Um conjunto de orientações e intervenções, muitas vezes contraditório, é definido e implementado pelo aparelho do Estado e outras organizações privadas. (DEBERT, 2004, p. 13)

Em outro momento, a velhice era percebida de outra forma. Segundo a autora, por volta do século XIX, pensava-se o velho como uma figura dependente, debilitado, em decadência e invisível socialmente. Nas palavras de Debert, “o avanço da idade como um processo contínuo de perdas e de dependência – que daria uma identidade de condição aos idosos – é responsável por um conjunto de imagens negativas associadas a velhice...”. Entretanto, apesar das características negativas e depreciativas da velhice, para a autora, este período do velho como dependente, também se apresenta como um importante momento de conquista de direitos sociais como, por exemplo, a “universalização da aposentadoria” (DEBERT, 2004, p. 14).

Ainda segundo Debert (2004), já no cenário atual (contemporâneo), a tendência crescente é a de “rever os estereótipos associados ao envelhecimento”. Ou seja, a imagem da

velhice como um momento crítico de debilidade e de dependência vem sendo substituída pela perspectiva de uma velhice autônoma, de busca pelos sonhos, de busca pelo prazer e de retomada de projetos passados que não se concretizou em outras etapas da vida, anteriores à velhice, mas que no atual momento, faz sentido retomá-los. Assim, para Debert, a tendência contemporânea impulsiona a ideia de que a velhice é um momento que “oferece oportunidades de realizar projetos abandonados em outras etapas e estabelecer relações mais profícuas com o mundo dos mais jovens e dos mais velhos” (DEBERT, 2004, p. 14).

Diante desse novo panorama, ocorre o processo que a autora denomina de “reprivatização da velhice”, que pode ser compreendido como a transferência da responsabilidade da situação vivida pelo velho (principalmente aquele que não é autônomo e saudável) ao próprio velho. Dito de outra forma, a “reprivatização” é um processo em que a “velhice é transformada em uma responsabilidade individual” (DEBERT, 2004, p.14).

Essas colocações iniciais mostram que a discussão sobre as mudanças nas imagens construídas socialmente sobre a velhice estão relacionadas a aspectos mais amplos e estruturais da sociedade como o trabalho e a proteção social em sua relação com a cultura e o processo de construção das individualidades e identidades. Nesse sentido, a discussão pode ser abordada, segundo alguns autores, a partir do prisma do curso de vida e suas modificações na sociedade contemporânea.

Sobre o curso da vida, a autora Myriam Lins de Barros dirá que as diversas culturas constituíram diferentes significados para o curso da vida. Contudo, “é na sociedade moderna que a periodização do curso da vida é institucionalizada e pensada a partir da concepção individualista do homem que compreende duas questões relativas à construção da identidade. Existimos socialmente porque temos uma identidade civil definida basicamente pelo sexo e pelo dia, mês e ano de nascimento.” (BARROS, p.1) Ou seja, para a autora, o Estado institui datas e períodos para as pessoas, com suas legislações, desde a entrada da criança com uma determinada idade na escola até a saída do trabalho rumo à aposentadoria. Ao mesmo tempo, entendemo-nos como “uma biografia ímpar, e avaliamos o percurso de nossas vidas baseados em concepções como a felicidade pessoal, o desenvolvimento e aprimoramento de nós mesmos”. (BARROS, p.2)

Um aspecto importante discutido por Barros e pertinente a esse trabalho diz respeito às crises de identidade relacionadas à idade e às mudanças nas etapas da vida. Segundo ela, “é no contexto desta cultura individualista e da institucionalidade do curso da vida que as noções de crise de idade e de conflito de relações intergeracionais ganham sentido.” (BARROS, p. 2, s.d.)

Voltando novamente à questão do envelhecimento e pensando-a a partir da noção de curso da vida, Debert sugere que é necessário considerar “as mudanças ocorridas no curso da vida que caracterizam a experiência contemporânea e que levam à criação de uma série de etapas intermediárias entre a idade adulta e a velhice, como a ‘meia-idade’, a ‘terceira idade’ e a ‘aposentadoria ativa’” (DEBERT, 1997, p. 120).

Segundo a autora,

A história da civilização ocidental estaria marcada por três etapas sucessivas em que a sensibilidade investida na idade cronológica é radicalmente distinta: a pré-modernidade, em que a idade cronológica, menos relevante do que o status da família na determinação do grau de maturidade e do controle de recursos de poder; a modernidade, que teria correspondido a uma cronologização da vida; e a pós-modernidade, que operaria uma desconstrução do curso da vida em nome do estilo unitário. (DEBERT, 1997, p.120)

Debert (1997) mostra que, com a formação das sociedades industriais, o curso da vida é periodizado segundo as necessidades da produção e do mercado de trabalho, o que instituiu períodos de vida e comportamentos relacionados a esses, de forma bastante rígida: a infância e a escolarização, a vida adulta e a produção, a velhice e a aposentadoria. No caso do envelhecimento, há sua associação à aposentadoria e, a partir daí, uma fixação precisa de papéis para o idoso. É isso também o que nos fala Havern (1999), sobre o surgimento de uma nova compreensão de velhice por volta do final do século dezenove e início do século vinte. Nas palavras de Fischer, “a convergência do volume crescente da literatura gerontológica, a proliferação de estereótipos negativos sobre os velhos e o estabelecimento da aposentadoria compulsória representam os primeiros movimentos de uma formulação pública e institucional da ‘velhice’ enquanto um estágio distinto”. (FISCHER apud HAVEREN, 1999, p. 20). A autora mostra como o século XX é marcado pelo “reconhecimento da velhice como um período singular” o que está relacionado a várias questões como novos estágios e

reconhecimento social vinculados ao processo de industrialização e ao movimento por proteção ao idoso (HAVEREN, 1999, p. 15).

O que ocorre na contemporaneidade relaciona-se, por exemplo, que uma economia baseada mais no consumo que na produtividade, bem como as rápidas transformações tecnológicas, flexibilizando as idades, estariam contribuindo para a dissociação da velhice em relação à aposentadoria. Isto é, a velhice e a aposentadoria separam-se e passa a ser compreendidas distintamente, sem vínculo ou diálogo entre suas noções e vivências.

É nesse processo que Debert situa a “invenção da terceira idade”. A criação de um variado mercado de bens e serviços destinados à gestão da velhice, possível pela ampliação do trabalho assalariado para as camadas médias e outros setores sociais e profissionais, a qual vem contribuindo para a compreensão da velhice como um período de lazer, de desenvolvimento de potencialidades e realização de sonhos.

Diante desta discussão, percebe-se uma nova imagem da aposentadoria como um momento de “renovação pessoal e busca do prazer e da satisfação”. A antiga concepção de aposentadoria gradativamente perde o significado social que expressava um momento do descanso remunerado do trabalhador após anos de trabalho, como também, era um divisor de águas, apontando para o início de outra etapa na vida do trabalhador, a chamada velhice.

Este novo contexto de velhice que se configura, ou reconfigura (como destaca a autora), aponta para caminhos que podem ser prazerosos e animadores para os que chegam à ‘terceira idade’. Contudo, como ressalta Debert, é importante pensar sobre as conseqüências dessas novas identidades adquiridas com o novo contexto social para a velhice apontam para a “reprivatização da velhice”, ou seja, a colocação da questão no plano das opções individuais, apresentando a própria vivência do envelhecimento como uma opção pessoal, uma questão de auto-convencimento, cria novos estereótipos como o do velho inativo, segundo DEBERT, (1999).

Nessas novas concepções sobre a velhice há uma valorização do corpo, da saúde, do não envelhecimento, mas, principalmente, a transferência de responsabilidade, ou seja, ocorre a responsabilização da própria pessoa pela sua inserção em atividades da ‘terceira idade’, sua inserção em uma vida ativa. Entretanto, aqueles que não se enquadram neste perfil, que possuem algum tipo de limitação são também responsabilizados pela sua própria manutenção.

Dito de outra forma, esta nova tendência responsabiliza os velhos pela manutenção de uma vida ativa e saudável, e desresponsabiliza o Estado. Nas palavras de Debert, a atual situação desobriga “o Estado de políticas sociais, transformando os problemas da velhice em um problema dos indivíduos que negligenciam seus corpos e foram incapazes de se envolver em atividades motivadoras”. (DEBERT, 1997, p.21). Isto é, há uma transferência de responsabilidades com relação a pessoa que envelhece, principalmente aquelas pessoas que passam a adquirir algumas limitações devido aos anos de existência.

Assim, com o novo panorama das concepções de envelhecimento e velhice, a tendência observada é a retirada do Estado do campo das políticas públicas voltadas aos velhos que possuem as limitações e fragilidades decorrentes da idade percebe-se a nova representação social generalizada e generalizante da velhice como auto-suficiente e ativa, mas, aqueles que precisariam do suporte público são relegados a uma situação de isolamento, bem como silenciados.

Outro aspecto que deve ser levantado nesta discussão refere-se “a distribuição da população por grupos etários é um determinante importante da demanda por políticas e serviços públicos bem como da oferta da força de trabalho” (CAMARANO; PAZINATO; KANSO; VIANNA, p.1, s.d.). Este fator leva a uma divisão da população em grupos. Para as autoras, os grupos seriam tradicionalmente divididos em “os ‘dependentes’ formados pelas crianças e idosos, e ‘os ativos’, os que participam da atividade econômica”.

A transição entre os grupos ocorre através do mercado de trabalho, ou seja, a inserção ou exclusão destes no universo do trabalho. A inserção tem ocorrido de maneira lenta, neste sentido, os filhos permanecem por um período mais longo na casa dos pais devido às instabilidades do mercado de trabalho e à flexibilização do mundo do trabalho. E, a exclusão se dá através das aposentadorias, que significam também perda de papéis sociais, descentralização do trabalho. Mas, esta exclusão, ou período de aposentadoria, representa aspectos relacionados a esta etapa da vida, conforme destacam as autoras, como: aparecimento de doenças crônicas, perda da autonomia e da independência para a vida cotidiana. Ou seja, ainda que a sociedade invista em novas imagens sobre o envelhecimento ativo, é importante que ela perceba que a velhice, objetivamente, não pode ser eliminada do nosso horizonte de preocupações, pois ela ainda pode estar ligada, e em muitos casos, a esses traços do desgaste físico. Ou ainda, segundo Debert (1997, p.128), “o reconhecimento da

pluralidade de experiências de envelhecimento não implica supor que a dependência não é a condição natural aos que ficam velhos nem propor que não há limites ao investimento cultural e tecnológico nos processos biológicos”.

Pensar no envelhecimento contemporaneamente é, pois, pensar na responsabilidade atribuída à sociedade civil, na privatização de serviços e bens que atendam aos idosos; na família, personagem importante no acolhimento, no amparo e na proteção (próxima); na situação social do trabalhador que deixa o mercado de trabalho e se encontra frente ao processo de envelhecimento, mas, é também compreender que o Estado é responsável por essas pessoas, tendo como papel garantir proteção social à pessoa idosa.

Após esta explanação sobre o tema da identidade e do envelhecimento e a apresentação de algumas concepções adotadas por autores, parece haver dois aspectos relacionados à velhice que são fundamentais: as mudanças na construção das identidades e as mudanças nos estereótipos da velhice. Ambas as mudanças levam a pensar em uma mudança da concepção de aposentadoria, de relações entre gerações, de maneiras de vivenciar as etapas da vida de forma distinta de outros momentos históricos.

Logo, é possível observar que o envelhecer perpassa por várias questões complexas, seja biológicas, sociais, culturais. É pensar que a velhice é o “prolongamento de um processo”, não é algo estático, é heterogêneo, como também, varia de acordo com as diferenças culturais e o contexto social dos indivíduos. Nas palavras da autora Simone de Beauvoir,

Mas se a velhice enquanto destino biológico é uma realidade que transcende a história, não é menos verdade que este destino é vivido de maneira variável segundo o contexto social; inversamente: o sentido ou o não sentido de que se reveste a velhice no seio de uma sociedade coloca toda essa sociedade em questão, uma vez que, através dela, desvenda-se o sentido ou o não sentido de qualquer vida anterior (1990, p. 16).

Assim, a compreensão da velhice está além da percepção dos aspectos biológicos, mas, deve-se perceber o emaranhado de fios (entendidos como os aspectos sociais, econômicos, políticos, familiares) que tecem as relações sociais que envolvem a velhice. E, a compreensão dela implica na compreensão das relações de uma sociedade com seu passado e o seu presente.

Apresentar a questão da velhice é pensar que no cenário atual a situação de longevidade das pessoas vem ocorrendo de maneira progressiva. As pessoas vivem por mais tempo em decorrência de diversos fatores, como diminuição da natalidade, da mortalidade e certa melhoria na qualidade de vida das pessoas. Contudo, vale destacar que neste percentual de idoso que tem aumentado consideravelmente, observo o aumento do número de mulheres idosas em relação aos homens. Segundo Cassandra Franco e Francisco Barros Junior (s/a), “a velhice feminina contextualizada no processo de envelhecimento humano vem se constituindo com singularidades específicas; e a construção de uma identidade tipicamente feminina das mulheres em comparação com os homens”. Pode-se falar em um fenômeno conhecido como “feminilização da velhice”.

Expor este fenômeno, “fenômeno da velhice”, implica também em perceber que neste processo de envelhecimento os estigmas aí presentes atingem proporcionalmente uma parte da parcela feminina que envelhece, ou seja, tem grande impacto nas mulheres, de maneira mais contundente, assim, parece que “as mulheres idosas são comumente mais afetadas com o estigma do envelhecimento, principalmente no tocante à ‘perda da juventude’”, como destacam os autores. Logo, a busca de uma “eterna juventude”, da manutenção do vigor físico, da busca incontrolável de promessas de beleza a qualquer custo, implica em perceber que o entendimento da velhice ocorre de maneira pejorativa e depreciativa, não sendo possível a abertura do espaço para a compreensão das mudanças que ocorrem nesta etapa da vida como pertencentes à vida.

Assim, o processo de estigma vivido por muitas mulheres que envelhecem acaba por afetar as suas identidades, pois o processo de rejeição, de não aceitação é impactante na estrutura da suas identidades individual. Contudo, existem correntes que afirmam ter mulheres que conseguem reconstruir suas identidades na velhice. Como destacam os autores Franco e Barros, “encontramos vertentes que percorrem a trajetória de luta das mulheres idosas, que conseguem construir e reconstruir a identidade na velhice, seja pelo esforço próprio, seja pela participação em grupos, seja pelo maior acesso às políticas públicas”.

Assim, os estigmas podem atingir diretamente uma parcela de idosas, enquanto outra parcela pode não perceber este impacto e/ou não o sentir. Mas, o estigma não deixa de apresentar sua força de maneira negativa e depreciativa, quando impulsiona várias mulheres



idosas ao isolamento social por não apresentarem o vigor de outrora. Todavia, outras questões perpassam por este processo de envelhecimento que atingem especificamente as mulheres.

Entretanto, nas reflexões de Motta (2005) sobre o tema, ela destaca a existência de outros dilemas que estão relacionados às mulheres no contexto de aposentadas. De acordo com essa autora, “os dilemas da velhice também se antecipam para as mulheres, seja pelo impacto das imposições biológicas que interrompem as funções reprodutivas na menopausa, seja pelos estereótipos tradicionais sobre a condição das mulheres aos primeiros sinais de envelhecimento” (MOTTA, 2005, p. 56). Ou seja, as conseqüências da velhice, como as rugas, cabelos brancos, questões de saúde, entre outras, demonstram que as mulheres estão mais susceptíveis aos estereótipos de beleza, de juventude, resultantes em alguma medida, da tentativa constante da “eterna juventude”, fato também observado na literatura apresentada de Cassandra Franco e Francisco Barros Junior.

Para Motta, a mulher, além de enfrentar os problemas gerados pela relação de gênero e todas as suas implicações, ao envelhecer e se afastar do mercado formal de trabalho, enfrenta vários dilemas, entre eles podem ser citados os dilemas de geração, com as gerações de mulheres mais jovens. Assim, segundo Motta, “esses impasses assinalam o acirramento dos dilemas da velhice feminina, uma vez que os significados peculiares que revestem essa fase da vida conduzem a atitudes de estranhamento (...) adiando o reconhecimento da própria longevidade” (MOTTA, 2005, p.56).

Contudo, a autora salienta que o curso da vida não segue o mesmo caminho pensado e vivido anteriormente, em outros tempos. Ou seja, o que foi traçado e demarcado em momentos muito específicos, e com etapas próprias (como a infância, a velhice), foi sendo transformado com as mudanças estruturais e globais. Outro longo caminho ainda há de ser percorrido por inúmeras mulheres que estão envelhecendo. Segundo Motta, “a tendência mais provável, em face dos indícios atuais, será confirmar uma perspectiva muito ampla e a ausência de modelos prescritivos do ser velha” (MOTTA, 2005, p. 58). Pode-se vislumbrar que é possível a construção e/ou a (re)construção da identidade feminina que hoje envelhece.

### **2.3. Trabalho, aposentadoria e gênero.**

Nesta terceira e última etapa da fundamentação teórica, é importante apresentar a relação entre trabalho, aposentadoria e gênero. Para construir tal momento, esta etapa foi subdividida em dois tópicos: o primeiro está relacionado às concepções de trabalho e aposentadoria. No segundo momento, será apresentada a questão referente ao trabalho da mulher, a situação vivida por elas, enquanto aposentadas, em um dado momento, e o do envelhecimento feminino.

#### 2.3.1 Trabalho e aposentadoria em tempo de mudanças

Segundo Harvey, algumas transformações importantes ocorrerem na economia política do capitalismo no final do século XX. Pode-se indicar como exemplo dessas mudanças, as transformações nas relações de trabalho, nos hábitos de consumo, práticas do Estado (HARVEY, 2011, p. 117).

Pensar sobre a questão do trabalho é observar atentamente sua relação com o sistema econômico capitalista. Este, apesar de se apresentar instável e dinâmico, segundo Harvey, precisa de uma auto-organização para funcionar. Para este autor, existem duas áreas complexas que influenciam para o sucesso desse sistema econômico. A primeira, oriunda da “qualidade anárquica dos mercados de fixação dos preços” (HARVEY, 2011, p. 118). E, a segunda, “exercer controle suficiente sobre o emprego da força de trabalho para garantir a adição do valor na produção”. Assim, o capitalista obteria lucros de maneira crescente ao adquirir controle ou negociação bem sucedida destas áreas.

Para este autor, a “mão invisível” (preconizada por Adam Smith), não foi suficiente para “garantir o crescimento estável do capitalismo”. Neste processo de instabilidade do capital, segundo o autor, foi necessária a “ regulamentação e a intervenção do Estado para compensar as falhas do mercado”. O exemplo, o Estado disponibiliza bens coletivos que não podem ser oferecidos pelo mercado, como a educação.

Na concepção de Harvey, o capitalismo “disciplina” a força de trabalho, ou seja, exerce um controle social bem amplo das capacidades físicas e mentais do trabalhador. Para este autor “a educação, o treinamento, a persuasão, a mobilização de certos sentimentos

sociais [...] e a persuasão psicológica desempenham um papel e estão claramente presentes na formação de ideologias dominantes...” (HARVEY, 2011, p. 119). Assim, o capitalismo se utiliza de estratégias de controle físicas, mas especialmente, emocionais dos trabalhadores.

Ainda na compreensão do modo de produção capitalista, outro autor que aborda esta questão é Bravermann (1987), segundo o qual, é fundamental o controle do processo de trabalho, assim é possível ao capitalista obter aumento dos seus lucros. Este processo é conhecido como “alienação progressiva dos processos de produção do trabalhador para o capitalista” (BRAVERMANN, 1987, p.59). Conseqüentemente, dentro deste processo, segundo Bravermann, a divisão social do trabalho “é aparentemente inerente característica do trabalho humano tão logo ele se converte em trabalho social”, neste momento, o autor explica o que seria o trabalho social, entendendo como o tipo de trabalho “executado na sociedade e através dela”, sendo este tipo de divisão social gerada pela sociedade capitalista.

Percebo nas discussões apresentadas que a força de trabalho é uma mercadoria dentro da conjuntura do modo de produção capitalista. E, todo o processo de organização do trabalho está direcionado aos capitalistas que buscam baratear a força de trabalho. Segundo o autor, para obter êxito nesta caminhada o capitalismo barateia a força de trabalho ao “fraciona - lá nos seus elementos mais simples” (BRAVERMANN, 1987, p. 80), assim, ocorrem as várias subdivisões do trabalho.

Outro autor que faz um destaque sobre a questão da flexibilização das relações de trabalho, como também, acerca da vida do trabalhador é Figueiras (1997), abordagem percebida em seu texto intitulado “A desestruturação do mundo do trabalho e o ‘mal-estar’ do século”. Neste trabalho, de grande relevância, o autor apresenta uma perspectiva crítica sobre as mudanças ocorridas no mundo do trabalho, principalmente a deterioração das relações sociais, mudanças que vem desestruturando o trabalho, gerando sentimentos de insegurança e instabilidade em outros aspectos da vida social, o que Figueiras (1997) define como “situação de profundo mal-estar”.

Para abordar a questão da precariedade do trabalho como estratégia do capital, o autor Luciano Vasapollo (2006) apresenta a nova organização do capital e o discurso da flexibilização como alternativa ao desemprego enquanto estratégias do capital. Para este autor, flexibilizar pode ter vários significados, assim, flexibilização surge como uma

“imposição à força de trabalho para que sejam aceitos salários reais mais baixos e em piores condições” (VASAPOLLO, 2006, p.46). Ou seja, retiram-se do trabalhador direitos sociais e trabalhistas conquistados ao longo de várias décadas, frutos de mobilizações e lutas sociais. Conseqüentemente, impulsionando o trabalhador para a informalidade, trabalhos precários e sem proteção.

Esse é um eixo importante para pensarmos a realidade brasileira, já destacando o que mais interessa nessa discussão. No Brasil, frente às mudanças estruturais geradas pelo capital, minimamente discutidas aqui, temos assistido, ao longo dos últimos anos, um desmonte dos nossos direitos sociais e da proteção pública garantida na Constituição. O eixo desse processo vem sendo, sem dúvida, o abalo dos direitos viabilizados pela seguridade social (BEHRING, 2010, p. 154). Para a autora, um dos impactos de maior percepção foi sentido nas condições de trabalho e na alocação do fundo público com o aumento considerável das demandas devido ao desemprego, precarização do trabalho, pauperismo. Ainda segundo Behring, “a reintrodução da administração gerencial por meio das Fundações estatais é mais um caminho para a privatização, pela via da terceirização de serviços, abrindo espaço para a mercantilização e a quebra do princípio da universalidade, bem como de repasse patrimonial e de recursos públicos ao setor privado” (BEHRING, 2010, p. 171). O contexto que se percebe é da descaracterização do que é público, e repasse das demandas e recursos a outras esferas não públicas.

Para melhor compreensão do cenário de “desmonte” do que é público, em especial através dos discursos sobre a crise da Previdência Social, a autora Vivian Aranha Saboia (2006) apresenta um estudo comparativo sobre a aposentadoria no Brasil e na França, abordando questões que são pertinentes para a discussão do tema. Assim, segundo Vivian Aranha Saboia, no Brasil, o sistema de aposentadoria por repartição é fruto de um processo histórico, ou seja, “resultado de uma história política e social, da emergência progressiva de grupo de trabalhadores majoritariamente masculinos e de uma força coletiva organizada” (SABOIA, 2006, p. 124). Assim, o sistema de aposentadoria expressa a correlação de forças estabelecida entre classes e sexos ao longo do tempo, o que é importante para entendermos que, o contexto atual, marcado pelo enfraquecimento das lutas sindicais, tem sido marcado por reformas previdenciárias.

Sobre a reforma brasileira, a autora destaca que esta ocorreu segundo as “orientações” do Banco Mundial, as quais “justificam a necessidade da reforma pela diferença entre a elevação da população idosa em relação ao número de trabalhadores assalariados ativos e que contribuem para a previdência” (SABOIA, 2006, p.124). Além disso, as reformas foram justificadas pelo discurso, amplamente difundido na mídia, da existência de um déficit previdenciário alarmante o que a colocou como algo inevitável. Outra ideia contida na proposta de reforma era de que havia uma injustiça entre as aposentadorias do setor público e as do setor privado, a qual deveria ser corrigida pelo nivelamento das duas pelo nível mais baixo.

No Brasil, a primeira reforma da Previdência Social ocorreu em 1998, com a mudança nas regras para a obtenção da aposentadoria, quando passou a vigorar, para a concessão da aposentadoria, o critério de tempo de contribuição, ao invés do de tempo de serviço. Mudaram também, nessa reforma, os tempos de contribuição, ficando 35 anos para homens, com idade mínima de 53 anos, e 30 anos para mulheres, com idade mínima de 48 anos. Em 2004, o Brasil passa por nova onda de reformas, com a aprovação da PEC-40 (Proposta de Emenda Constitucional). Eis o que ficou estabelecido a partir dessa emenda:

As idades para a aposentadoria passam a ser de 55 anos para as mulheres e de 60 anos para os homens. Além disso, criou-se um teto para a pensão e instituiu-se uma cobrança de 11% sobre a parcela que exceder esse valor. Essa reforma limitou as pensões, que passaram a ser de 70% do salário devido, e estabeleceu a cobrança de 11% das atuais aposentadorias do Regime Público de Previdência Social (RPPS) que ultrapassem 2.508,72 reais (Castioni, 2005, p. 43). O aumento do tempo de cotização para homens (de 35 para 40) e para mulheres (de 30 para 35) e o novo teto passaram a vigorar também para o Regime Geral de Previdência Social (RGPS). (SABOIA, 2006, p.129)

Um dos impactos para os futuros servidores públicos, que são o foco deste projeto (servidores públicos vinculados ao Regime Próprio de Previdência), está na limitação da aposentadoria a um teto. Para a autora, os servidores que desejarem ter uma aposentadoria integral terão de contribuir com o fundo de previdência complementar. Esta foi uma das propostas, ou “orientações” do FMI para enfrentar o “déficit da Previdência”. Estas e outras medidas foram contestadas pelos sindicatos, mas o Estado reafirmou a redução e o retrocesso dos direitos sociais, e vem diminuindo progressivamente a proteção social e a cidadania.

Estes fatos citados acima pela autora são alguns acontecimentos gerados pelas mudanças no mundo do trabalho e seus impactos na Previdência, mas que devem ser compreendidos como fruto de uma influência externa que dita “orientações” ao Brasil, como estratégias do capital para se manter. É perceptível o reforço do discurso da “ineficiência” do amparo público para os aposentados e da propagada “crise da Previdência”.<sup>4</sup>

Apresentar a discussão sobre as mudanças nos processos de trabalho, e conseqüentemente as mudanças na Seguridade, é pensar também sobre as mudanças na aposentadoria do ponto de vista da solidariedade entre as gerações. E, para abordar esta questão, traremos para o presente texto as considerações de Júlio Assis Simões. Segundo este autor:

A justificativa técnica da necessidade da reforma da Previdência insistiu bastante no diagnóstico de uma crise contábil e demográfica de proporções explosivas, enquanto silenciava sobre uma questão crucial para os sistemas de proteção social: o estabelecimento de uma solidariedade pública entre as gerações. (SIMÕES, 1997, p. 170).

Segundo o autor, deve-se levar em consideração as “dificuldades objetivas do sistema brasileiro de previdência”, pelo aumento do número de idosos, da expectativa de vida, ou seja, observar, de fato, as mudanças demográficas. Contudo, os discursos sobre este Sistema e que levam à visão finalista da previdência, devido a uma “crise”, devem ser observados com cuidado. Um aspecto importante que está sendo esquecido diz respeito à “ordem moral e política dos sistemas de aposentadoria”, como destaca o autor. Isto significa, para Simões (1997), que pensar na “criação de uma forma de solidariedade pública entre as gerações é fundamental”. Dito de outra forma, compreender que a discussão da questão da aposentadoria está além das esferas familiares e privadas, apesar de perpassar pela “racionalização do mercado de trabalho”. O autor indica a relevância da solidariedade entre gerações, uma espécie de contrato entre elas que supera a questão do mercado e se funda em instâncias universais (SIMÕES, 1997).

---

<sup>4</sup> Sobre a “crise da Previdência”, há autores que contestam a ideia de “crise”, contudo, não apresentaremos neste trabalho uma discussão detalhada sobre este tema.

Ainda segundo Simões (1997), sobre a aposentadoria, ele dirá: “no plano econômico, a aposentadoria foi desde uma forma de marcar não o envelhecimento físico ou cronológico do trabalhador, mas sim sua incapacitação para o trabalho”. Segundo o autor, desde o século XIX, nos primórdios dos sistemas de proteção social, a velhice se confundia com a invalidez, com a doença. Contudo, boa parte dos recursos eram destinados aos doentes. Ou seja, enquanto o trabalhador tivesse força e saúde poderia desempenhar as suas funções, apenas os doentes e inválidos deveriam ser afastados do trabalho.

Para Simões, esta “situação se modificou a partir das primeiras décadas do século XX, devido principalmente às transformações na organização da produção, que introduziram não só nova tecnologia de produção, mas principalmente o interesse por uma gestão racional da mão-de-obra, tendo em vista a maximização da produtividade”. (SIMÕES, 1997, p. 176). Assim, pode-se perceber, segundo o autor, que os trabalhadores com mais idade, os velhos, foram discriminados e tornaram-se indesejados no espaço produtivo, mesmo apresentando saúde e dinamismo. Teve início o “interesse pela aposentadoria dos trabalhadores mais velhos, como um meio de livrar a empresa da responsabilidade de lhes prover emprego e salário” (SIMÕES, 1997, p. 176).

Em sua tese de doutorado, o autor discute sobre aposentadoria e trabalho, estabelecendo inicialmente a relação entre estas duas categorias. Percebe-se nas concepções do autor que:

A aposentadoria foi um meio de retirar os trabalhadores da população ativa, permitindo que os empregadores se desembaraçassem de seus empregados mais velhos, entregando sua manutenção aos cuidados do Estado. Sob esse aspecto, o sistema de aposentadorias representou um importante instrumento para as estratégias patronais de gestão da mão-de-obra. (SIMÕES, 2000, p. 36)

Ou seja, a aposentadoria também poderia ser compreendida como uma estratégia de controle do trabalho, dispensando o trabalhador mais velho e encaminhando as responsabilidades por estes trabalhadores velhos ao Estado. No trabalho do autor, vale também ressaltar que é possível perceber que a aposentadoria também impulsionou a saída dos trabalhadores mais velhos, com maior experiência e com maiores salários, para a

contratação de outro público (trabalhadores), que fosse mais jovem, sem experiência e, assim, fosse possível pagar salários mais baixos.

Este contexto que se forma dentro da conjuntura da acumulação capitalista gera amplas conseqüências. Para Simões, “a volta da responsabilidade familiar pelos idosos pode ser vista como uma conseqüência da desconsideração generalizada do papel crucial da solidariedade pública intergeracional na gestão, expansão e conservação dos sistemas de aposentadoria” (SIMÕES, 1997, p. 179). Contudo, este pacto intergeracional está ameaçado quando se observam as mudanças estruturais do mundo do trabalho. Ou seja, os empregos formais estão sendo precarizados, e os trabalhadores forçados a ocuparem os espaços informais de trabalho, devido à flexibilização do processo de trabalho.

Para Simões, as previsões futuras são de gastos excessivos e receitas escassas devido ao número de idosos no sistema previdenciário. O Estado não apresenta soluções que beneficiem o pacto intergeracional, mas se isenta gradativamente de responsabilidades com os aposentados. Observa-se a transferência de responsabilidades. Como ressalta Simões,

(...) tais discursos exercitam sua futurologia manipulando cifras demográficas e contábeis implacáveis, que invariável e repetidamente anunciam a falência do sistema. No entanto, a precisão futura dos sistemas de proteção e das relações entre as gerações não se reduzem a problemas de demografia ou de contabilidade nacional. É sem dúvida muito difícil fazer estimativas e previsões sobre as mudanças culturais na relação entre as gerações ou na imagem social do envelhecimento... (SIMÕES, 1997, p. 180).

Para o autor, as previsões sobre os rumos da Previdência são muitas vezes pessimistas, e podem não corresponder à realidade previdenciária, como também, deve-se perceber outras possibilidades sobre o que de fato será a Previdência em um futuro não distante. Contudo, diante da discussão sobre o destino de um sistema e suas nuances, vale destacar, teoricamente, a trajetória das mulheres como trabalhadoras, suas semelhanças ou dissemelhanças como a inserção do homem no mercado de trabalho, como também, como são as condições de vida da mulher aposentada.



### 2.3.2. O trabalho das mulheres e sua condição como aposentadas

Para apresentar esta questão, é importante salientar alguns aspectos. Segundo Freitas, as “práticas sociais diferem de acordo com o sexo do indivíduo” (2007, p. 9). Ou seja, há profundas diferenças entre as práticas sociais femininas e masculinas, diferenças marcadas pelas relações de poder, de subordinação, de dominação. Seja no âmbito público (esfera do trabalho produtivo), seja a nível familiar (na esfera das relações privadas e hierarquia familiar). Segundo a autora:

As atividades realizadas por homens e mulheres no mercado de trabalho e no âmbito doméstico são marcadas por diferenciações e desigualdades baseadas no sexo. Essas duas esferas (econômica e doméstica) se retroalimentam, contribuindo para a manutenção do sistema de gênero, que diferencia e hierarquiza as práticas de homens e mulheres. (FREITAS, 2007, p. 10)

A divisão sexual do trabalho direciona socialmente os homens para a esfera produtiva e as mulheres para a reprodutiva, ligando os homens às atividades de mais valor. Essa noção implica, pois, no reconhecimento da separação e da hierarquia entre trabalhos de homens e de mulheres.

O movimento feminista teve papel fundamental na crítica à invisibilidade e a gratuidade do trabalho doméstico, ressaltando a importância social desse trabalho realizado no âmbito da reprodução social para o sistema, sobretudo ao contribuir para reproduzir o baixo custo da força de trabalho e ao desenvolver gratuitamente trabalho importante na organização do sistema capitalista. Contudo, essa discussão se ampliou para o debate sobre as relações sociais de sexo dentro do universo do trabalho. E, para a complementariedade, no sistema capitalista, entre trabalho doméstico e produtivo, entre família e trabalho.

Nesta parte do trabalho, será apresentado inicialmente o texto de Claudia Mazzei Nogueira (2010), que apresenta a discussão sobre a tendência do trabalho feminino no contexto de *reestruturação produtiva*, pós-crise do taylorismo/fordismo, como também no atual cenário da era da *acumulação flexível*. Contudo, no decorrer do texto, outros autores se farão presentes nos diálogos sobre a temática proposta para este momento teórico.

Cláudia Nogueira (2010) apresenta inicialmente uma breve revisão histórica sobre a inserção da mulher no mundo do trabalho, ou seja, como esta mulher foi inserida no contexto

do trabalho desde as sociedades pré-capitalistas, até o nosso cenário atual. A autora começa mostrando que no início da divisão social do trabalho, a mulher, fosse escrava ou livre, desenvolvia o seu trabalho em um ambiente doméstico. A mulher era responsável pela manutenção da reprodução, passando por diversos aspectos relacionados à subsistência, de homens e da prole.

A autora destaca dois importantes pensadores que já sinalizavam em suas obras uma forma de escravidão na família, que significaria, de certa forma, os primeiros indícios de propriedade. Nas palavras de Marx e Engels, citados por Nogueira,

A primeira divisão do trabalho é a que se fez entre o homem e a mulher para procriação dos filhos, ao que Engels acrescentou, na *Origem da família da propriedade privada e do Estado*, que o primeiro antagonismo de classes que apareceu na História coincide com o desenvolvimento do antagonismo entre o homem e a mulher na monogamia; e a primeira opressão de classes, com a opressão do sexo feminino pelo masculino. (MARX e ENGELS apud NOGUEIRA, 2010, pp.70-71)

Pensando no advento da Revolução Industrial, a autora ressalta a presença feminina de maneira ampliada, mas que surge “suprindo as lacunas que eram conseqüências das transformações no mundo produtivo”. (NOGUEIRA, 2010, p. 200). A autora apresenta uma passagem de Marx que será bastante relevante e que caracteriza a inserção da família no mercado de trabalho:

Tornando-se supérflua a força muscular, a maquinaria permite o emprego de trabalhadores sem força muscular ou com desenvolvimento físico incompleto, mas com membros mais flexíveis. Por isso, a primeira preocupação capitalista ao empregar a maquinaria foi a de utilizar o trabalho das mulheres e das crianças. Assim, de poderoso meio de substituir trabalho e trabalhadores, transformou-se imediatamente em meio de aumentar o número de assalariados, colocando todos os membros da família do trabalhador, sem distinção de idade ou sexo, sob o domínio direto do capital. (MARX apud NOGUEIRA, 2010, p. 449-450)

Logo, percebe-se que a inserção da mulher na indústria representou uma divisão do valor da força de trabalho por toda a família, ocorrendo principalmente a redução do salário pago ao trabalho do homem. Ou seja, ocorre assim, a divisão sexual do trabalho realizada pelo capital, para “incentivar a competição entre os trabalhadores, rebaixando os salários em

decorrência do ingresso da força de trabalho feminina, incorporada à classe trabalhadora e recebendo salários ainda mais reduzidos.” (NOGUEIRA, 2010, p. 201). Logo, mulheres e crianças foram também transformadas em matéria de exploração do capital, que tinha como objetivo a ampliação do seu ciclo reprodutivo.

Voltando a Engels, a autora destaca também que o advento da industrialização e a consolidação do capitalismo já se deu de forma excludente em relação à mulher, uma vez que esta continuou restrita aos seus deveres familiares, ficando excluída do trabalho social e da condição de assalariamento. E, se quisesse participar do trabalho industrial, como trabalhadora assalariada, teria que abandonar as obrigações domésticas, uma vez que a “família individual moderna baseia-se na escravidão doméstica, franca ou dissimulada, da mulher, e a sociedade moderna é uma massa cujas moléculas são as famílias individuais”. (ENGELS apud NOGUEIRA, 2010, p.202)

Sobre isso, Nogueira ainda recorre às concepções de Saffioti quanto à questão da divisão sexual do trabalho:

A grande maioria dos homens, centrando sua visão sobre a mulher como sua concorrente real no mercado de trabalho, deixa de perceber a situação feminina, e a sua própria, como determinadas pela totalidade histórica na qual ambos estão inseridos. (...). Para a visão globalizadora, ‘libertar a mulher de sua alienação é, ao mesmo tempo, libertar o homem de seus fetiches’. (SAFFIOTI apud NOGUEIRA, 2010, p.203)

O ingresso feminino no mercado também significou a diminuição dos valores pagos aos homens, entretanto, as mulheres, ao serem inseridas, eram remuneradas com valores mais baixos ainda. Percebo também no texto, que a divisão de classe está articulada com a dimensão de gênero, quando se pensa na questão da exploração pelo capital.

Continuando seu texto, a autora faz menção à questão tratada no item anterior, qual seja, as várias metamorfoses do capitalismo, situando como a mais importante, o processo intenso de reestruturação produtiva, a partir da década de 1970, em alguns casos, a substituição do padrão produtivo baseado no taylorismo/fordismo, dando origem ao que a literatura tem denominado de “toyotismo”. Nogueira menciona Harvey e sua definição de acumulação flexível,

Pelo confronto direto com a rigidez do fordismo. Ela se apóia na flexibilidade dos processos de trabalho, dos mercados de trabalho, dos produtos e padrões de consumo. Caracteriza-se pelo surgimento de setores de produção inteiramente novos, novas maneiras de fornecimento de serviços financeiros, novos mercados e, sobretudo, taxas altamente intensificadas de inovação comercial, tecnológica e organizacional. A acumulação flexível envolve rápidas mudanças dos padrões de desenvolvimento desigual, tanto entre setores quanto entre regiões geográficas, criando, por exemplo, um vasto movimento no emprego chamado ‘setor de serviços’. (HARVEY, apud NOGUEIRA, 2010, p. 204)

É perceptível, na literatura apresentada, que a crise do taylorismo/fordismo, é uma crise estrutural do capital, ou seja, a “tendência decrescente da taxa de lucro se evidencia”. A própria crise levou o capital a se reorganizar, como consequência, modificando o seu sistema ideológico, como também político. Pode ser citado como um exemplo dessa reorganização: o advento do neoliberalismo, que tem como características principais as privatizações do Estado; desregulações dos direitos trabalhistas e a “desmontagem do setor produtivo estatal”. Fatos difundidos pelo capital com o apoio da mídia, que propaga os “prejuízos” gerados pelos serviços oferecidos pelo Estado, a “ineficiência” do que seria público.

Foi neste contexto que, segundo a autora, entre os períodos de 1980 e 1990, ocorreu a expansão da hegemonia econômica, política e ideológica do neoliberalismo (inicialmente na Inglaterra, EUA e Alemanha), como uma crítica severa ao Estado de bem-estar social (Welfare State) e aos direitos sociais. Destacam-se na literatura estudada, os seguintes acontecimentos, o desmonte dos direitos sociais; a flexibilização do trabalho; a informalização (carteira sem registro); perda de várias conquistas trabalhistas, resultantes da luta dos trabalhadores e sindicatos.

A reestruturação produtiva do capitalismo e o neoliberalismo estabelecem uma relação com o crescimento do emprego das mulheres, segundo Nogueira. Por exemplo: o trabalho terceirizado, por permitir a realização de atividades no espaço doméstico, é frequentemente destinado às mulheres, ou seja, a mulher não se desloca do seu ambiente doméstico, sendo muito vantajoso ao capital, pois não é forçoso se pagar benefícios sociais e trabalhistas.

Assim, o capital explora “a mulher enquanto força de trabalho, apropria-se com maior intensidade dos seus ‘atributos’ desenvolvidos nas suas atividades reprodutivas, vinculando as tarefas oriundas de seu trabalho reprodutivo” (NOGUEIRA, 2010, p. 206). Há uma dupla

exploração, tanto no espaço produtivo, como no reprodutivo. Intensificando assim, a desigualdade de gênero na relação de trabalho.

Segundo a autora, com a mundialização do capital, alguns efeitos complexos foram observados: em relação ao emprego masculino, houve uma regressão ou estagnação; o emprego feminino remunerado cresceu. Entretanto, o aumento do contingente de mulheres no mundo do trabalho, seja ele formal ou não formal, não significa melhores oportunidades de trabalho e melhores cargos, mas se traduz em cenários onde há predominância de empregos ainda precários e vulneráveis, com baixa remuneração, marcados por uma flexibilização mais acentuada, como, por exemplo, o trabalho em tempo parcial realizado, majoritariamente, por mulheres. Além disso, é preciso considerar também que as trabalhadoras são menos protegidas tanto pela legislação do trabalho quanto pelas organizações sindicais.

No Brasil, registra-se a tendência da feminização do trabalho, bem como da desigualdade salarial entre homens e mulheres, com as mulheres recebendo salários mais baixos, ainda que ocupando os mesmos postos que os homens, como também com a presença majoritariamente feminina em setores de atividade onde o salário é mais baixo. Nogueira (2010) trabalha com a hipótese de que a gratuidade do trabalho doméstico instituída nessa sociedade e a simbologia da superioridade do trabalho masculino fundam e legitimam as diferenças salariais entre homens e mulheres. Ou seja, ela sustenta que a divisão sexual do trabalho e as desigualdades que gera são funcionais ao capitalismo.

No contexto da precarização do trabalho, verifica-se como isso se dá por meio do uso do trabalho feminino em trabalhos por tempo parcial que podem ser conciliados com as tarefas domésticas, o que é apresentado como algo intrinsecamente positivo para a mulher e a vida familiar. Nesse contexto, então, o aumento da inserção da mulher no mercado de trabalho traz uma contradição entre a possibilidade emancipatória contida nesse processo e a desigualdade nas condições de trabalho entre homens e mulheres que é mantida e intensificada, com a inserção das mulheres em empregos muito precários e sob forte exploração de sua força de trabalho. Para a autora:

Assim o processo de feminização do trabalho tem um claro sentido contraditório, marcado pela positividade do ingresso da mulher no mundo do trabalho e pela negatividade da precarização, intensificação e ampliação das formas e modalidades de exploração do trabalho. Enfim, é nessa dialética que a feminização do trabalho, ao mesmo tempo, emancipa, ainda que de

modo parcial, e precariza, de modo acentuado. Oscilando, portanto, entre a emancipação e a precarização, mas buscando ainda caminhar da precarização para a emancipação. (NOGUEIRA, 2010, p. 231).

A realidade do trabalho feminino precarizado terá grande influência no processo de aposentadoria e envelhecimento feminino. Deve-se também observar que o Brasil se encaminha para uma população crescente de mulheres que estão envelhecendo. Segundo Lara Carvalho Vilela de Lima e Cléria Maria Lobo Brittar Bueno, a partir da década de 1940 e 1960, e das mudanças demográficas ocorridas nesse período, o Brasil passa pelo processo de envelhecimento da população. As autoras apontam o forte componente de gênero presente no envelhecimento da população brasileira, apresentando o seguinte dado: “em 2000, para cada 100 mulheres idosas havia 81 homens idosos. Em 2050, essa relação será de 100 idosas para 76 idosos do sexo masculino” (LIMA; BUENO, 2009, p. 274). Diante dessa projeção, uma das questões que se coloca para a sociedade e Estado é acerca do enfrentamento das vulnerabilidades relacionadas à idade e como serão equacionadas para esse grande contingente de mulheres idosas, uma vez que o processo de envelhecimento nas mulheres não ocorre de maneira semelhante aos homens, como também, as conseqüências deste processo são distintas.

As mudanças contemporâneas que estão sendo apresentadas nesse trabalho configuram-se como contexto em que o envelhecimento feminino vem sendo construído diferencialmente em relação a épocas anteriores, como já foi mencionado. Alguns papéis rigidamente demarcados puderam ser relativizados, permitindo a vivência de experiências de lazer e sociabilidade a mulheres mais velhas. Ao mesmo tempo, as idosas assumem papéis e responsabilidades crescentes na provisão e chefia familiar, bem como no cuidado de gerações mais jovens. Do ponto de vista da emancipação feminina, esse quadro traz também ambiguidades, pois ainda que o aumento da visibilidade social das mulheres idosas e a ampliação de suas possibilidades de expressão pessoal sejam um dado concreto, isso não significa que a mulher idosa tenha necessariamente mais liberdade para o uso do seu tempo, pois não necessariamente estão liberadas de seus afazeres domésticos. Do mesmo modo, as condições objetivas das mulheres mais velhas para a vivência desta etapa da vida, além de reproduzirem as diferenças de classe de nossa sociedade, reproduzem as desigualdades de gênero, pelo menos no tocante à questão da aposentadoria.

Segundo Vivian Aranha Saboia, “à precarização acentuada dos empregos, soma-se, então, a perspectiva de uma precarização crescente das aposentadorias, cujas conseqüências são ainda piores para as mulheres do que para os homens” (SABOIA, 2006, p. 124). Isto significa que a reforma da Previdência (apresentada anteriormente neste projeto), atinge aos trabalhadores, mas especialmente as mulheres que entraram no mercado de trabalho, no ambiente produtivo de forma desigual, sendo importante direcionar a atenção para a questão de gênero aí contida.

Conseqüentemente, as mudanças que atingiram a aposentadoria surtiram efeitos diferentes nas mulheres. Ainda segundo a autora,

Os regimes de aposentadoria foram concebidos, tomando-se como referência as categorias socioprofissionais da época, as quais eram ocupadas majoritariamente por homens que trabalhavam em tempo integral e sem interrupção na carreira. O desenvolvimento do trabalho remunerado feminino e das diversas formas sob as quais ele pode se apresentar não foi acompanhado de uma evolução igualitária dos regimes de aposentadoria. (SABOIA, 2006, p. 124).

Nas considerações da autora, isso se deve ao fato do modelo brasileiro (e o Francês, que é estudado pela autora) ter por base um funcionamento “patriarcal, protecionista e familialista” que não beneficia o coletivo, ou seja, o universal, muito menos as mulheres.

As desigualdades presentes no mundo do trabalho refletem-se também, no universo da aposentadoria, pois, os menores rendimentos femininos, o grande contingente de mulheres em situações de trabalho precário e outras desigualdades resultam em menor contribuição e em aposentadorias mais baixas. Isto ocorre por que:

A equivalência contributiva significa que cada trabalhador recebe em função da sua contribuição e não em função das suas necessidades, o que afeta não apenas as mulheres trabalhadoras, mas também suas respectivas famílias crescentemente dependentes da figura feminina (SABOIA, 2006, p. 125)

Pensar na desigualdade de aposentadorias com relação às mulheres, é compreender que esta desigualdade vem de um momento anterior, momento em que a mulher estava inserida na esfera produtiva, de maneira desigual, com salários menores, empregos precários. A mulher estava inserida nos mercados informais, sem carteira assinada e, segundo a autora,

parte destas mulheres que pertencem à População Economicamente Ativa - PEA, “não possuem renda mensal regular”. Além disso, a vida das mulheres é mais marcada por períodos de interrupção de atividades laborativas em função da necessidade de cuidar dos filhos e/ou de outros familiares dependentes. Tudo isso contribui para a redução das cotizações femininas, bem como atrasa a obtenção do tempo necessário para aposentar e para que a cobertura previdenciária dispensada à mulher seja menor que a dispensada ao homem. Assim, pode-se concluir que

As desigualdades existentes entre as aposentadorias masculinas e femininas resultam da persistência das discriminações sexuais no mercado de trabalho, assim como da precarização do emprego feminino e da desigual divisão do trabalho doméstico. (SABOIA, 2006, p. 127)

A distinção na aposentadoria entre homens e mulheres parece potencializar o espaço abissal entre eles, espaço construído histórica, social e economicamente. Segundo Saboia, “as reformas adotadas colaboram para manter as diferenças entre as aposentadorias masculinas e femininas e, em certa medida, para reforçá-las” (SABOIA, 2006, p. 128).

Um caminho se apresenta aos olhos, mesmo de maneira simples e sutil, este caminho sinaliza para outro olhar sobre a velhice, demonstrando que há possibilidades diferentes dos apresentados atualmente. É um caminho de vivência única, como aposentada que se percebe em momento de envelhecimento, como mulher que sempre superou as dificuldades, construídas historicamente e que, neste momento da vida, pode aprender a escrever outra história, outra forma de viver a velhice na contemporaneidade, mesmo diante das adversidades impostas pelas mudanças estruturais da sociedade e da tentativa de precarização, realizada pelo capital, do ciclo de vida.

#### **2.4. Relatos Oraís**

Sobre as técnicas de depoimentos orais vale apresentar algumas considerações teóricas. Segundo Ethel Kosminsky, a técnica de histórias de vida e depoimentos pessoais tiveram início na década de 1930, nos Estados Unidos, pela sociologia. No Brasil, estas técnicas foram abordadas por alguns autores na década de 1950. Autores como Roger Bastide,



Renato Jardim Moreira e Florestan Fernandes apresentaram reflexões sobre as técnicas em destaque.

Ainda segundo Kosminsky (1986), nas reflexões de Roger Bastide, este pesquisador identificou a origem desta técnica na psicologia, “como é o caso da pesquisa já antiga de Aliport, Bruner e Jandorf” (1986, p. 31), que apresentaram um trabalho abordando a “personalidade na catástrofe social”. Neste estudo, o foco da atenção está na personalidade em um período específico de tempo, a técnica utilizada de documento pessoal é a do depoimento pessoal.

Para a técnica de coleta das histórias de vida e dos depoimentos pessoais, a utilização do gravador é importante, ou seja, entrevistas gravadas mostram fielmente as expressões dos pesquisados e como apresentam os fatos de sua vida. Para este tipo de técnica é preferível entrevistas mais livres que expõem muito mais a realidade do que entrevistas muito dirigidas ou fechadas, segundo Ethel Kosmonsky.

Ainda segundo Ethel Kosmonsky, “em relação aos depoimentos pessoais, podemos concluir que muito embora apresentem o caráter do não-direcionamento, pelo emprego da ‘técnica livre’, cabe ao pesquisador ter claramente definidos os problemas a que se propõe investigar e o roteiro dos temas que pretende tratar com o pesquisado” (1984, p.34). Ou seja, deve-se ter um roteiro, e este pode ser flexibilizado.

Sobre os depoimentos orais, a autora Lígia Maria Leite Pereira (1991) apresenta importantes reflexões. Para esta autora, é nos anos 1950 que aparece no Brasil a possibilidade de empregar os depoimentos orais na análise sociológica. Esta possibilidade surge com um grupo de estudiosos na USP, seriam estes: Maria Isaura Pereira de Queiroz, Renato Jardim Moreira, Florestan Fernandes, coordenados por Roger Bastide. A preocupação central do grupo, segundo a autora, seria separar a técnica de suas origens psicológicas, e transformá-la em técnica sociológica, ou seja, “em instrumento de análise sociológica”.

Segundo Pereira (1991), “foi a partir do momento em que se admitiu que valores e opiniões tinham base coletiva, que não eram produto essencialmente individual, que as histórias de vida ganharam importância para a Sociologia...” (1991, p. 113). Ou seja, nos relatos orais estavam presentes elementos do coletivo, do geral. O homem vive e age

coletivamente, e esta vivência está presente nos relatos orais. É possível perceber o contexto social nos relatos orais dos homens.

Para a autora, “se o vivido é recuperado, conforme concebido por quem viveu, o método biográfico remete, necessariamente, à questão da memória” (1991, p. 113). E para apresentar esta questão, a autora aborda a sociologia da memória de Maurice Halbwachs. Este buscava estabelecer uma ligação entre a memória e a sociedade. Ou seja, parte da memória pessoal seria construída pela sociedade, pela vida na coletividade. Assim, “a memória individual não está inteiramente isolada e fechada. Um homem para evocar seu próprio passado tem, freqüentemente, necessidade de fazer apelo à lembrança dos outros... É porque na realidade nunca estamos sós” (HALBAWCHS apud PEREIRA, 1991, p. 114). Ou seja, é possível perceber uma relação entre a memória do sujeito e a sociedade, a sua vivência e convivência social reflete e se expressa através da memória pela linguagem.

Segundo Pereira, “o uso da memória pelo entrevistado denuncia certos aspectos que devem ser levados em consideração na interpretação dos dados recolhidos. O que o informante seleciona para relatar é muito significativo, da mesma forma que a ausência de certos temas e os esquecimentos”. (1991, p. 114). Foi relevante tal consideração, pois nas entrevistas, o relato apresentou-se rico de detalhes, mas também, os esquecimentos das entrevistadas foram destacados.

Para Lúcia Pereira, as concepções de Poirier, Valladon (1980) “apontam que o relato de vida é um instrumento de conhecimento da sociedade, é um meio e não um fim, já que o narrador não se limitará a contar sobre si, contando também sobre os outros, fazendo aparecer a imagem de si, mas também a imagem que ele faz de seu grupo, de seu meio e de seu tempo” (1991, p. 117). A narrativa apresenta o sujeito no geral e no particular.

Segundo a autora, um dos sociólogos, membro do grupo da USP na década de 1950, a socióloga Maria Isaura Queiroz, sugeriu comparar diversas histórias de vida para compreender o geral do particular, o comum do individual. Assim, as histórias de vida se transformariam em um instrumento de avaliação da sociologia. E, segundo Pereira, “nesta perspectiva, uma das regras mais importantes na coleta de histórias de vida para fins sociológicos seria a elaboração de um roteiro prévio de entrevista, pois só assim torna-se

possível a comparação” (QUEIROZ apud PEREIRA, 1991, P. 117). Ou seja, é importante a utilização de um roteiro para a entrevista neste tipo de técnica.

Outro aspecto que deve ser destacado é a quantidade de entrevistas que serão realizadas. Segundo Pereira, o autor Daniel Bertaux trouxe relevante contribuição sobre esta questão. Ao serem realizadas as entrevistas e ao se confrontar as trajetórias de vida, começa a “tornar-se visível a lógica social a elas subjacentes. A partir de um determinado momento, os autores observaram que cada nova história de vida confirmava a precedente, percebendo, então, que havia um novo processo em curso” (1991, p. 119). O processo mencionado é denominado de “processo de saturação”, concepção apresentada por Daniel Bertaux.

Contudo, a autora destaca que “ainda que seja possível a generalização do material a partir dos relatos orais, deve-se ter em mente, como lembra Cipriani (1988), que a prática da história de vida, por seus próprios supostos básicos, não pretende nunca a universalidade absoluta, indiscutível, isto é, uma generalização indiscriminada” (1991, p. 119).

Segundo Pereira, “os relatos orais permitem esclarecer o lado subjetivo dos processos sociais. De acordo com Becker (1986), esclarece que estes aspectos foram objeto de numerosos estudos e de muitas hipóteses não-controladas, mas só através das histórias de vida pode-se verificar realmente como esses processos são experimentados, vividos e sentidos pelos indivíduos” (1991, p. 120)

Ainda conforme Pereira, “são precisamente as histórias de vida que podem permitir que se estabeleça concretamente como se dá a relação entre história de vida e história social, mudança individual e mudança social”. ( 1991, p. 123). Para a autora, as concepções de Thompson afirmam que “só traçando a vida individual é que podem ser estabelecidas as conexões entre o desenvolvimento da personalidade e a economia social, por meio da influência mediadora dos pais, dos grupos de vizinhanças, da escola e de outros grupos primários”. (1991, p. 123). “A família seria a instituição social primeira, na qual a energia humana é produzida e socializada” (1991, p. 123), segundo Pereira.

Assim, fiz a opção pelos relatos orais por ser uma técnica que representa a mudança que as professoras sofreram com a passagem do trabalho para o não-trabalho, e o significado de um e do outro e desta transição na vida das entrevistadas. Mas também, com os relatos, é possível perceber como vêm a aposentadoria e o envelhecimento.

### **III TRABALHO, APOSENTADORIA E VELHICE: ANÁLISE DOS RELATOS DAS PROFESSORAS APOSENTADAS**

#### **3.1. O percurso metodológico do trabalho**

O percurso de investigação deste trabalho foi planejado, estabelecendo-se dois momentos. O primeiro relaciona-se a uma pesquisa bibliográfica que foi feita em artigos, periódicos e livros, na tentativa de construir uma fundamentação teórica em torno das questões propostas para o estudo. E, no segundo momento, foi pensada uma pesquisa de campo, de natureza qualitativa, através de entrevistas. Nesse momento, privilegiei os relatos orais, com roteiro semi-estruturado, como a técnica que mais me aproximou do significado do trabalho e do não-trabalho na vida de professoras aposentadas no município de Feira de Santana. Apresentarei de maneira breve, o que trata o método proposto e a técnica utilizada para a pesquisa, assim como, o percurso metodológico construído, o processo de entrada no campo, a escolha das entrevistadas e a descrição, breve, do perfil das mesmas.

A pesquisa de natureza qualitativa pareceu ser a mais pertinente diante da proposta aqui apresentada. Segundo Minayo (2007), a pesquisa qualitativa “trabalha com o universo dos significados, dos motivos, das aspirações, das crenças, dos valores e das atitudes”, compreendendo estes aspectos como a realidade social, pois o homem interage, reage, pensa, relaciona-se com o contexto a sua volta e com outros homens. Esta abordagem pareceu se ater aos significados e representações, sentidos que busquei compreender nesta dissertação.

A presente pesquisa foi realizada na cidade de Feira de Santana, localizada a 107 km de Salvador. As pessoas envolvidas na pesquisa são professoras aposentadas pelo Regime Próprio de Previdência Social (RPPS), Regime destinado ao servidor público municipal. O Artigo 40 da Constituição Federal de 1988 dispõe sobre os Regimes Próprios de Previdência. Este Regime foi criado pela Lei Municipal n. 1.693/93 e alterada pela Lei 1.802/95. Algumas das características do RPPS dizem respeito ao caráter contributivo, público, filiação obrigatória, administrado pela esfera pública municipal, visa à cobertura previdenciária aos servidores públicos municipal e seus dependentes.

Pensar sobre a amostra é avaliar quem são os sujeitos que participaram ou não, do processo de investigação. Segundo Deslandes (2007, p.48), “este processo de definição de certa quantidade de representantes num universo de possibilidades (tanto de instituições quanto de sujeitos) é também denominado de ‘seleção de amostra’ ou ‘definição da amostragem’. Vale destacar que se pode falar em dois tipos gerais de amostras, são: as intencionais, e as não-intencionais. Para Deslandes, a diferença entre elas perpassa pela seguinte questão: a primeira, pode ser compreendida quando todos os sujeitos de uma população podem ter a oportunidade de serem escolhidos a participar da amostra; e a segunda implica em “conhecer a oportunidade de um sujeito ser selecionado, permite estimar o erro da amostragem, o que ajuda ao pesquisador não generalizar equivocadamente uma situação específica a toda a sua população”. (LAVILLE, DIONNE apud DESLANDES, 2007).

Trabalhei com a amostra intencional, uma vez que já tinha bem claro quais eram os sujeitos significativos para a pesquisa. Pretendia entrevistar as professoras aposentadas pelo Regime Próprio de Previdência, que se encontrassem em diversas situações familiares, mas que fosse possível o acesso facilitado a esse universo, pois muitas delas fazem parte de minha rede pessoal de contatos. Em decorrência do fato de minha mãe ser professora aposentada e possuir uma trajetória de ensino de mais de quarenta anos de profissão, optei por realizar as entrevistas com a rede de contatos dela. Pude, desse modo, selecionar as depoentes que preenchiam os requisitos da pesquisa. Assim, o processo de entrevistas ocorreu inicialmente, com um contato telefônico com as pesquisadas, e posterior agendamento das entrevistas. Estas foram realizadas em dias e horários definidos pelas pesquisadas, e todas as entrevistas foram feitas nos domicílios de cada professora. Penso que a entrevista realizada no ambiente doméstico da entrevistada proporciona comodidade e tranquilidade às informantes para relatarem fatos da sua vida.

Como já mencionei, trabalhei com depoimentos orais colhidos por meio de entrevistas. Utilizei um roteiro semi-estruturado como guia do trabalho. Esse roteiro garante um certo controle das questões a serem abordadas, mas, ao mesmo tempo, “o entrevistado tem a possibilidade de discorrer sobre o tema em questão sem se prender à indagação formulada” (MINAYO, 2007). Enfim, o que é importante na entrevista, para esse trabalho, é a obtenção de “informações diretamente construídas no diálogo com o indivíduo entrevistado e que tratam da reflexão do próprio sujeito sobre a realidade que vivencia”. (2007, p. 65). Ou seja,

este tipo de informação apresenta os significados, representações, opiniões, crenças dos sujeitos, e deve ser considerado um aspecto muito relevante da pesquisa qualitativa.

Assim, a entrevista, como “forma privilegiada de interação social, está sujeita à mesma dinâmica das relações existentes na própria sociedade” (MINAYO, 2007, p. 65). Isto implicou, no trabalho, em que as entrevistadas expressam a realidade social em que vivem e a forma como representam esta realidade, a maneira como pensam e sentem os acontecimentos cotidianos e como se relacionam com o outro. Ou seja, a entrevista está além do que é verbalizado pelo entrevistado, ela nos introduz nos conflitos, no cotidiano e na realidade social dos sujeitos envolvidos na pesquisa.

O tempo dedicado a essa etapa e o número de entrevistas foi relacionado à obtenção das informações necessárias, até que o material obtido permitisse uma análise aprofundada em que fosse possível identificar códigos simbólicos, determinados padrões, categorias, classificações, perceber recorrências. Nesse ponto, usualmente chamado de ponto de saturação, como discuti anteriormente, foi possível interromper o trabalho de campo.

Deve-se ressaltar que, aos sujeitos da pesquisa, foi apresentado um termo de Termo Livre e Esclarecido sobre a pesquisa desenvolvida, com informações pertinentes ao projeto, como tema, riscos e benefícios da pesquisa, objetivos, destacando a Ética na utilização das informações.

Após as entrevistas feitas, transcrevi literalmente todo o material e, em seguida, procedi a sua categorização, ou seja, dediquei-me a identificar as categorias principais, presentes no material da pesquisa. Após este momento, realizei uma análise interpretativa do conteúdo. Segundo Romeu Gomes<sup>5</sup>, “ao analisarmos e interpretarmos informações geradas por uma pesquisa qualitativa, devemos caminhar tanto na direção do que é homogêneo quanto no que se diferencia dentro de um mesmo meio social” (2007, p. 80). As informações que forem obtidas devem ser levadas em consideração, sejam elas as mais preponderantes ou as que aparecem pontualmente. Deve-se entender que por análise se compreende o ir além do que foi dito ou escrito, ou seja, “é fazer uma decomposição dos dados, buscando as relações

---

<sup>5</sup> Este autor apresenta uma discussão sobre análise em pesquisa qualitativa e, sobre este assunto o autor expõe em seu artigo intitulado “Análise e Interpretação de dados de pesquisa qualitativa”, texto encontrado no livro Pesquisa Social: teoria, método e criatividade, organizados por Maria Cecília de Souza Minayo (2007).

entre as partes que foram decompostas” (GOMES, 2007, p. 80). E por interpretação, este mesmo autor dirá “buscam-se sentidos das falas e das ações para chegar a uma compreensão ou explicação que vão além do descrito e do analisado” (GOMES, 2007, p. 80). Para este autor a interpretação tem papel relevante na pesquisa, seria para ele o início e a chegada de uma pesquisa qualitativa.

### *As depoentes*

Após um contato inicial com as professoras, feito no período dezembro de 2012, parti posteriormente, no mês de Janeiro, para as visitas às residências das mesmas, nos dias e horário disponibilizados pelas próprias aposentadas. Fiz uso do gravador, pois as entrevistas gravadas mostram fielmente a intenção das pesquisadas e como estas apresentam os fatos de sua vida. Todas as entrevistadas permitiram esse tipo de registro. Como já informei, a quantidade de mulheres entrevistadas foi definida quando se percebeu um ponto de saturação. Ou seja, quando iniciei a comparação entre os relatos, percebi que cada relato confirmava o precedente, assim, foi possível perceber o ponto de encerrar as entrevistas.

Depois de terminado o trabalho de entrevista e iniciado o percurso de tratar e analisar os dados, percebi rapidamente o perfil das entrevistadas. Eram mulheres com idades entre 53 e 73 anos, aposentadas há mais de três e menos de oito anos. Elas viveram em contextos sociais diversos, com expectativas diferentes, mas com concepções comuns, como por exemplo, da profissão de professora.

É importante destacar neste momento, o perfil breve destas professoras aposentadas. Vou chamá-las por outros nomes, nomes de poetisas, filósofas e escritoras. Assim, irei apresentá-las da seguinte forma: a primeira entrevistada será chamada de Clarice, a segunda, de Simone, a terceira, Cecília, a quarta, de Lígia e, a última entrevistada, de Hannah. Com esta breve explanação, será possível perceber quem são e situá-las no contexto familiar e social.

Dona Clarice era filha de um funcionário público e uma dona de casa. Morava com oito irmãos, e o único provedor da família era o pai. Ela e sua irmã mais velha ajudavam a mãe com os menores. O pai era nômade, mudava a todo instante de cidade, dificultando a

frequência na escola. Dona Clarice foi a única que completou o ensino médio, e frequentou a Universidade, formou-se em professora. Casou-se e teve três filhos, sendo um homem e duas mulheres, ambas casadas, sendo que uma mora na Itália, com o marido e os filhos, a outra mora na casa ao lado da residência de dona Clarice, tem filho e marido, é funcionária pública. O filho frequentou o Seminário e, ordenou-se padre, mas deixou a batina e mora na Itália, também trabalha. Dona Clarice separou-se do marido, mas não se casou novamente. Vive sozinha, aposentou-se aos 60 anos, sem completar o tempo de contribuição. Teve perdas salariais com a aposentadoria por idade, e recebe ajuda dos filhos para manter-se.

Os pais de Dona Simone eram moradores de um distrito em Feira de Santana, seu pai era delegado no distrito e sua mãe era dona de casa, mas ajudava nas despesas com as cinco crianças, quatro meninas e um menino, vendendo flores e artesanatos confeccionados pela própria genitora. Sua casa era frequentada pelos parentes, sempre tinha alguém da família em casa, como, primos, tios, afilhados. Mudaram-se para Feira de Santana para estudar. Suas irmãs se formaram, todas são professoras (séries iniciais), apesar de não atuarem por muito tempo no magistério. Seu irmão tornou-se representante comercial no Rio de Janeiro. Dona Simone frequentou a Universidade e formou-se em Letras pela UEFS, apesar de ter sonhado, inicialmente, em ser advogada. Ensinou no Mobral, com educação de adultos e no ensino público. Casou-se e teve seis filhos. Apenas uma formou-se em professora, mas atualmente não exerce a profissão. Os outros são funcionários públicos, e uma é decoradora. Dona Simone pediu a aposentadoria para cuidar do neto de dois meses, o qual teve que assumir por motivo de mudança de residência da filha para outro Estado, Minas Gerais, estando impossibilitada de cuidar da criança, pois tinha que tentar trabalhar e se organizar economicamente. Atualmente, o neto retornou ao convívio da mãe, em Minas e, Dona Simone mora sozinha. É aposentada por tempo de contribuição e tempo de serviço, mas exerce atividade em uma escola da comunidade e em uma associação. É muito ativa e não sabe ficar parada.

Dona Cecília é filha de servente de pedreiro e de uma dona de casa. Tinha sete irmãos, mas um faleceu. Os irmãos maiores começaram a trabalhar cedo, como biscate, ajudante de pedreiro, no mercado informal para ajudar a família. A situação econômica da família era de poucos recursos. Apenas Dona Cecília e um irmão menor estudaram e fizeram o magistério, mas não tiveram acesso à Universidade. Dona Cecília era professora primária e ensinou no



Mobral, trabalhou na educação de adultos. Casou-se, teve três filhos, duas meninas e um menino. Uma filha está casada e os outros moram em casa com a Dona Cecília. Os três filhos freqüentaram a Universidade, formaram-se e apenas uma exerce a profissão de professora. A outra é nutricionista, fez Mestrado e o outro filho é contador. Dona Cecília está aposentada, mas exerce atividade na Escola da Igreja, ministra aulas em turmas de adultos e de crianças. Faz atividade física regularmente.

Dona Lígia é filha de um ajudante de pedreiro e uma dona de casa. Tem nove irmãos e seu pai era o provedor da família. Em sua casa, metade das irmãs se formaram como professoras, séries iniciais, através do magistério, mas não freqüentaram a Universidade. Dona Lígia também não freqüentou a Universidade. Ensinou no Mobral, e sempre teve o sonho de ser professora. Suas irmãs não atuaram na profissão. Seus irmãos seguiram outras profissões, como eletricitista e estivador. Dona Lígia começou sua carreira de professora em uma escola pública e se aposentou na mesma escola. Não se casou e não teve filhos. Mora com a mãe, uma irmã que ficou viúva e um sobrinho. Está aposentada, mas tem uma atividade semanal na Escola da Igreja que freqüenta. Faz outras atividades que antes não tinha tempo, como o curso de música.

Os pais de Dona Hannah eram fazendeiros. Moravam com ela os pais e dez irmãos. Dona Hannah vivia em uma fazenda, pertencia a uma família que tinha boa situação financeira, mas seu pai era rigoroso com relação ao dinheiro. Seus irmãos seguiram outras profissões, como bancário, representante comercial, ou foram ser fazendeiros. Das irmãs de Dona Hannah, apenas uma se formou em contabilidade, mas não atuou, e as outras se casaram com fazendeiros e seguiram seus maridos. Seu pai acreditava que a mulher deveria casar e ter filhos, mas não ter uma profissão. Dona Hannah sempre quis estudar e conseguiu formar-se em professora, apesar de sonhar em ser advogada, situação difícil na época, pois teria que ir a capital para estudar e seguir outra profissão. Casou-se e teve cinco filhos, sendo que uma filha tinha saúde frágil e veio a falecer. Apenas um filho seguiu a profissão, os outros estão formados em outras profissões, como administrador, contabilidade, informática. Mora com o marido, que é aposentado. Encontra-se aposentada, mas exerce uma atividade em uma associação, coordena a escola da associação. No momento, encontra-se afastada da escola em decorrência da saúde do marido.

Estas descrições acima apenas situam, de maneira geral, quem são as aposentadas que foram entrevistadas.

### 3.2. A análise das histórias de vida

Para dar início à exposição de algumas das várias questões ou temáticas encontradas nos relatos orais das professoras aposentadas, vale lembrar que nestes relatos estão presentes valores, opiniões, significados que possuem suas bases não apenas na vida particular dos sujeitos entrevistados, mas representam também o cenário social ou coletivo das pesquisadas, ou seja, é possível identificar elementos particulares e coletivos através desse instrumento. Assim, com os relatos orais, é observável a relação do contexto subjetivo das pesquisadas, com o cenário social ou processos sociais em que estão inseridas (PEREIRA, 1991).

Inicialmente, a questão que observei no primeiro momento das análises refere-se às diferenças socioculturais entre as professoras, ou seja, diferenças encontradas pela inserção delas e, de seus grupos familiares, em classes que possuem distinções e características próprias. Segundo Sérgio Miceli, as relações de classes são expressas através do universo das significações. Ou seja, o sistema simbólico ou de representações de um dado grupo é parte de certas condições materiais de existência. Assim, na concepção apresentada por Miceli, a cultura se expressa sob o formato de símbolos, de representações, de significantes/significado, ou melhor, a cultura representa a percepção da realidade, mas esta realidade é indissociável de um panorama de classe ou “função política”.

Então, para que seja visualizado o pertencimento das pesquisadas a classes distintas, ou seja, para que seja possível perceber que, no grupo escolhido, há, em linhas gerais, duas situações diferentes socialmente, ou, que são perceptíveis diferenças no “*habitus* de classes”<sup>6</sup> destaco a contribuição de Bourdieu. Para Bourdieu, “as ações coletivas de um grupo ou de uma classe aparecem como produto de uma conjuntura”. Em outras palavras, o *habitus* é o

---

<sup>6</sup> A noção de *habitus* que norteou a análise é a apresentada por Bourdieu, conforme já mencionada no Capítulo II. Sobre esta noção ele diz: “Um sistema de disposições duráveis e transferíveis que, integrando todas as experiências passadas, funciona a cada momento como matriz de percepções, apreciações e ações...”. (BOURDIEU, 2003)

motor, o gerador das relações entre o que é interiorizado, pelas pesquisadas, do contexto exterior, ou da conjuntura social a que pertencem, como também, o *habitus* faz o movimento reverso, ou seja, de exteriorizar através das ações das pesquisadas, dos relatos, aquilo que foi incorporado.

Destaco nas falas que seguem abaixo, a situação familiar, da primeira família<sup>7</sup>, das professoras pesquisadas para identificá-las em dois grupos. O primeiro, composto por aquelas em que os pais tinham uma profissão pública e estavam inseridos no mercado formal de trabalho, famílias em que os filhos não trabalhavam para ajudar no sustento da casa. Nesse grupo estão as senhoras Clarice, Simone e Hannah. E, o segundo grupo, será composto por aquelas professoras cujos os pais exerciam atividades informais e, alguns dos filhos também trabalhavam na informalidade para ajudá-los na manutenção da família. Esse grupo é composto pela senhora Clarice e Lígia. Nas narrativas destacadas, observo a profissão dos genitores, e a inserção dos filhos no trabalho informal:

Morava com meus pais e oito irmãos. Não tinha outros parentes morando com a minha família, só os pais e os irmãos. Na época meu pai era o único que trabalhava, meu pai era o provedor da família, era funcionário dos correios e minha mãe era doméstica, apenas. (D. Clarice)

Meu pai era delegado lá de Humildes, por sinal eu nasci lá em Humildes, que é um distrito de Feira de Santana. (D. Simone)

Éramos cinco irmãos, quatro mulheres e um homem. Mas sempre apareciam primos para ficar com a gente. Uma prima nossa ficou sem mãe, e passou um período com a gente, a outra morava em uma fazenda e veio para Feira estudar. A casa sempre tinha parente. Tinha também uma afilhada de minha mãe que ficou um período enorme. (D. Simone)

Na minha casa só tinha meus pais e meus irmão, eu sou a quinta filha. Mas foram dez filhos. Meus pais tiveram dez filhos. Minha avó foi morar com minha mãe depois que meu avó faleceu, ela ficou cega e foi morar com a gente. Naquela época meu pai era o provedor da família, ele era fazendeiro, e era o único que provia a família. (D. Hannah)

---

<sup>7</sup> Intitulo de primeira família as pessoas que viveram sob o mesmo teto com as professoras entrevistadas antes destas saírem para constituírem suas próprias famílias.

Minha família se relacionava bem, meus pais deixaram essa herança, todos são unidos, sempre reunimos a família. Na época minha mãe criou uma moça, e esta moça criou a mim e meus irmãos. Minha mãe dormia até tarde, mulher de fazendeiro, sabe como é. Esta moça tomava conta da gente, esta irmã de criação. Era como uma irmã mais velha. Minha mãe não tinha trabalho com a gente. (D. Hannah)

Minha família inicial era composta por meu pai, mãe e sete irmãos, mais um veio a óbito e ficamos seis. Minha avó morou um curto tempo com a minha família, por uns dois meses, adoeceu e depois faleceu. Não tinham outros parentes em casa. Meu pai e meu irmão trabalhavam na minha casa. Meu pai era servente de pedreiro e meu irmão era pedreiro, mas quem provia a família era meu pai mesmo. (D. Cecília)

Minha família era composta por meu pai, minha mãe e nove irmãos. Não moravam outros parentes com a minha família. Não conheci meus avôs, não morava nenhum idoso com a família. Só meu pai trabalhava, ele era o provedor da família, era ajudante de pedreiro. (D. Lígia)

Observo uma relação entre as histórias de vida e a história social das pesquisadas. O cenário familiar, no contexto que intitulei de primeira família, mostra inicialmente a semelhança do elemento provedor da família, esta semelhança está no genitor como mantenedor do grupo familiar. E, a genitora, como dona de casa. Geralmente a família era numerosa, e o homem era o provedor. No primeiro grupo, os genitores possuíam um trabalho formal vinculado ao serviço público e, no segundo grupo, há também inserção no mercado de trabalho, mas de maneira informal.

Este *habitus* representa um contexto importante para a socialização primária das entrevistadas, inclusive no tocante à sua inserção no mercado de trabalho, na escolha pela profissão e na representação em relação ao trabalho. Esta distinção mostrará que o contexto social em que viviam as aposentadas influenciará na representação sobre o trabalho e, como estas tiveram acesso a formação educacional, fato que descreverei adiante. Sobre isso, Delgado, a partir da referência à obra de Bourdieu, comenta acerca “da importância das primeiras experiências, da situação original de classe experimentada no interior de uma determinada estrutura familiar para a criação de um *habitus* primário que será o princípio da formação posterior de outros” (DELGADO, 2007, p.23).

Como encontrei dois grupos distintos de pesquisadas, ou seja, que pertencem a cenários sociais diferentes, mas que também possuem semelhanças, pude observar como se deu a inserção delas na escola, o acesso ao cenário escolar das aposentadas através das suas memórias. Como também, o significado da educação e do processo de formação em suas vidas:

Ninguém tem o segundo grau completo, nenhum dos meus irmãos, eles começaram o primário, mas não se formaram. Formado da família só fui eu. Na família, em modéstia à parte, sempre fui muito estudiosa, desde o primeiro ano primário nunca perdi, tenho orgulho e bato no peito... (D. Clarice)

Fiz magistério, amei o magistério, era uma coisa que eu tinha na veia, ser professora é amar o que faz e eu amava o que eu fazia. Me desenvolvi muito bem no magistério, pois o que conta nas apresentações é a prática, e eu tinha. Fiz meu estágio, muito bem, naquela época quem tinha o magistério era igual a um nível superior, era igual a Universidade. (D. Cecília)

O magistério era como se fosse um vestibular, eu lembro bem naquela época, os pais que tinha condições, as filhas tinham que fazer magistério, ser professoras e os filhos homens tinham que ser médicos. (D. Cecília)

Das minhas irmãs, eu tinha uma coisa diferente das outras. Toda vida eu fui ousada, almejava as coisas diferentes das irmãs, elas eram um pouco acomodadas. Meu pai não queria que as meninas estudassem, ele queria que a gente casasse. Ele disse que a gente ia casar para tomar conta do marido. (D. Hannah)

Meu caso, primeiro foi o magistério. Mas antes, quando fui me matricular no Gastão Guimarães, me matriculei em Administração, quando cheguei em casa, me arrependi, quase não dormi, fui no outro dia na escola e mudei a matrícula para o magistério (risos), graças a Deus mudei a matrícula rápido. (D. Lígia)

Nas narrativas destacadas acima, percebo o sentimento de orgulho em ter conseguido o acesso à educação, em especial, ao magistério, ou seja, a valorização da formação como professora para séries iniciais. Apesar de o contexto familiar apontar para a dificuldade de

freqüentar uma escola para algumas pesquisadas, para a maioria delas, o acesso a esta instituição conhecida como escola é percebido como um caminho certo para aqueles que tinham poder aquisitivo, “os pais que tinha condições, as filhas tinham que fazer magistério, ser professoras e os filhos homens tinham que ser médicos. Depois elas fizeram Universidade e hoje algumas são donas de escolas e os irmãos são médicos”. (D. Cecília). Entretanto, para outros sujeitos que vinham de outras classes sociais, onde os pais eram trabalhadores informais e lutavam diariamente pelo sustento da família, esta certeza se transformava em dúvida, pairando no ar a incerteza de uma formação educacional e conseqüentemente, o acesso ao trabalho, “eu e meu irmão caçula fomos ser professores, tinha o desejo de ser professor como eu. Meu pai sofreu muito para que a gente estudasse, passei muita dificuldade e necessidade”. Este relato da professora Cecília, filha de pai que trabalhava no mercado informal, representa as dificuldades de natureza especialmente econômica que viveram, ela e seus irmãos. Estes, em sua maioria os mais velhos, não tiveram acesso à educação, pela necessidade de auxiliar o genitor na subsistência da família, permaneceram junto com o pai no trabalho informal.

Contudo, todas as mulheres pesquisadas se sentem vitoriosas por terem conseguido acesso a uma boa formação educacional, superando as dificuldades de acesso a uma instância considerada privilegiada, um importante “título de propriedade simbólica” da sociedade moderna ocidental que é o título escolar (cf. BOURDIEU, 1996). As professoras pesquisadas, de ambos os grupos, narram a importância de terem freqüentado a escola, mesmo diante das adversidades, e das possibilidades que este acesso a educação representou para elas:

Hoje eu não sei, mas na minha época era o melhor colégio publico de Feira de Santana e foi ali que eu me formei aos trancos e barrancos, me formei apenas com minha farda, minha saia azul de pregas, eu não tinha sapato bom, mas na época usava sapato plástico, mas na época eram só as pessoas humildes que usavam, mas hoje é moda, eu usava aquele sapato. (D. Clarice)

Na época eu ficava com muita vergonha no meio das colegas, naquela época pois eu só tinha uma roupa, ai eu pedi a um homem conhecido da família e que gostava muito de mim para me dar um emprego. Ai fui trabalhar com ele dia de sábado, e recebia comissão, eu tinha doze anos e comecei trabalhar de comissão e com esta comissão comecei a comprar as minhas coisinhas para a minha formatura de oitava série, mas ninguém da minha família foi para a

minha formatura de oitava séria. Eu estava sozinha lá, mas eu venci. (D. Hannah)

Com o tempo, meu irmão me trouxe, pois eu queria continuar os estudos, aí meu irmão me trouxe para Feira, meu pai dava uma mesada, mas eu queria trabalhar. (D. Hannah)

Meu pai se mudou do distrito, nos trouxe para Feira para estudar, mas meu irmão mais velho, com dezessete para dezoito anos resolveu ir embora, foi para o Rio de Janeiro, e lá começou a trabalhar, foi ser viajante de uma firma e sempre trabalhou como representante. Tenho uma irmã que também foi ser professora, Tarcila, mas Rosa se formou mas nunca ensinou, Emily não sei se ela se formou, ou se ficou no último ano, mas ensinava, deixou e depois colocou uma escolinha em casa um período. Eu também segui a carreira de professora. Embora gostasse, mas eu queria ter feito direito, mas naquela época era muito difícil ir para Salvador, aqui em Feira não tinha e a opção, era seguir o magistério, a não ser se fosse para Salvador, você poderia fazer outra coisa, mas aqui em Feira não tinha opção. (D. Simone)

Comecei no magistério, comecei como professora em uma escola e terminei na mesma escola, ou seja, comecei e me aposentei. Foi o único colégio que trabalhei na Prefeitura. Fundei e terminei. (D. Cecília).

Vale ressaltar que nos relatos das pesquisadas, estas destacam, em suas famílias, os irmãos homens como aqueles que não pensaram em estudar, não concluíram os estudos, ou seguiram carreiras informais, ou até na formalidade, mas não terminaram a formação educacional. Já as irmãs são lembradas por terem conseguido estudar, apesar de a maioria ter optado por não seguir a carreira de professora. Percebo tais diferenças de acesso à educação entre homens e mulheres nas narrativas abaixo.

Ninguém tem o segundo grau completo, nenhum dos meus irmãos, eles começaram o primário, mas não se formaram. Formado da família só fui eu. (D. Clarice)

Em minha casa, metade das minhas irmãs se formou em professora, mas não atuaram, elas viam o meu trabalho como professora, dormia três horas da manhã, trabalho todas os dias, e diziam que este tipo de trabalho não era para

elas. Foram procurar outras coisas, trabalham com bijouteiras e outras coisas. Meu irmão mais velho foi estivador, no terminal da França, hoje aposentado. Meu outro irmão, eletricitista, mas meus irmãos não chegaram a se formar, começaram e não terminaram, mas minhas irmãs, aí sim. (D. Lígia).

Éramos em sete irmãos, com o tempo meus irmãos maiores trabalhavam como biscate, em uma granja, mas nada formal, de carteira assinada. Minha irmã, foi trabalhar de ajudante do lar, não se profissionalizou, parou de estudar, não valorizou tanto o estudo. Os menores cresceram também, estudaram, mas estudaram pouco, não foram além, quero dizer, a moça, mas o rapaz foi ser professor, eu e meu irmão caçula fomos ser professores, tinha o desejo de ser professor como eu. (D. Cecília).

Neste cenário familiar relatado pelas pesquisadas, os elementos do contexto social estão presentes em suas falas. A mulher, na perspectiva de suas genitoras, não tinha acesso a educação e ao mercado de trabalho. Contudo, o acesso à educação surge como uma espécie de emancipação feminina, como se a educação fosse a ponte necessária e, fundamental, para que estas mulheres fossem inseridas no mercado de trabalho, ou seja, aquelas que conseguiam ser inseridas no mercado formal de trabalho percorria o caminho ou a via do magistério, isto é, através da formação como professoras das séries iniciais. A inserção no mercado de trabalho das professoras surge como uma possibilidade emancipatória em relação ao genitor, e posteriormente em relação ao marido, como relata a Dona Clarice: “este homem era provedor da família, e só comecei a trabalhar de fato depois que me separei dele, tomei as rédeas da situação, mas também não quis mais ninguém” (D. Clarice). Em outro relato, “eu tinha doze anos e comecei a trabalhar de comissão e com esta comissão comecei a comprar as minhas coisinhas para a minha formatura de oitava série, mas ninguém da minha família foi para a minha formatura de oitava série”. (Dona Hannah).

Percebo nos relatos que as mães das entrevistadas não exerciam atividades formais de trabalho, mas desenvolviam o trabalho doméstico, ou seja, é perceptível uma divisão social do trabalho vigente na realidade familiar de origem. Dito de outra forma, a divisão sexual do trabalho coloca homens de um lado, na esfera produtiva, e mulheres de outro, na esfera reprodutiva. A mulher era responsável pela manutenção da prole e do homem. Como observo no relato que segue:



Na época meu pai era o único que trabalhava, meu pai era o provedor da família, era funcionário dos correios e minha mãe era doméstica, apenas. E, a segunda pessoa a trabalhar na minha casa depois de meu pai fui eu. Minha mãe tomava conta dos meus irmãos, mas também eu e minha irmã mais velha, que tem sessenta e sete anos também tomávamos conta dos menores, ajudando a minha mãe. (D. Clarice).

Tinham duas pessoas que trabalhava, e esse garoto que além de estudar também ajudava em casa, fazia algum trabalho. Meu pai era o provedor, mas minha mãe nunca deixou de ajudar, fazendo doce para vender... tinha o garoto que era o baleiro, e vendiam os doces na rua. Minha mãe sempre gostou de ter um dinheiro separado do que meu pai dava, mas ele é que era o chefe da família. (D. Simone)

Na narrativa acima da professora Clarice, de 65 anos, percebo que a pesquisada destaca que sua genitora era apenas doméstica, ou seja, não trabalhava, mas fazia a manutenção dos filhos, sendo de responsabilidade do homem, o genitor prover a família. No relato da professora Simone, de 73 anos, sua mãe também era do lar, mas fazia alguns doces para vender, mas esta venda era realizada informalmente por um menino, que foi criado por esta família. Mas, a responsabilidade de manter a subsistência da família era do genitor.

Nesta primeira narrativa, também é possível perceber que há duas gerações distintas. Em sua memória é perceptível que sua mãe, era vinculada as atividades do lar e aos cuidados com os filhos, assim como ela, a pesquisada e sua irmã mais velha, quando menores já recebiam da sua genitora a herança de cuidadoras e responsáveis também pelos irmãos mais novos. Na segunda narrativa, os cuidados com o lar eram desempenhados também pela genitora, que apesar de realizar alguns trabalhos manuais que geravam algum dinheiro, não era exercida por ela a atividade de vender os produtos oriundos dos trabalhos manuais e, segundo o relato da pesquisada, não representava um auxílio significativo na economia familiar.

Percebo assim, que no cenário das entrevistadas, as depoentes, Simone e Clarice, que possuem uma idade entre 65 e 73 anos, são de uma mesma geração, compreendendo geração no sentido apresentado por Andréa Moraes Alves (2006, p. 68) atribuindo o conceito a Debert: “A geração não se refere às pessoas que compartilham a idade, mas às que

vivenciaram determinados eventos que definem trajetórias passadas e futuras” (DEBERT apud ALVES, 2006, p. 68). Ou seja, o conceito de geração ultrapassa o entendimento de geração ligada apenas a faixa etária, mas relacionado as mudanças sociais em que estão inserido os sujeitos.

Para Alves (2006, p. 68), a compreensão do conceito de geração, pensado a partir das análises de Debert, “ultrapassa o sentimento clássico de posição na estrutura familiar para incorporar ao quadro de estudo das mudanças sociais as experiências coletivas vividas por determinados grupos”. Ou seja, as professoras Simone e Clarice, apesar de não terem a mesma faixa etária, pertenceriam a mesma geração, no sentido de terem vivido experiências semelhantes da inserção da mulher no mercado de trabalho, ou viveram as transformações das mulheres de classe média, que tiveram suas filhas e estas saíram do ambiente doméstico para a inserção no trabalho. O trabalho parece ser compreendido pelas depoentes como um instrumento de emancipação da mulher.

Contudo, com o processo de revolução industrial, o papel da mulher foi sendo transformado em matéria de apropriação do capitalismo, que ampliou em grande escala o seu ciclo reprodutivo (NOGUEIRA, 2010), ou seja, houve a feminização do trabalho.

Vale ressaltar que os relatos, ou os sentidos atribuídos por um grupo de pessoas ou por determinadas pessoas está relacionado à forma das relações sociais ou relações de forças entre classes, como destaca Miceli, Assim, é importante ter como horizonte que as representações ou os significados atribuídos pelos pesquisados a noção de trabalho, de família, de educação, de cultura, pertencem a um sistema de relações simbólicas e não-simbólicas, segundo Miceli (2007). É importante destacar que as memórias são “recriações” do passado, mas o presente não se faz ausente.

Para Miceli, o autor Bourdieu tenta alinhar o conhecimento da organização interna de um cenário simbólico, como este é constituído, associando-o a uma expressão ou representação de relações sociais vigentes, relações de poder e de dominação. Ou seja, dentro de uma sociedade capitalista, cuja base é a divisão social do trabalho e fundamentada em uma sociedade de classe, o cenário simbólico expressa estas relações. Assim, as falas das entrevistadas revelam estas relações sociais de poder.

Assim, lembrando que o *habitus*, segundo Bourdieu, seria um “princípio de geração e de estruturação de práticas e de representações”, ou seja, seria um sistema de disposições que são transferíveis, e que interage o passado com o presente, que age como referência norteadora para resolver questões se apresentam. Para Bourdieu, o *habitus* “constitui o fundamento mais sólido e melhor dissimulado da integração dos grupos ou classes”. Dito de outra forma, o *habitus* é implantado no sujeito desde o início, ou seja, desde a educação familiar, a convivência do sujeito com seus pais, avós, tios, irmão, esta vivência é transmitida ao indivíduo desde muito cedo, seria um princípio transmitido. E, durante a sua trajetória de vida, este *habitus* ou sistema implantado, vai sendo mobilizado e modificado durante a vida social do sujeito, estabelecendo os limites de uma consciência e se formando como um campo de sentido e significações.

Para Bourdieu, as ações de um dado grupo refletem a conjuntura social em que vivem. Assim, “uma ‘tomada de consciência’ requer um tipo determinado de disposições e a posse, direta ou mediata, de um discurso capaz de assegurar o domínio simbólico dos princípios praticamente dominados do *habitus* de classe”. Logo, as narrativas destacadas mostram as representações transmitidas pela educação familiar, inicialmente, e como foram reconfigurados estas representações diante das experiências passadas e presentes dentro de uma conjuntura social de classe. O *habitus* mostra, pela memória das entrevistadas, o sentido e o significado dado ao trabalho e ao não-trabalho.

### 3.2.1 A mulher e o Magistério: o início da caminhada...

Penso ser importante para esta análise, antes de abordar o tema do trabalho e o seu significado para os dois grupos que aqui se configuraram, abrir um parêntese sobre a relação do magistério e a mulher, ou seja, em que momento se deu a feminilização do magistério e como estas mulheres percebem a docência em suas trajetórias de vida.

Segundo Marta Maria Leone Lima (1997, p. 121) em seu artigo, “Magistério e condição feminina”, a inserção da mulher no universo do magistério ocorreu no século XIX; até então o espaço era ocupado por homens. A autora consultou documentos do Arquivo Público da Bahia e “constatou que este espaço passou a ser ocupado pelas mulheres “no momento em que o Governo Provincial percebeu que a única saída para dar continuidade as

aulas de Primeiras Letras, que eram segregadas por sexo, seria adotar um sistema que permitisse à mulher lecionar para alunos de ambos os sexos.” Lima (1997). Segundo a autora, o Governo percebeu o desinteresse masculino em permanecer no Magistério, gerando uma grande lacuna entre a quantidade de professores para os meninos. Este desinteresse masculino estaria relacionado aos baixos salários e às péssimas condições de trabalho em que se encontravam os homens.

Segundo Lima, a Lei de n. 37 de 1836, autorizou que as mulheres frequentassem a Escola Normal, anteriormente proibida a elas. Desta forma, os homens gradativamente foram deixando de frequentar a escola, de se matricular nestas Escolas Normais, e a mulher ocupando os espaços do Magistério. Vale apresentar um elemento trazido pela autora que ajuda a compreender essa construção do magistério como espaço feminino.

O Governo Provincial não colocou de forma clara que o aproveitamento das mulheres no Magistério primário se dava por conta dos baixos salários, pela formalização do ensino ou pelo abandono dessa atividade pelos homens; mas porque as mulheres possuíam características especiais ligadas à maternidade, o que tomava o Magistério uma atividade apropriada para elas. (LIMA, 1997, p. 122).

A autora deixa claro que a inserção da mulher no magistério ocorreu com o intuito de solucionar problemas citados no início desta discussão, como o afastamento dos homens deste cenário pelos baixos salários, pelo desinteresse em exercer essa profissão, mas também, pela necessidade de um professor que assumisse a docência como sacerdócio, como missão, apesar das péssimas condições de trabalho, das dificuldades estruturais, da segregação, e dos baixos salários. Assim, a mulher se enquadraria neste perfil necessário na época para o contexto vigente. Esse processo ocorreu quando o Estado passou a ser responsável pelo ensino. Até então, o Magistério era basicamente masculino e exercido em sua raiz, pelos padres jesuítas. Então, a participação da mulher servia “para equacionar os problemas existentes, pois, só uma população condicionada à doação e ao amor ao próximo poderia abraçar a educação nos moldes de sacerdócio, como tinha sido realizada pelos padres Jesuítas”. (LIMA, 1997, p. 123)

Assim, se no final do século XIX existiu uma grande segregação entre homens e as mulheres no magistério, no século XX, essa carreira passou a ser exercida, em boa parte, pelo sexo feminino, pois estas possuíam certas características necessárias à profissão, como:

doçura, amor, dedicação, paciência, ou seja, qualidades vistas como femininas e ditas como fundamentais, para o exercício da docência, ou seja, “traços que consideravam ser próprios do sexo feminino”. (LIMA, 1997, p. 133)

Retornando às narrativas das professoras pesquisadas, por meio delas, é possível perceber que o exercício da profissão do Magistério entre seus familiares, foi percorrido quase que exclusivamente pelas mulheres, como já foi mencionado. Na maior parte das narrativas, há relatos de que as mulheres escolheram a profissão de professoras, e algumas não atuaram. Contudo, não ficou claro nas narrativas por quais motivos algumas mulheres não exerceram a profissão do magistério. Mas, os homens, em sua maioria seguiram outras profissões, seja no mercado formal ou informal.

Ao mesmo tempo, é perceptível, nas narrativas, que as depoentes vivenciaram esse *habitus* que naturaliza o magistério como espaço feminino e como missão. A profissão de professora é percebida pelas depoentes como uma missão, assim como era pensado o perfil das professoras no final do século XIX, como um sacerdócio. Logo, nas presentes narrativas, é possível perceber a profissão de magistério para as pesquisadas como um dom, uma vocação:

Posso dizer que não tive influência da família para escolher a profissão, acho que a pessoa nasce para ser. Quando a gente nasce Deus escolhe, e diz que ‘você vai ser professora’, acho que foi isso comigo. (D. Lígia)

Meu início de trabalho, eu passei dois anos sem receber nada do município, trabalhei dois anos sem receber uma moeda, mas por amor, porque gostava do trabalho. É diferente quando você ama o que você faz, e diferente de você trabalhar apenas pelo dinheiro. (D. Cecília)

Características como amor, doação, dedicação seriam fundamentais para exercer a profissão. Mas, vale destacar que estas características “essenciais” ao magistério foram construídas histórica e socialmente, não sendo um aspecto natural, ou um lugar natural da mulher, mas uma construção necessária aos interesses de uma estrutura econômica. Ou seja, há um papel sendo definido para a mulher, e, a única vocação possível para estas mulheres era o magistério. Assim, sentimentos como estes foram absorvidos, ou melhor, aprendidos pelas

professoras que dedicariam a sua vida ao Magistério. Observo estes sentimentos nas falas que seguem:

Eu trabalhava, no Mobral era de manhã, a tarde e a noite, e as vezes eu levava meus filhos pequenos, ou pelo menos um filho, para não ir sozinha com o motorista, as vezes tinha que ir em Fazendas, carro quebrava, mas eu não reclamava, nem nada, fazia tudo com muito amor, nunca achei que era cansativo. E nas minhas reuniões como coordenadora, que eu também fui coordenadora, eu pregava que tudo deveria ser feito com muito amor, e dizia: 'se vocês não gostam do que estão fazendo, desistam, porque você não vai fazer bem feito, pois é o amor que move a gente, devemos fazer tudo com amor'. Você deve gostar do que faz, quando você não gosta tudo se torna mal feito, é um fardo. (Dona Simone)

Quando eu comecei na carreira de professora foi na pré-escola, por sinal eu estagiei na pré-escola, mas eu tive experiência na educação da pré-escola ao segundo grau. Comecei na pré-escola, quando fui nomeada fui alfabetizar, me apaixonei!. (D. Simone)

O relato das depoentes sobre a educação converge em detalhes e representações. “Fiz magistério, amei o magistério, era uma coisa que eu tinha na veia, ser professora é amar o que faz e eu amava o que eu fazia”. (D. Cecília). Em outro momento, observo depoimento semelhante: “Eu sonhava em ser professora, não tive influencia de ninguém, tinha vontade de ser professora, nas escolas que eu ia, eu dizia que um dia eu vou ser professora” (D. Clarice). Como também, na fala que segue: “Posso dizer que não tive influência da família para escolher a profissão, acho que a pessoa nasce para ser”. (D. Lígia)

A questão do sacrifício também aparece, compondo esse quadro de significações construídas em torno do magistério para as mulheres. Para a autora, a professora “representa simbolicamente a figura da mulher que se doa e, portanto, o seu trabalho tem que ser valorizado mais do ponto de vista moral do que social” (LIMA, 1997, p. 134). Ou seja, o trabalho do magistério desenvolvido pelas mulheres deve ser visto como uma missão que requer sacrifícios e doação. Fato presente nas narrativas e que pode ser constatado nas falas a seguir:

Para mim o aluno está em primeiro lugar, outras pessoas até diziam que eu ‘puxava o saco dos alunos’, para mim eles deveriam ter direito a merenda todos os dias, não deixava ninguém humilhar meus alunos, não gostava que ninguém chamasse a atenção deles, eu tinha que fazer isso, não outros professores. Eu trazia eles como a “menina dos meus olhos.’ Não deixava ninguém dizer que meus alunos não sabiam. (D. Cecília).

Meus alunos eram uma benção. Eu amava muito eles. Reclamava com os pais quando falava mal dos filhos, eu não aceitava isso. Eu falava de Jesus para eles, antes de entrar na sala eu orava com eles. Hoje todos me conhecem, sabem onde eu moro e falam comigo com carinho. (D. Lígia)

...chovia, ou fazia Sol eu não faltava, eu sempre estava na escola, eu nunca faltei. Minha mãe em uma época passou internada na UTI e eu não faltei um dia a escola, saía da escola e ia para o hospital. Era muita dedicação. (D. Lígia)

Eu não faltava as minhas aulas. Eu estava sempre presente. Eu sentia a consciência pesada se eu faltasse as aulas. Eu não filava a aula de jeito nenhum, só em caso de doença. Nunca gostei disso. (D. Hannah)

Segundo Lima (1997), a prática do Magistério nas décadas de 1940 a 1960 aparece como uma única opção e para responder a uma determinada demanda. Em seguida, as mulheres que vieram depois dos anos 70, apresentam outras características, ou seja, o magistério aparece como uma opção fácil e barata, mas que principalmente, possibilitará o seu acesso ao mercado de trabalho (LIMA, 1997). Assim, as distinções de gênero imbricam-se nesse ponto, às relações de classes, pois, o acesso ao Magistério será uma ponte de acesso ao trabalho. Seria importante aqui, situar as narradoras dentro desse quadro de distinção entre as décadas. Percebo que as professoras que tem uma idade entre 63 e 73 anos, em suas narrativas representam o magistério trazendo características da década entre 40 e 60, sendo a magistério a única opção para as mulheres para serem inseridas no mercado formal de trabalho. E, as pesquisadoras que apresentam idade entre 53 a 55 anos, narram o magistério como elementos presentes em gerações da década de 70, ou seja, quando o magistério surge como a opção mais fácil e acessível para aquelas que estavam inseridas em um contexto social desfavorecido. Contudo, os dois grupos de mulheres aposentadas têm em comum a representação do magistério como um dom, uma vocação. Isto significa que as mulheres

inseriram as características construídas socialmente para a profissão do magistério. E, o magistério para estas mulheres aparece como o único possível diante da conjuntura social em que viviam.

Nesse sentido, as narrativas apresentam aspectos sobre a formação educacional das professoras depoentes, destacando-se o acesso à Universidade. Como por exemplo, o acesso que elas, as pesquisadas, tiveram ou não, à Universidade e o que este fato representou para elas, como pode ser percebido nas seguintes falas. Vale destacar que a primeira narrativa revela o destaque da “prática” como professora leiga, em relação a um estudo teórico e formalizado do magistério. Ou, da possibilidade de acessar a Universidade não ser cogitado:

Quando comecei trabalhar na Prefeitura eu não tinha a maior idade, eu trabalhava como leiga, mas assinava a carteira, e eu continuei sendo professora. Mas com o passar do tempo, as coisas vão mudando, aí resolvi fazer o magistério, eu resolvi. Mas a prática eu já tinha, mas só faltava o “canudo”, era o dito diploma, mas até hoje eu nunca peguei meu diploma (risos). (D. Cecília)

Fiz magistério, amei o magistério, era uma coisa que eu tinha na veia, ser professora é amar o que faz e eu amava o que eu fazia. Me desenvolvi muito bem no magistério, pois o que conta nas apresentações é a prática, e eu tinha. Fiz meu estágio, muito bem, naquela época quem tinha o magistério era igual a um nível superior, era igual a Universidade. Logo em seguida eu fiz os adicionais para alfabetização que era igual a uma especialização. O magistério era como se fosse um vestibular, eu lembro bem naquela época, os pais que tinha condições, as filhas tinham que fazer magistério... (D. Cecília)

O acesso à Universidade parece não ter representatividade ou significado relevante, mas o fato de ter acesso ao curso de magistério traz uma satisfação e uma posição de privilégio. Este fato estaria vinculado à questão de classe social, ou seja, a inserção da família da depoente em um contexto de trabalho informal e da luta pela sobrevivência. Assim, o fato da pesquisada ter acesso ao Magistério já a destaca daqueles que viviam no mesmo cenário de exclusão social. Conseqüentemente, o não acesso à Universidade faz parte da sua representação enquanto classe social menos favorecida que não vislumbrava o acesso a esta



instituição, o que era considerado um privilégio. Mas, outras pesquisadas mostram a importância do acesso à Universidade e o significado deste em sua trajetória:

Na família, em modéstia parte, sempre fui muito estudiosa, desde o primeiro ano primário nunca perdi, tenho orgulho e bato no peito, e eu me emociono (a entrevistada se emocionou...), pois muita dificuldade eu passei na época, mas nunca repeti, apesar de meu pai mudar de lá pra cá, eu nunca perdi um ano sequer da minha vida, e para culminar com a minha vitória, minha perseverança, o primeiro vestibular que fiz na UEFS para Geografia passei, o primeiro vestibular que eu fiz eu passei... (D. Clarice).

Apesar do acesso ou não, das pesquisadas ao ensino superior, algumas delas tiveram filhos que foram inseridos nas Universidades, que tiveram acesso a este importante símbolo social.

“Tenho uma filha que é professora, ensinou em uma escola particular, mas voltou para Minas, veio para a Bahia, foi de novo, fica indo e vindo, mas hoje tem uma pousada em Minas. Eu tenho outra filha que é dentista, um que é Procurador, outra é da Caixa, e a outra que também era concursada da Caixa saiu, e hoje é decoradora, mas está todo mundo bem”. (D. Simone).

Meu filho mais velho fez Ciências Contábeis e uma especialização na área de logística, a segunda filha fez Nutrição na UFBA, fez especialização na área de saúde, e o Mestrado na área de saúde, com pessoas que estão em UTI, em hospitais. E a caçula, fez Educação Física, é professora de Educação Física, e a caçula que eu achei que não seria professora, é professora (risos), achei que ela não tinha jeito para a área. Ela estudou em uma escola aqui no bairro, na escola que trabalhei. (D. Cecília).

Apesar de uma parte das pesquisadas relatarem o não acesso à Universidade, foi transmitido por elas aos seus filhos a importância de frequentar a Universidade como forma de acesso ao trabalho formal. Mas também, os relatos sobre a inserção dos filhos na Universidade representam para elas um símbolo de destaque e privilégio diante do contexto social excludente em que viveram no passado.

Das pesquisadas, as professoras Simone, Clarice, Hannah, Cecília, casam-se e tiveram filhos. Sendo que a professora Lígia não se casou e nem teve filhos. As três primeiras, ao se casarem, não exerceram a atividade laborativa inicialmente, e o marido passou a ser o provedor da família. Ou deixaram, por um período, o trabalho por causa do casamento. Como observo nos relatos abaixo:

Eu me formei em 1958 e casei em 1959. Dois anos depois eu fui ter a primeira filha, eu tive seis filhos, filhos maravilhosos. Na época quando eu me casei não trabalhava no primeiro ano o marido assumiu tudo, depois eu fui ensinar, mas ajudava assim, comprando roupas para os filhos, mas quem provia a família era ele. (Dona Simone).

...meu primeiro namorado, o primeiro que eu casei. Mas este homem era provedor da família, e só comecei a trabalhar de fato depois que me separei dele... (D. Clarice)

Depois eu casei, mas meu marido não tem diploma nem nada, era revendedor de livros. Resultado, fui embora para Belo Horizonte, não achei uma pessoa para me orientar, em tirar uma Licença, eu fui uma boboca, era inocente que só. Eu fui embora sem nada. Eu só chorava, eu não me adaptei em Belo Horizonte, depois ele foi para São Paulo, eu não me adaptei nem em São Paulo, eu só chorava. Eu não me adaptava, eu tinha a minha vida aqui, eu trabalhava, eu era da sociedade, freqüentava os clubes, os bailes, tinha amigos, e lá eu morava em um lugar péssimo. E não conhecia ninguém. Eu fui com ele com uma bolsinha na mão e sem emprego, e ele sem nada certo para trabalhar, eu penei muito. (D. Hannah)

Mas depois de um tempo, foi o trabalho que deu uma guinada na vida destas mulheres, ele aparece como fonte de emancipação, autonomia, mas principalmente realização. Como destaco nos relatos abaixo:

Fui eu que batalhei, tudo que eu tenho, fui eu quem conseguiu. Não dependi de marido, nem de ninguém para me dar casa, carro, ou tudo que eu tenho. Eu fui a luta e venci. Eduquei meus filhos, hoje eles são todos formados, tudo isso a gente se sente realizada, eu não tenho do que reclamar, hoje eu sou muito realizada. (D. Simone)

... e só comecei a trabalhar de fato depois que me separei dele, tomei as rédeas da situação, mas também não quis mais ninguém, não confio em ninguém, fiquei com trauma. E nunca abandonei meus filhos, nunca, nunca.  
(D. Clarice)

Percebo que no contexto vivido pelas pesquisadas, existia uma “sociedade formada por indivíduos dicotomizados presos ao seu sexo biológico e a partir de papéis sociais binários e opostos” (LIMA, 1997, p. 134). Ou seja, a mulher teria um papel definido socialmente que é aquele semelhante ao desenvolvido no âmbito doméstico, de cuidadora dos filhos, dos maridos, e, enquanto professoras responsáveis pelos alunos. Desempenharam também, o papel social de proteção e zelo aos alunos.

É perceptível o papel de poder e de força desempenhado pelo homem, e as funções de dedicação, amor e sacrifício das mulheres enquanto professoras. Segundo Lima, “a partir desses elementos, a reprodução de uma identidade de gênero no Magistério acontece, via de regra, através da crença de que esse curso se relaciona a uma atividade voltada para o doméstico, para a maternidade e para o cuidado e organização da vida de crianças” (LIMA, 1997, p. 134). Assim, a noção de identidade torna-se presente nas narrativas. A identidade das professoras se converge com a identidade enquanto mulher, ou seja, a mulher nasceu para ser professora, dito de outra forma, cuidadora e altruísta. E, é a partir destas concepções que se fundam as bases para a construção de uma identidade histórico-social da mulher (LIMA, 1997). Contudo, vimos também que, mesmo assumindo traços de missão, o trabalho significou para algumas mulheres, liberdade e autonomia, elementos que também compõem a identidade de gênero nessa geração. Esse é um traço que pode ficar subsumido em algumas análises uma vez que o trabalho feminino nas gerações mais antigas pode ser visto como parte das “práticas invisíveis” (LOBO *et. al.*, 1986) da nossa história. Mesmo tendo uma visibilidade social com seu trabalho como docentes, até mesmo pelo fato desse trabalho assumir o caráter de gênero e ser socialmente visto como missão feminina, não podemos esquecer que essa atividade, do ponto de vista das relações pessoais das narradoras, sobretudo com seus companheiros, teve um papel fundamental.

### 3.2.2 Trajetórias de trabalho e os seus significados

Posso observar que estas professoras aposentadas apresentam diferenças da forma como percebem o trabalho, mas também semelhanças. Inicialmente é perceptível a

semelhança com a representação sobre a educação, ou seja, a profissão do magistério. Todas dedicaram e se comprometeram com a educação, com os alunos e sua formação de maneira zelosa e protetora. Percebo que há diferenças sobre a concepção delas acerca do trabalho. As professoras que são mais velhas, como a professora Simone (73 anos), Clarice (65 anos), falam de trabalho após o casamento, ou seja, fizeram o curso de Magistério, mas não exerceram a atividade no início por estarem casadas, sendo o marido o provedor da família. Como destaca Dona Clarice: “meu primeiro namorado, o primeiro que eu casei... Mas este homem era provedor da família, e só comecei a trabalhar de fato depois que me separei dele, tomei as rédeas da situação...” (D. Clarice). Contudo, o trabalho veio como uma independência financeira e do marido, mas, principalmente, também como realização. E, sobre este sentimento de realização observo nos relatos da Dona Simone:

Eu trabalhava, no Mobral era de manhã, a tarde e a noite, e as vezes eu levava meus filhos pequenos, ou pelo menos um filho, para não ir sozinha com o motorista, as vezes tinha que ir em Fazendas, carro quebrava, mas eu não reclamava, nem nada, fazia tudo com muito amor, nunca achei que era cansativo. (D. Simone).

A relação com os alunos era excelente, a coisa que eu mais adoro na minha vida é quando chega um aluno que diz: “pró, você lembra de mim?”, é difícil lembrar de todos, alguns eu lembro, interessante! Eu vou dizendo o nome dos colégios que eu trabalhei e acabou acertando (risos), eu nunca digo que não lembro. (D. Simone).

As pesquisadas apresentam também nas narrativas suas trajetórias de trabalho. Segundo Delgado (2009, p. 426), as narrativas são “pontuadas pela lembrança das práticas e relações no interior das quais esse personagem se formou: a atividade compartilhada com os pais já na infância, como prática se inscreve, no próprio corpo, o dom do trabalho...”. Ou seja, estas práticas vão desenhar durante o ciclo de vida das professoras como o trabalho será representado por elas, ou como o trabalho é percebido pelas pesquisadas, através de suas narrativas da trajetória de vida,

Quando eu comecei na carreira de professora foi na pré-escola, por sinal eu estagiei na pré-escola, mas eu tive experiência na educação da pré-escola ao segundo grau. Comecei na pré-escola, quando fui nomeada fui alfabetizar, me apaixonei! Dizem que eu era boa alfabetizadora, e a diretora só queria que eu alfabetizasse, (risos), eu queria levar uma turma até a quarta série mas ninguém deixava, e diziam “não pode, pois quem mais alfabetiza aqui é Simone”, e resultado: fiquei muito tempo como alfabetizadora, foi lindo!. Depois passei para assistente de diretora, e trabalhava junto com a direção do colégio, depois eu fiquei a disposição do Estado para servir ao Mobral, eu coordenei o Mobral em Feira, fui para alfabetização de adultos, fui treinar professoras para alfabetizar adultos, para ensinar no Mobral, era uma coisa maravilhosa na minha vida foi trabalhar no Mobral, realmente a gente conseguia alfabetizar, foi um período maravilhoso, e era um programa muito bom. Excelente ! (D. Simone)

Eu me dava muito bem com todo mundo, pois eu sempre me comuniquei muito, mas achavam que eu era muito exigente, eu cheguei a ser chefe do setor pedagógico da Secretaria de Educação. Mas quando você faz a coisa bem feita, tem que ser com responsabilidade, você não pode porque é sua amiga você vai relaxar, brincar, eu levava muito a sério e cobrava, porque eu dava muito de mim e cobrava de todo mundo. (D. Simone)

O trabalho da professora Simone ocorreu inicialmente nas séries iniciais, como alfabetizadora, mas se estendeu para a alfabetização de adultos, período em que define como “excelente!”. Também era dedicada, exigente com os colegas, pois para ela o trabalho deve ser feito com responsabilidade, empenho, dedicação e o trabalho é doação. Dona Simone e dona Clarice relatam que se dedicaram ao trabalho em um momento de desvinculação do marido, tendo o trabalho também caráter emancipatório. Como percebo nas narrativas que seguem:

Fui eu que batalhei, tudo que eu tenho, fui eu quem conseguiu. Não dependi de marido, nem de ninguém para me dar casa, carro, ou tudo que eu tenho. Eu fui a luta e venci. (D. Simone).

Mas este homem era provedor da família, e só comecei a trabalhar de fato depois que me separei dele, tomei as rédeas da situação...(D. Clarice)

O trabalho representa também a emancipação em relação à família, aos genitores, como observo no relato da dona Hannah de 69 anos:

Com o tempo, meu irmão me trouxe, pois eu queria continuar os estudos, aí meu irmão me trouxe para Feira, meu pai dava uma mesada, mas eu queria trabalhar. Eu estudava no Colégio Gastão Guimarães, mas queria trabalhar, meu irmão brigava, mas eu trabalhei em um açougue, um calor terrível, mas eu queria trabalhar. Eu terminei o estudo no Gastão. Aí meu irmão casou com uma pessoa importante, aí meu irmão pediu um emprego para mim. Eu saí do comércio e fui ser professora de matemática, com seis meses cheguei a ser diretora da escola. (D. Hannah)

Nas narrativas da dona Hannah, o trabalho aparece como um meio para a independência da sua família, ou melhor, do seu genitor, pois para o seu pai as mulheres da família não deveriam trabalhar, ou estudar, mas, casar e assumir o lar. Como é perceptível no relato abaixo:

Das minhas irmãs, eu tinha uma coisa diferente das outras. Toda vida eu fui ousada, almejava as coisas diferentes das irmãs, elas eram um pouco acomodadas. Meu pai não queira que as meninas estudassem, ele queria que a gente casasse. Ele disse que a gente ia casar para tomar conta do marido. (D. Hannah)

Ou seja, a mulher, para a família da professora Hannah, deveria preparar-se para o casamento. A depoente percebeu que desde a sua infância possuía características distintas das irmãs, pois sonhava em estudar e em trabalhar. Dona Hannah e sua família pertenciam a classe social que detinha bom poder aquisitivo na época, sendo sua família considerada de fazendeiros ricos. Nesse contexto, o trabalho era significativo por representar a possibilidade de autonomia e emancipação em relação ao genitor e à imposição familiar de papéis tradicionais atribuídos à mulher, como o casamento com fazendeiros. Sobre a sua trajetória, ela diz: “Foi muito trabalho, toda a vida trabalhei muito. Mas eu digo que trabalho não mata ninguém”. (Dona Hannah). Entretanto, assim, como as pesquisadas, dona Clarice e dona Simone, a professora Hannah deixou o trabalho por um período para acompanhar o marido que se mudou para outro Estado. Fato que lhe causou grandes transtornos, como observo no relato abaixo:

Depois eu casei, mas meu marido não tem diploma nem nada, era revendedor de livros. Resultado, fui embora para Belo Horizonte, não achei uma pessoa para me orientar, em tirar uma Licença, eu fui uma boboca, era inocente que só. Eu fui embora sem nada... Eu não me adaptava, eu tinha a minha vida aqui, eu trabalhava, eu era da sociedade, freqüentava os clubes, os bailes, tinha amigos, e lá eu morava em um lugar péssimo. E não conhecia ninguém. Eu fui com ele com uma bolsinha na mão e sem emprego, e ele sem nada certo para trabalhar, eu penei muito.

Assim, como Dona Hannah, as professoras mais velhas, em um dado momento da sua trajetória (no início de suas carreiras), optaram por suspender as atividades laborativas para acompanhar o marido. Situação que foi posteriormente revertida por elas.

É relevante destacar que as entrevistadas que possuem uma idade entre 65 anos e 73 anos, que são: dona Simone, Clarice e Hannah, tem aspectos semelhantes na trajetória, que remetem ao pertencimento a uma geração. Como por exemplo: a questão de seguir os padrões de uma mulher casada da sua época, que acompanham o marido em suas jornadas, ou interrompem, mesmo que provisoriamente, o trabalho para se dedicar aos filhos e ao lar, ficando o marido com a tarefa de prover a casa. Vale destacar a literatura da autora Myriam Moraes Lins de Barros (2009), sobre a questão da conjugalidade e a identificação das mulheres nesta geração, mas, principalmente dos limites e tarefas “impostas” pelo casamento: “a valorização do trabalho feminino fora de casa, por exemplo, foi elaborada ao longo da vida e elas procuram estimular e apoiar as filhas...” (2009, p. 341). Ou seja, o sentido do trabalho é construído ao longo da trajetória das pesquisadas, e transmitido as outras gerações de mulheres pertencentes a família.

Assim, a percepção do trabalho destas professoras como uma forma de autonomia, de emancipação, de realização vai sendo construída ao longo da trajetória pessoal delas, como também, sendo transmitidas para outras mulheres da família, como suas filhas, suas netas, formando uma nova geração de mulheres em que o trabalho é o elemento central no seu “projeto de vida”. Como observo no relato da dona Simone sobre o significado do trabalho para sua filha que está em um processo de aposentadoria:

Eu estou com uma filha jovem, por exemplo, cinqüenta e poucos anos, ela já se aposentou na Caixa, ela tinha dois contratos e saiu uma aposentadoria, mas a outra não, e ela continua fazendo outro trabalho lá, e está tendo dificuldade de se aposentar, embora já tenha tempo, ela não quer, pois ela começou bem jovem, mas não quer. (Dona Simone).

Observo que no relato da pesquisada o trabalho é percebido como um projeto de vida, como um elemento fundamental e que “dá sentido a vida”. E, isto foi transmitido a outra geração, a de seus filhos, a centralidade do trabalho, como é possível perceber na narrativa destacada acima.

Observo que nos relatos das pesquisadas os sentidos atribuídos ao trabalho são distintos, havendo também semelhanças. Entre as pesquisadas com uma idade entre 65 e 73 anos o trabalho é representado de uma forma e para as pesquisadas com idade entre 53 a 55 anos, o trabalho tem significado distinto do primeiro grupo. Para apresentar inicialmente os sentidos atribuídos ao trabalho pelas pesquisadas, vou agrupá-las como fiz inicialmente na análise das histórias de vida, em dois grupos, pois as semelhanças e divergências sobre o significado do trabalho na vida destas professoras esta intimamente relacionada a algumas questões. Ou, este significado é estabelecido na relação com certos elementos percebidos nas narrativas das trajetórias de vida das pesquisadas.

Observei nos relatos que há diferenças socioculturais entre as pesquisadas, suas famílias estão inseridas em classes distintas, como também, as entrevistadas com idades acima de 65 anos apresentam um relato comum sobre o sentido do trabalho, e as outras pesquisadas, com idade menos que 65 anos, atribuem outro sentido ao trabalho. Assim, é possível estabelecer dois grupos de professoras, como ressaltai no início do trabalho, em decorrência das semelhanças que as agrupam e diferenças que as separam. E, estes dois grupos relatam sentidos atribuídos ao trabalho de maneira divergente, mas, vale destacar, que converge em algum momento.

No primeiro grupo, composto por dona Clarice (65 anos) e Simone (73 anos), filhas de funcionários públicos, e por dona Hannah (69 anos), filha de fazendeiros, as trajetórias de trabalho são narradas como um projeto de vida. Sobre a questão do envelhecimento e projeto



de vida, um estudo clássico no Brasil é o de Myriam Lins de Barros. Segundo a autora, em texto feito a partir de seu estudo baseado em depoimentos de mulheres de mais de sessenta anos, católicas e de camadas médias do Rio de Janeiro, a velhice não impede a elaboração de projetos (Lins de Barros, 1981). Ao contrário, é a própria percepção da velhice como o último momento da vida que torna possível a formulação e execução de um projeto de vida” (Lins de Barros, 2006, p. 111). Assim, como no trabalho de Lins de Barros, as professoras que eu pesquisei tiveram, no trabalho, uma importante referência em suas vidas e isso me parece a base para o seu projeto de vida, construído na velhice.

Essa referência é importante aqui, pois a discussão sobre projeto de vida tem, na tradição antropológica, uma relação com a questão da classe. Sem entrar nesse debate, apenas menciono que Lins de Barros, pautando-se em Gilberto Velho, liga a possibilidade de construção de projetos de vida à existência do indivíduo consciente e da valorização de uma individualidade singular. Do mesmo modo, essa consciência da individualidade relaciona-se à exposição do indivíduo a experiências diversificadas, a múltiplas visões de mundo e a uma rede mais ampla de relações, o que é uma experiência típica das camadas médias urbanas (Velho, 1987)

Assim, o modo com as professoras entrevistadas referem-se ao trabalho remete-nos a uma dimensão de classe, a um projeto que não é só individual, mas que corresponde aos valores compartilhados por um grupo social. O modo como representam o trabalho indica não apenas uma forma de sobrevivência, mas a realização de uma obra que as distingue individualmente. Como percebo nas narrativas da senhora Clarice:

Na época, meu pai era o único que trabalhava, meu pai era o provedor da família, era funcionário dos correios e minha mãe era doméstica, apenas. E, a segunda pessoa a trabalhar na minha casa depois de meu pai fui eu.

O concurso da Prefeitura, eu sou concursada da época de Dr. Cobert Martins e Prof. Luciano Ribeiro, eram duas mil e tantas vagas e só passaram cento e dezenove e eu estava inclusa nelas, e bem classificada na época, e automaticamente fui direcionada para trabalhar em Tiquaruçu, distrito de Feira de Santana, fora isso, passei no concurso do Estado mas deixei pra lá,

tenho tudo guardadinho, tenho tudo ai, não quis assumir, nos viajamos para São Paulo, passei em concurso em São Paulo, em resumo, mas não quero me engrandecer, eu só tive vitórias...

O trabalho é lembrado pela depoente como uma forma de realização durante a vida produtiva, mas é também apresentado como um projeto para o tempo da aposentadoria. A professora Clarice confessa que sente falta de trabalhar, e afirma:

...eu vou lhe confessar a verdade: eu tenho que trabalhar!. Eu sou muito hiperativa, o trabalho doméstico não dá. Eu não paro, até a hora de dormir, eu invento coisa, acordo as cinco da manhã, cuido de cachorro, cuido de quintal eu tenho máquina de lavar, lavo roupa, cuido da casa, de almoço, mas eu tenho que rever pessoas da minha área, e ser remunerada, eu ainda tenho esse sonho de trabalhar mais cinco anos. (Dona Clarice).

Ainda para essa senhora, o sentido de realização e autonomia relativos ao projeto de vida reveste-se também da dimensão do gênero. Para ela, sem o trabalho, a mulher estaria restrita ao lar, ou seja, foi o trabalho que proporcionou sua emancipação ou independência, seja do genitor, do marido. E sem o trabalho, a mulher retornaria ao lugar do qual um dia foi “liberta”, o lar.

Há semelhança também entre as professoras Simone e Hannah sobre o sentido atribuído ao trabalho nessa mesma direção do projeto na velhice. Contudo, aqui, como mostrarei na fala de dona Simone, o trabalho é relacionado à própria vida e à sua manutenção de forma saudável, aspectos que também remetem à individualidade e à autonomia.

O trabalho é que dá vida a gente. Pelo menos comigo acontece isso. Quando eu estava na atividade eu não sentia nada, quando eu parava nas férias é que me aparecia as coisas, é que vinha algum problemas. Trabalho para mim é vida. (D. Simone)

As narrativas da professora Hannah também apontam nesta direção da centralidade do trabalho no projeto de vida. Ela acrescenta, contudo, um aspecto interessante, ao distinguir o

trabalho como necessidade e o trabalho como obrigação, fazendo, indiretamente, uma alusão às diferentes condições de classe. Em seu discurso, entrelaçam-se gênero, classe e geração, portanto:

Se as mulheres voltam a trabalhar é porque gostam. Mas vai de cada caso. Mas tem algumas que voltam a trabalhar é por necessidade, estas deveria procurar outra coisa para fazer. Mas as que voltam porque gostam de trabalhar e se sentem realizadas no trabalho, deve voltar a trabalhar. Eu mesmo voltaria por causa da realização no trabalho. Tudo que faz você se sentir bem é muito bom. Mas voltar a trabalhar por obrigação e por necessidade, ai não deve ser nada bom. Voltar a trabalhar para poder comer, pois passa necessidade, estas devem ter uma vida difícil, isto deve ser terrível. (D. Hannah)

Assim, neste primeiro grupo de pesquisadas, o trabalho parece adquirir um sentido específico, o de realização pessoal, de distinção consciente de sua individualidade, quer como mulher, profissional e como idosa. O trabalho seria o elemento que dá “sentido a vida”, o trabalho proporcionou a elas o sentimento de “utilidade”, de capacidade, de dinamismo, de ação e de valorização. Elas destacam bastante a valorização da mulher que se emancipou dos pais, ou do marido, do provedor, e assumiu as rédeas de sua própria vida. Assim, o trabalho aparece como meio proporcionador deste importante passo de reconhecimento e valorização da mulher.

No segundo grupo de pesquisadas, percebo outro sentido atribuído ao trabalho. Refiro-me às depoentes Lígia de 53 anos e Cecília de 55 anos. Em comum a essas duas senhoras, sua origem em famílias operárias, marcadas também pelo trabalho informal dos filhos, bem como o fato de terem se dedicado à docência das séries iniciais. O trabalho é narrado da seguinte maneira por elas:

...na época eu já trabalhava como professora leiga, uma colega minha, a diretora de uma escola alguém comentou do meu trabalho ai eu fui trabalhar em uma escola do município, a diretora me convidou e eu fui trabalhar no Mobral, antigamente o Mobral era o lugar para os adultos que não sabiam ler. Ai eu trabalhei no Mobral, fiquei conhecida, ela gostou do meu trabalho e fui trabalhando como professora leiga. Ai eu fui ganhando mais, mais do que na

banca, que era a única coisa que eu sabia fazer, e a única forma de ganhar dinheiro. (Dona Cecília).

Eu terminei, fiz adicionais, continuei trabalhando e sendo professora, amo ser professora, não me arrependo de ser professora, mesmo ganhando pouco, porque o dinheiro de professora é um dinheiro pouco para o trabalho, a remuneração deveria ser melhor, porque você pega um aluno e você molda ele demora um bom tempo, não que ele seja um saco vazio, isso requer muito trabalho. (Dona Cecília)

O trabalho é percebido como um meio de subsistência. É através dele, representado como atividade mais concreta, que puderam ter acesso a uma remuneração.

Ou seja, o trabalho inicialmente foi percebido como a “única forma de ganhar dinheiro”. Apesar da escolha pela profissão de professora, esta se apresenta como um meio de sobrevivência, foi uma opção por vocação, segundo as narrativas, mas posso compreender que o magistério também se configura como a única opção de profissão para a mulher. Contudo, a narrativa apresenta o sentido de manutenção da vida, como uma etapa realizada e cumprida em sua trajetória. Como observo no relato da senhora Cecília: “Tinha compromisso com meus alunos, não poderia deixá-los. Eu fiz o que estava ao meu alcance. O que eu pude fazer para ajudá-los eu fiz. Eu doe a minha vida na sala de aula”.

Observo que nos relatos do segundo grupo de pesquisadas, a falta de valorização do trabalho do professor primário é uma narrativa constante, como destaca a professora Lígia: “contudo, também acho uma falha na valorização do professor. O professor não tem suporte, não tem valorização. Por exemplo, deveriam ter apoio de saúde, um acompanhamento, uma fono...”. Nesta narrativa, o trabalho estaria também vinculado à precarização das condições de vida do trabalhador. O trabalho fragiliza a saúde dos professores, e as condições de trabalho oferecidas aos professores primários são difíceis e precárias. Como destaca a narrativa da entrevistada Lígia:

Hoje eu uso óculos por causa da falta de condições, devido a profissão de professor. Minha xícara não é uma xícara comum, é de alumínio, porque se cai da mão não quebra, só machuca, pois eu não tenho firmeza na mão de tanto copiar e escrever, não tinha acesso a livros, e como eu ensinei no

primário a situação era bem difícil. Eu acho que a profissão de magistério será extinta. Espero que as novas professoras tenham outras condições de saúde e de trabalho, pois adoecem em muitos casos, a profissão adocece. Sei que tem professores que não fazem nada, mas muitos fazem e são dedicados precisariam de uma atenção, de uma prevenção. (Dona Lígia).

...eu sempre pensava em melhorar as minhas aulas para os alunos, em me aperfeiçoar, sempre pensava em algo novo, eram muitos sonhos, apesar de quando chegava na sala, não consegui fazer o que eu planejava, tinha que me adaptar. Quando chegava na sala era tudo diferente, não tinha material, não tinha condições estruturais, e muito alunos que nem tinha pais, apenas corriam em sala de aula, não paravam para aprender, tinha que ter uma atenção especial, e me dedicar totalmente a eles. (Dona Lígia)

Nos relatos destas pesquisadas, as condições de trabalho narradas são bem precárias e, como resultado, as depoentes apresentam alguns problemas de saúde, ou seja, “a profissão adocece”. A depoente destaca ainda um aspecto importante nessa representação sobre o trabalho como fonte de problemas de saúde e cansaço. Trata-se da dupla jornada feminina, com a conciliação do trabalho doméstico e o trabalho fora de casa. Sobre o resultado da uma trajetória de longos anos dedicados ao trabalho, a depoente dirá: “Aí você chega em casa, estressada de lidar e ter paciência com o filho dos outros e seus filhos esperando em casa por atenção. Não é fácil”. (Dona Cecília). E continua as narrativas sobre sua saúde:

Eu fiz uma revisão geral da minha saúde, fui ao fono, pois minha garganta estava com problemas. Adquiri um cisto nas cordas vocais, e fiz um ano de fono, tive que pagar tudo particular, pois não temos plano de saúde no município. Adquiri este problema de tanto falar, beber pouca água, por falta de conhecimento, e trabalhar quarenta horas sem parar. Eu não me sentava, eu andava o tempo todo em sala. (Dona Cecília)

O sentido atribuído ao trabalho neste grupo, como um meio de manter a subsistência das pesquisadas, como um elemento que causa o adoecimento do trabalhador em decorrência das precárias condições de trabalho, diverge do narrado pelo grupo anterior, que atribui ao trabalho um significado de realização e autonomia. Contudo, é importante salientar que há pontos convergentes entre os dois grupos de pesquisadas sobre o sentido atribuído à profissão de professor.

Penso que é importante destacar que, entre as narrativas, percebo outro elemento ligado ao trabalho, o elemento *tempo*<sup>8</sup>. O trabalho é visto por este grupo de aposentadas como aquele que retira o *tempo* do trabalhador, o *tempo* de vida, o *tempo* de saúde, o *tempo* da família. Como percebo nas narrativas que seguem:

Eu posso dizer que a minha vida de aposentada é boa. Tenho tempo de ficar mais na minha casa, Posso sair mais com meu esposo, posso visitar alguém, tenho mais tempo para a família. Viajo, Faço atividades variadas, que não tenha compromisso, é algo livre. É diferente quando você trabalha como professora, na atividade. Tinha compromisso com meus alunos, não poderia deixá-los. Eu fiz o que estava ao meu alcance. O que eu pude fazer para ajudá-los eu fiz. Eu doe a minha vida na sala de aula. (Dona Cecília)

Antes, chovia ou fazia sol, eu não faltava, eu sempre estava na escola, eu nunca faltei. Minha mãe em uma época passou internada na UTI e eu não faltei um dia à escola. Saía da escola e ia para o hospital. Era muita dedicação. (Dona Lígia)

O trabalho retira do trabalhador um *tempo* que não é apenas algo material, ou cronológico, mas é percebido como um momento retirado que não volta, como: a ausência na família, ausência em casa, falta de tempo para os filhos, para o lazer, para as atividades físicas, para o cuidado com a saúde. Ou seja, a professora doa-se ao trabalho, ou como relata a depoente Cecília “eu doe a minha vida na sala de aula”. O tempo empregado no desenvolvimento da docência retira outro *tempo* do professor, não há o *tempo* livre. Mas, será que o *tempo* “perdido” pode ser recuperado? Será que a passagem do trabalho para o não-trabalho é percebido como uma nova perspectiva de *tempo*? A aposentadoria se constitui como o *tempo* de outras possibilidades para as pesquisadas, e apresentar esta passagem do trabalho para o não-trabalho é fundamental para a compreensão do sentido dado por elas a este tema aqui proposto, sendo observados tais significados em suas falas sobre as trajetórias de vida.

---

<sup>8</sup> *Tempo*, palavra que será aqui apresentada em negrito por representar um elemento não apenas material, mas que ultrapassa a cronologia, ou o tempo quantitativo.

### 3.2.3 A aposentadoria: o não-trabalho e a velhice

Nos relatos das pesquisadas, foi possível observar que a passagem de um momento da vida em que exerceram o trabalho como docentes, para o outro em que não possuíam mais o vínculo formal com o trabalho, o que intitularei aqui de momento do não-trabalho, ou a aposentadoria, foram percebidos de formas diferentes por elas. Entre algumas aposentadas, as percepções sobre o momento vivido da aposentadoria apresentam pontos convergentes, mas para outras estes pontos divergem. Tento agrupar as narrativas sobre esse tema pelos relatos semelhantes. Assim, também observo que se formam dois grupos de aposentadas pelas concepções de aposentadoria que apresentam.

Já discuti, no Capítulo II, que, historicamente, a aposentadoria se consolidou, nas sociedades ocidentais, como um momento de descanso remunerado do trabalhador após anos de dedicação ao trabalho, ou seja, como o direito ao não-trabalho. A aposentadoria consagrou-se também como um momento marcado pela inserção deste trabalhador em uma nova etapa da vida, a velhice (Debert, 1999). Mostrei também, como as mudanças econômicas, com ênfase mais no consumo, e as mudanças tecnológicas são alguns fatores que teriam influenciado a separação entre a noção de velhice e sua relação com a aposentadoria na sociedade contemporânea. Nesse contexto, a aposentadoria passa a ser percebida como um momento de realização, de renovação pessoal, assumindo uma nova concepção, a velhice se “reinventa” e são criadas etapas intermediárias entre a idade adulta e a velhice, como a ‘meia-idade’, a ‘terceira idade’ e a “aposentadoria ativa” (Debert, 1999).

A pesquisa com as professoras aposentadas nos ajuda a compreender o universo da aposentadoria na contemporaneidade sob o ponto de vista da mulher e do enfoque de gênero. Como também já foi mostrado, as mulheres aposentadas, no Brasil, assumem ou continuam assumindo as responsabilidades com os filhos e netos, ou seja, desempenham o papel de cuidadoras de outras gerações, bem como a chefia dos domicílios. Por outro lado, as mulheres mais velhas também reescreveram o script da velhice e são protagonistas em uma série de espaços como o da sociabilidade intrageracional em espaços públicos de convivência, os conhecidos grupos de terceira idade e outras iniciativas de lazer.

Algumas entrevistadas nessa pesquisa trazem algumas questões interessantes para a reflexão sobre essa questão da aposentadoria feminina. Dona Hannah, por exemplo, mostra

como a vivência de sua aposentadoria estabelece continuidades com o período da vida ativa. Ela continua trabalhando e exercendo atividades domésticas e de cuidado com os familiares: “atualmente, eu cuido da casa e do marido que está acamado, e cuido da Escola da Congregação”. (Dona Hannah). Em outro trecho, ela indica que a manutenção das atividades domésticas é uma escolha pessoal: “minha filha disse que iria colocar uma pessoa para trabalhar aqui em casa, mas não tem necessidade, eu faço as coisas em casa e saí para trabalhar na Escola da Congregação”. (Dona Hannah). Nesse caso, a aposentadoria, que poderia ser percebida como um tempo de liberdade para uso pessoal, ou para outras finalidades que não as sempre desempenhadas por mulheres, não libera a entrevistada dos afazeres domésticos, mas tampouco a desvincula das atividades laborativas, mesmo que de forma voluntária.

Entretanto, no relato abaixo, outra pesquisada apresenta o aspecto limitador do retorno as atividades do lar em decorrência da aposentadoria, fator que gera desânimo na entrevistada:

Eu acredito que a minha aposentadoria foi um momento precipitado, inclusive, este processo todo, eu virei uma doméstica, toda mulher é doméstica, do lar, hoje eu sou exclusivamente doméstica, eu estou com depressão adquirida, pois eu sou hiperativa e estou resumida ao lar, eu adoro o meu lar, lógico que toda pessoa deve gostar do lar, mas eu tenho que ocupar o meu tempo com a casa, os animais, o cachorro, o passarinho, lavar roupa, para ocupar o tempo, por que eu não sei ficar parada... (Dona Clarice)

O lar aparece como o elemento que “resumiu” a entrevistada, limitando-a às tarefas domésticas. Mas percebo na narrativa que a pesquisada ressalta que “toda pessoa deve gostar do lar”, trazendo em sua fala vestígios daquilo que foi transmitido para ela durante sua trajetória de vida, daquilo que ela adquiriu sobre o papel da mulher e o ambiente doméstico e suas obrigações com o lar. Assim, rejeitar tal função, instituída há muitos anos, não seria aceitável pela sociedade, logo, a pesquisada recua em sua colocação sobre o lar enquanto ambiente limitador ou um retrocesso à mulher e afirma ser muito ativa para ficar parada, desenvolvendo várias atividades dentro do ambiente doméstico para preencher este tempo. Percebo então, que a depoente reelabora a sua narrativa sobre a questão do lar limitar a mulher em suas expectativas e potenciais.



É perceptível que a aposentadoria, para esta pesquisada, aparece com algumas características que valem ser destacadas, como: “eu sou aposentada com vinte horas. Por isso, eu vou lhe confessar, eu tenho vontade ainda de trabalhar, meu salário ficou defasado, eu não tenho pensão de marido, sou eu e minha filha, eu tô endividada, se não fosse ela, eu nem sei”. Ou no seguinte relato: “Eu fui precipitada ao pedir a minha aposentadoria...”. A pesquisada sente-se prejudicada com a aposentadoria. Ou seja, ela solicitou a aposentadoria sem perceber que algumas gratificações seriam retiradas por não desenvolver certas atividades e não buscou nenhum tipo de informação a respeito<sup>9</sup>. Como percebo na narrativa abaixo:

Eu me senti prejudicada nesta escola, aí eu dei entrada na aposentadoria, porém outras pessoas, próprias colegas me diziam que eu ia levar tudo ao me aposentar, mas eu não li nada ao respeito, nem o Estatuto do Servidor, eu não procurei saber de alguém, as pessoas me diziam que quando eu me aposentasse eu levaria todas as vantagens, assim meu salário estaria bom e daria para viver...

Com a aposentadoria, vem também a redução do salário, pois o professor, enquanto em atividade, recebe certos benefícios, mas alguns são retirados ao se aposentarem<sup>10</sup>. Outra entrevistada fala das dificuldades de subsistência com o salário insuficiente e aponta para uma das estratégias comuns utilizadas pelos aposentados brasileiros para lidar com as perdas salariais, qual seja, os empréstimos<sup>11</sup>.

---

<sup>9</sup> A pesquisada foi orientada por colegas de trabalho a se aposentar, sendo informada por estas que não teria perdas salariais, contudo, outro fator motivou o pedido de aposentadoria. A relação interpessoal com uma colega de trabalho que exercia o cargo de vice-direção através de indicação política. E, esta funcionária não desenvolvia nenhum tipo de atividade na escola, mas recebia as vantagens salariais que as outras professoras que trabalhavam duramente na escola. Assim, sentiu-se injustiçada, pois os anos de dedicação ao trabalho não foram retribuídos ou reconhecidos pela gestão municipal. Este fato motivou a solicitação da aposentadoria proporcional.

<sup>10</sup> O professor ao se aposentar perde algumas vantagens como, por exemplo: aqueles que possuem deslocamento para escolas da zona rural recebem um valor adicional para a sua locomoção. Como também. Quando o professor está em sala de aula recebe o chamado “pó de giz”, que se refere a um valor adicional para o exercício em sala de aula. E, se o professor solicita a sua aposentadoria antes de completar o tempo de serviço, a aposentadoria torna-se proporcional aos anos trabalhados.

<sup>11</sup> A questão do empréstimo apontada nesta análise refere-se aos relatos das pesquisadas sobre o tema. Ou seja, elas afirmaram em suas narrativas que possuem empréstimos, assim como, conhecem outras aposentadas que tem vários empréstimos. Contudo, não apresentarei referências teóricas sobre tal questão.

Minha renda é suficiente, mas não para suprir minhas necessidades. Mas para o básico. Porque não tenho um plano de saúde, a gente entra em empréstimo, em limite de banco. Hoje eu penso quem não tem um empréstimo? Qual é o aposentado que não tem empréstimo?. Nós tivemos perdas salariais com a Prefeitura... e com certas gestões, os professores ficaram defasados, os salários estão defasados. Imagine as aposentadorias das professoras do município? Tem gente que nem trabalha e recebe uma fortuna. Como pode isso? E o professor trabalha tanto. (Dona Hannah)

Os relatos sobre a falta de apoio da esfera pública aos professores são frequentes. As professoras narram que ao trabalharem não possuíam suporte para a saúde, para a prevenção de doenças ocupacionais, ou um plano de saúde, por exemplo. Agora, no momento de aposentadoria, com o aumento dos gastos com a saúde, a falta do plano de saúde para os servidores é especialmente registrada pelas depoentes, como já vimos e como também mostram as narrativas abaixo.

Os funcionários do município não tem plano de saúde. Os aposentados também não. Meu marido também não, pois não temos como pagar um plano para a gente. Dependemos do SUS. Eu tenho diabetes e tireóide. Mas é a artrose que me ataca de vez em quando. Mas eu tento me cuidar. (Dona Hannah)

Eu fiz uma revisão geral da minha saúde, fui ao fono, pois minha garganta estava com problemas. Adquiri um cisto nas cordas vocais, e fiz um ano de fono, tive que pagar tudo particular, pois não temos plano de saúde no município. (Dona Cecília)

Também dona Clarice aponta o sistema de educação como responsável por suas perdas e pela forma como vive atualmente. Contudo, diferentemente de dona Hannah, ela situa sua narrativa no campo da pessoalidade. Nesse ponto, pode-se fazer uma relação com a noção de reciprocidade e com a moral da dádiva, concepções estudadas por Marcel Mauss, (1974b).

A dádiva, na interpretação do autor, não é um ato desinteressado, pois está sempre ligada a uma expectativa de retribuição a qual já é importante na fundação de uma sociabilidade, mesmo que a troca não se efetive (DELGADO, 2007). Quando fala da aposentadoria, dona Clarice, expressando a moral da dádiva, diz que o sistema é “íngrato”, com ela não valorizando sua doação. “Eu acho o sistema tão ingrato! Pessoas sem

responsabilidades, com salário dobrado e quem se doou tanto de si, sai com a mão na frente e outra atrás. É muito injusto! Então, eu tenho essa mágoa...” (Dona Clarice). Ou em outro momento da narrativa, o sentimento sobre a aposentadoria se apresenta da seguinte forma: “eu preciso resgatar a minha auto-estima que ficou lá embaixo depois da decepção que eu sofri ao pedir a minha aposentadoria” (Dona Clarice). A não realização da reciprocidade, ou seja, do recebimento de uma aposentadoria digna, depois de anos de doação, é, como se vê nesse último trecho, fonte também de perdas identitárias. A relação feita por dona Clarice entre doação e ingratidão mostra, pois, como as narrativas estabelecem um vínculo entre o sentido dado ao trabalho e aquele dado ao não-trabalho.

De uma maneira geral, tratei até agora, de dois sentidos básicos atribuídos à aposentadoria. O primeiro refere-se à precarização da aposentadoria e suas conseqüências e o segundo, à ausência de um “sentido para a vida”, pois o trabalho simboliza a “utilidade”, a capacidade, a valorização, emancipação, entre outros atributos para as pesquisadas.

Sobre a questão do “sentido para a vida”, alguns relatos indicam como, no momento da aposentadoria, a mulher revê as múltiplas dimensões de sua vida e como a família é um elemento importante na vida das mulheres dessa geração, como um grupo para com o qual se tem uma série de obrigações, sobretudo, relacionadas ao cuidado e, que se constitui em importante espaço de trocas entre as gerações o que parece dar a elas uma significação para a vida.

Nos relatos das pesquisadas mais velhas como Dona Simone, Dona Clarice e Hannah há elementos semelhantes sobre o sentido atribuído à aposentadoria e o que representa ser aposentada os quais remetem à questão da família e das gerações intergeracionais. Por exemplo, na narrativa de Dona Simone, ela relata que sua filha morava com ela e mais dois filhos e esta filha foi embora para outro Estado, deixando um filho para que ela cuidasse. Assim, com poucos meses de vida, um neto ficou aos seus cuidados. Fato este que a marcou profundamente, pois foi o fator motivador de iniciar o processo de aposentadoria, como destaque no relato abaixo:

Interessante! Minha filha foi embora para Minas e me deixou um filho de dois meses, ou seja, minha filha deixou meu neto de dois meses comigo. Lucas ficou comigo e, para cuidar dele, pedi minha aposentadoria. Pedi, para cuidar dele. E ele me preenchia tanto que eu não sentia falta de trabalhar.

Fiquei com ele até um ano e depois que ele foi embora, aí eu comecei a participar de grupos para preencher a minha vida. (Dona Simone).

O fato de dona Simone ter se responsabilizado pelo neto foi fator essencial que a incentivou a aposentar-se. Muito interessante, nesse depoimento, o fato da depoente não problematizar seu afastamento do mundo do trabalho, um universo importante em sua vida, em função da necessidade de cuidar do neto. Ela não fala sobre a decisão de aceitar essa tarefa, se houve conflito ou algum tipo de negociação, mas trata a questão de forma naturalizada, enfatizando apenas que o exercício do cuidado a ajudou a preencher o “vazio de não trabalhar”.

Quando eu me aposentei eu não tive tempo de pensar sobre a aposentadoria, eu tinha que cuidar dele. Ele me absorveu muito. Mas se eu não tivesse ele acho que seria muito difícil, eu teria que arranjar alguma coisa pra fazer, pois eu sou uma pessoa muito dinâmica, muito ativa, eu não paro. (Dona Simone).

Foi possível observar também esta questão no relato da senhora Hannah, neste percebi semelhanças com a narrativa anterior, no tocante à responsabilidade de cuidar de um neto para que a filha pudesse trabalhar. Interessante notar como, ao falar que já não mais cuidava do neto, apressou-se em mostrar que, contudo, continuava a exercer a função de cuidadora, agora com o marido.

Eu não tenho tempo para participar de atividades de lazer ou cultural na cidade, não dá tempo. Acho que eu preciso comprar um carro. Mas eu não vou dirigir. Mas a minha filha que mora aqui, estamos nos preparando para comprar. Eu também tomava conta de um neto. Minha outra filha trazia o meu neto às seis e meia da manhã e pegava o menino às seis da tarde. Mas agora ele foi para a escola e não fica mais aqui em casa. E eu também estou cuidando do meu marido. (Dona Hannah)

Um aspecto que se expressa nesse relato é a solidariedade familiar com uma nova relação entre gerações distintas a partir da incorporação de novos papéis entre as gerações de uma mesma família, como mães que cuidam dos netos para que seus filhos possam trabalhar e com idosos cuidando-se mutuamente. Os relatos das aposentadas confirmam como, muito dessa solidariedade, se constrói com base na reprodução de papéis tradicionais atribuídos à mulher os quais são assumidos pelas idosas no interior de seus arranjos familiares.

Se a família é um espaço central na vida dessas mulheres e fonte de significação para suas vidas, o espaço do trabalho também aparece nas narrativas sobre a aposentadoria, pois aposentar-se significou o afastamento desse, enquanto campo profissional. Nesse sentido, um fato me chamou a atenção nas narrativas das professoras Simone e Hannah. Ambas apresentam semelhanças sobre a questão referente ao sentimento que possuem sobre o ambiente escolar: levantada a questão sobre o que sentem longe do ambiente escolar e se sentem falta do contexto de trabalho, ambas responderam que não sente falta. Mas esta resposta me inquietou, pois se em dado momento das narrativas elas atribuíram ao trabalho o elemento que “dá sentido à vida”, como o afastamento deste ambiente não representa algum incômodo? A resposta a esta questão aponta para outro aspecto da aposentadoria e sua relação com o trabalho, presente nos relatos que seguem:

Interessante, eu não sinto tanta falta do ambiente escolar porque eu não parei, eu estou sendo presidente de uma creche, e me dou muito bem com a diretora da creche, eu entro na sala, canto, brinco com os meninos, dou atenção a eles, é como se eu não tivesse quase me aposentado, eu estou sempre no meio de crianças, dos professores, do ambiente escolar, isto é muito gratificante. Eu aconselharia a todo muito que for se aposentar procurasse sempre algo para fazer, pois se ficar parado deve ser algo horrível. Não me aconteceu isso não. (Dona Simone).

Hoje eu posso dizer que não sinto falta do ambiente escolar, com a violência que estamos vivendo, eu não sinto falta. Mas eu continuo trabalhando, na congregação aqui eu continuo na escola, na direção e dou aula duas vezes na semana, ou seja, eu não saí da ativa. Eu continuo trabalhando duas vezes na semana. Agora com meu marido um pouco doente, eu tive que me afastar um pouco. (Dona Hannah)

Nas narrativas acima, é perceptível que as pesquisadas não sentem falta do ambiente escolar em decorrência da continuidade de suas atividades no campo da educação, ainda que como voluntária. Ou seja, as pesquisadas não sentem que houve uma interrupção do trabalho docente em suas vidas. Ou ainda, afirmam que “continuam trabalhando” e não se sentem aposentadas. Esse é um dado comum às pesquisadas, quase todas as depoentes desenvolvem atividades como docentes em outros ambientes, sejam creches, associações, congregações,

Igrejas. Mas este “trabalho”<sup>12</sup>, agora se desenvolve sem vínculo formal, elas são docentes, auxiliares em escolas, creches, associações ou na Igreja. O “trabalho” é realizado em períodos alternados, mas com certa regularidade, contudo não com a obrigatoriedade de quando trabalhavam nas escolas, com vínculo.

Para as pesquisadas, uma professora que pensa em se aposentar deve procurar alguma atividade para desenvolver no período da aposentadoria, ou se engajar em algum projeto para ocupar o tempo. Como ressalta a depoente Simone: “Eu aconselharia a todo mundo que for se aposentar, procura-se sempre algo para fazer, pois se ficar parado deve ser algo horrível”. Ou seja, a ocupação do tempo livre com alguma atividade fora do âmbito doméstico, parece ser um projeto fundamental para a vivência da aposentadoria desse grupo de mulheres. O trabalho representa um sentimento de vida e realização em suas trajetórias. Assim, pensar a aposentadoria não significa um projeto de descanso, mas de dar continuidade à vida ativa, tanto com atividades ligadas à docência ↓ o que produz um grande sentido de continuidade, como vimos ↓ quanto a outras áreas como a filantropia. Tal aspecto, ou seja, essa relação entre a realização pessoal no período pós aposentadoria e a ocupação do tempo pode ser percebida nos depoimentos, como o de dona Simone, abaixo, em que, o “tempo curto” parece ser um símbolo dessa realização, um índice de seu envolvimento com os processos da vida.

Interessante, eu me aposentei, mas o tempo para mim é sempre curto, gostaria que o tempo se elastecesse mais, para poder eu fazer as coisas que eu tenho pra fazer, o tempo está sempre restrito para mim. O tempo é curto. (Dona Simone).

O pouco tempo dedicado ao lazer e o constante envolvimento em coisas importantes e na “ajuda ao outro” também aparecem no discurso de dona Simone como formas de dar significado ao período da aposentadoria.

Tenho lazer só aos domingos, visito as amigas, se eu sei que alguma está doente eu vou visitar. Agora mesmo estou preocupada com uma criança na favela, que está doente, e estou dando assistência a família dela. Tenho que ajudar o outro, é o mais importante, ajudar o outro. (Dona Simone)

---

<sup>12</sup> O “trabalho” sobre o qual me refiro neste momento relaciona-se as atividades desenvolvidas pelas pesquisadas após a aposentadoria. Na maioria das narrativas, as depoentes desenvolvem algum tipo de atividade, geralmente como docente, mas sem vínculo formal com a instituição que frequentam. Para diferenciá-lo do trabalho desenvolvido antes da aposentadoria, utilizarei a palavra trabalho com aspas.

É também dona Simone quem aponta para um aspecto central nessa transição entre vida ativa e aposentadoria, qual seja a necessidade de uma preparação para tal o que aponta para o campo das políticas sociais voltadas para a aposentadoria e velhice. No discurso da aposentada, apesar da indicação da continuidade entre aposentadoria e vida ativa em sua trajetória, em alguns momentos a ruptura, “a vida independente do trabalho”, representada por essa transição, aparece em primeiro plano.

Eu diria às mulheres que vão se aposentar que elas se preparem, sabendo que ela tem que dar continuidade à vida delas independente do trabalho, mas que ela já vá pensando no que fazer. Seria ótimo também uma preparação antes das pessoas se aposentar, falta isso. Antes da pessoa se aposentar deveriam ter um apoio, alguém que desse um suporte, para mostrar que há mudanças, pois não deixa de haver mudanças. (Dona Simone).

Por mais que você se prepare você começa a pensar: “será que eu não sou mais útil”, “será que eu não to mais servindo para trabalhar, por quê?”, você fica preocupada, várias questões passam pela cabeça e seria excelente um trabalho antes da aposentadoria...Eu tive que fazer comigo mesma a preparação psicológica, sozinha, lendo, pensando se tava na hora, a gente fica indecisa, mas como eu estava com um neto, uma criança em minha companhia, eu me senti fortalecida para fazer, foi ele quem me deu essa força. Acredito que sem ele seria mais difícil, eu teria sofrido, mas a presença dele, como um filho, me fez sentir mãe novamente, me rejuvenesceu e foi muito importante para mim. (Dona Simone).

As narrativas de dona Simone são ricas ao mostrarem as contradições vividas pelas professoras aposentadas de sua faixa etária. Além da presença de representações sobre continuidade e ruptura no processo de aposentadoria, seus depoimentos expressam também que, apesar da necessidade de realização de atividades fora do âmbito doméstico, o cuidado com os familiares e outras funções exercidas nesse âmbito são muito importantes para o conjunto da experiência vivenciada nesse momento.

...eu sempre gostei de cozinhar, dizem que eu cozinho bem, meus filhos me motivavam muito, sempre me elogiaram, sempre disseram que eu cozinho bem, ai eu sempre gostei de cozinhar pelos elogios que eu sempre recebi deles. E durante a semana eu tenho reuniões, reuniões com o grupo de

costura, com o grupo do Rotary, quarta eu estou livre para resolver meus problemas na rua, quinta tenho também aula de pintura, e no período que trabalhei em uma peça de teatro saía para ensaiar todas as manhãs. (Dona Simone).

Escolha: capacidade, necessidade. Assim, para a pesquisada, aquelas professoras que estão em um momento do não-trabalho e possuem capacidade poderiam continuar trabalhando. Como narra a seguir: “Se a pessoa está capacitada acho excelente uma pessoa que está aposentada voltar a trabalhar, se tem capacidade deve continuar a trabalhar. O trabalho é que dá vida a gente. Pelo menos comigo acontece isso”. (Dona Simone). O trabalho também estaria vinculado a capacidade e seria o elemento que leva a realização. Esta perspectiva é compartilhada pela professora Hannah:

Se as mulheres voltam a trabalhar é porque gostam. Mas vai de cada caso. Mas tem algumas que voltam a trabalhar é por necessidade, estas deveria procurar outra coisa para fazer. Mas as que voltam porque gostam de trabalhar e se sentem realizadas no trabalho, deve voltar a trabalhar. (Dona Hannah)

Conforme explicitado no início desta análise sobre o não-trabalho, percebo dois grupos que apresentam pontos divergentes com relação à aposentadoria. O primeiro identificado pelas pesquisadas mais velhas, com idades acima dos sessenta anos e, um segundo com as outras pesquisadas, as senhoras Cecília (53 anos) e Lígia (54 anos). Estas têm outra forma de representar o momento da aposentadoria. Destaco inicialmente o relato sobre a seguinte questão: como descrevem o sentimento ou o que perceberam ao darem início ao processo de aposentadoria? Seguem as narrativas sobre tal questão:

Quando eu dei entrada na aposentadoria, eu não fiquei triste. Eu pensei, “agora é só esperar a aposentadoria”, não senti tristeza. Quando saiu a aposentadoria, eu, por amor à minha classe, eu fiquei na sala, mesmo estando aposentada, para que pudesse concluir o ano com os alunos. (Dona Cecília)

Eu ficava pensando como seria quando eu me aposentasse, como seria. Eu pensava antes de me aposentar: meu Deus, como eu vou me aposentar, como vou largar meus alunos, com aquela tristeza e saudade de largar meus alunos,



uma tristeza! Aí entreguei a Deus o meu caminho. Aí, junto com a outra professora e minha amiga Cláudia, eu me aposentei, demos entrada e pronto. Falei com a diretora e fui. Quando eu me aposentei fiquei alegre. Engajei-me em atividade da Igreja, resolvi as coisas de casa, minha mãe ficou doente e precisou de mim. (Dona Lígia)

A transição do momento do trabalho para o não-trabalho representou, para a professora Lígia, inicialmente, um momento de insegurança, pois o sentido de vocação atribuído historicamente ao magistério fez sentir-se como abandonando uma missão que é a docência, ou seja, “como largar os alunos”? Esse sentimento de vocação é percebido nas falas das depoentes. Assim, aposentar-se poderia representar uma recusa de um sentido maior para a vida, que seria o magistério. Contudo, em seguida, esse sentimento é “superado”, e outro sentimento se faz presente, o de alegria, sentimento partilhado também pela depoente Cecília.

A inversão de um sentimento de insegurança, para o de alegria deve-se ao fator sentimento de “dever cumprido”, de pensar a aposentadoria como um momento de descanso remunerado após uma trajetória de dedicação, de entrega à docência. Ou seja, a antiga concepção de aposentadoria se mantém, o significado social da aposentadoria como descanso se expressa nas narrativas das pesquisadas Dona Cecília e Lígia. Como destaca dona Cecília: “Eu fiz o que estava ao meu alcance. O que eu pude fazer para ajudá-los eu fiz. Eu doe a minha vida na sala de aula”. A aposentadoria representa um retorno após anos de doação, como observo na narrativa abaixo:

Nunca abandonei o barco. Hoje eu estou aposentada fazendo jus ao que me desgastei, a minha dedicação ao trabalho. Eu me aposentei com 32 anos de trabalho, quase trinta e três anos de trabalho, foram muitos anos. Assim, a aposentadoria é o retorno da minha dedicação. (Dona Cecília).

Quando eu dei entrada, e sai do prédio da Previdência eu senti alívio (risos). Sabe por quê? Porque trabalhei dentro das minhas possibilidades e dei tudo de mim, o melhor. (Dona Lígia)

Eu não pediria a minha “desaposentadoria”. Mesmo que me dessem o dobro. Eu acho que chegou o tempo. Mesmo que eu faça algo, uma palestra, uma atividade, é uma coisa, e voltar à sala de aula formal é outra. Antes chovia, ou fazia Sol eu não faltava, eu sempre estava na escola, eu nunca faltei. Minha

mãe em uma época passou internada na UTI e eu não faltei um dia a escola, saía da escola e ia para o hospital. Era muita dedicação. (Dona Lígia)

Tais representações sobre a aposentadoria evocam uma significação da mesma dentro da já mencionada moral da dádiva e da expectativa de retribuição que ela estabelece. Como estudou Delgado (2007), a partir dos trabalhos de autores como Martin Kohli e Júlio Assis Simões, a institucionalização do direito à aposentadoria, consolidada nas sociedades ocidentais, na experiência do Welfare State, permitiram a criação de uma esfera pública de solidariedade entre as gerações baseada na ideia de justiça e reciprocidade entre as gerações. Em outras palavras, esses sistemas consagraram a ideia de que é justo socialmente que os ativos financiem os inativos e que esses, ao receberem a aposentadoria, receberiam uma retribuição pela “dádiva” do trabalho.

A aposentadoria, para essas depoentes, representa o momento da retribuição, através do descanso, após uma vida de trabalho intenso desenvolvido, em muitos momentos, em péssimas condições. Diferentemente do primeiro grupo, essas aposentadas se sentem bem com a saída do mercado de trabalho. Como destaque nos relatos a seguir:

Como aposentada, a minha vida está bem. Tenho tempo de sonhar, de ir ao médico. Participo de atividade da Igreja. Faço curso de música... Faço outras atividades que eu não tinha tempo de fazer. Eu não faço muita atividade física, não caminho todo dia, mas meu cardiologista diz que estou bem, fiz o teste da esteira e está tudo bem comigo. (Dona Lígia)

Eu posso dizer que a minha vida de aposentada é boa. Tenho tempo de ficar mais na minha casa, posso sair mais com meu esposo, posso visitar alguém, tenho mais tempo para a família, viajo. Faço atividades variadas, que não tenha compromisso, é algo livre. É diferente quando você trabalha como professora, na atividade. Tinha compromisso com meus alunos, não poderia deixá-los. (Dona Cecília)

Entretanto, apesar de relatarem que estão em um momento bom da aposentadoria, com tempo para descansar, para cuidar do lar, da família, as aposentadas não deixam de indicar as dificuldades materiais acarretadas pela aposentadoria, ligadas à própria profissão, à pouca

proteção com que conta a carreira docente.: “Acho que a pessoa tem que se aposentar saudável, pois não temos plano de saúde, eu tenho assistência porque eu pago. Não temos assistência médica”. (Dona Cecília). Ou no relato da senhora Lígia: “Nossa profissão está sujeita a muita coisa. Não temos assistência alguma, nem como ativa, nem como aposentada. Eu pago médico, e um plano particular. Eu tenho assistência porque eu pago”.

Também essas entrevistadas, como as do grupo anterior, vivenciam a continuidade do “trabalho” após a aposentadoria. Ou seja, elas desenvolvem atividades como docentes na Igreja que freqüentam, mas em dias alternados, sem vínculo com a Instituição. Como também, vão para a sala de aula, esporadicamente, substituir alguns professores, mas nada formal.

Percebo então, que as representações sobre o não-trabalho divergem, mas em alguns aspectos convergem. Como destacou Bourdieu, citado em outro momento da análise, as posições sociais adotadas pelas pesquisadas refletem *o habitus*, ou seja, o conjunto de escolhas incorporadas durante toda a história de vida das depoentes. Assim, segundo as concepções teóricas de Bourdieu, as posições sociais que são apresentadas pelas narrativas se distinguem com base nos bens, ou capital econômico e cultural que elas possuem, mas soma-se a este capital as práticas desenvolvidas por elas durante toda a sua trajetória.

### 3.2.4 Velhice: algumas considerações

As pesquisadas narram mudanças de vida, mudanças decorrentes de uma mudança do trabalho para o não-trabalho, mas também, para a maioria das depoentes que estão acima dos sessenta anos, as suas narrativas apresentam a perspectiva da vivência do processo de envelhecimento. Acredito que, mesmo que de maneira pontual, é importante apresentar os relatos sobre a velhice e como esta etapa pode ser compreendida como uma construção social.

Abordar nesta análise o tema da idade e do envelhecimento é perceber que ambos se relacionam aos fenômenos biológicos, mas pensar principalmente sobre o sentido atribuído a estes dois elementos é compreender que seus significados são construídos social e culturalmente (HAVEREN, 1999). Ou seja, o tema da velhice ultrapassa os aspectos biológicos, ou cronológicos, o sentido da velhice se constitui e se modifica em contexto social e cultural.

Apresentar alguns aspectos sobre o tema da velhice na análise é pensar sobre certas categorias, como a idade por exemplo. Sobre esta categoria Guita Grin Debert (1998) dirá,

...as categorias de idade são construções culturais e que mudam historicamente não significa dizer que elas não tenham efetividade. Essas categorias são constitutivas de realidades sociais específicas, uma vez que operam recortes sociais no todo social, estabelecendo direitos e deveres diferenciais em uma população, definindo relações entre as gerações e distribuindo poder e privilégio. (1998, p. 53).

Ainda para Debert (2004), foi possível perceber, no percurso das sociedades ocidentais, uma mudança de perspectiva sobre as imagens socialmente construídas em torno da velhice como discuti no Capítulo II. Inicialmente, com a histórica vinculação entre aposentadoria e velhice, construída a partir da construção dos sistemas de aposentadoria, essa era definida com características negativas, e por vezes depreciativas, pois o avanço da idade anteriormente simbolizaria a decadência, a debilidade e a improdutividade. Mas este cenário vem se modificando e a imagem anterior da velhice associada a dependência e fragilidade foi alterada a partir de mudanças econômicas, sociais e culturais também já discutidas. Relembro agora que, nesta nova perspectiva sobre a velhice, a “terceira idade”<sup>13</sup>, ainda que estejam presentes processos de reprivatização do envelhecimento, é criada uma nova representação sobre a velhice como momento de possibilidades e de realizações, de autonomia, da busca de novos projetos de vida, de independência.

...faço atividade pela manhã, caminhada, musculação. Ainda arranjo tempo para ler, arranjo tempo para costurar, arranjo tempo para assistir um pouquinho de novela, pra distrair, assisto novela e faço as minhas costuras, para o bazar do fim do ano. Faço o ano todo, eu e um grupo de senhoras, cada uma faz aquilo que sabe, para no final do ano fazermos um bazar, e doamos para a creche. Eu gosto de fazer pano de prato, por exemplo, crio muita coisa. Eu acho que tenho alguma coisa diferente dos outros, eu não sei ficar parada. (Dona Simone)

---

<sup>13</sup> .O termo utilizado nesta análise como terceira idade terá como referencia a compreensão da autora Guita Grin Debert. Segundo Debert a “terceira idade” também seria “uma criação recente das sociedades ocidentais contemporâneas. Sua invenção implica a criação de uma nova etapa da vida que se interpõe entre a idade adulta e a velhice e é acompanhada de um conjunto de práticas e agentes especializados, encarregados de definir e atender as necessidades dessa população...” (1998, p. 53)

Ou seja, aos 73 anos, a pesquisada sente-se ativa, desenvolve várias atividades e busca novos projetos, sendo estas algumas das características de uma nova configuração da velhice, segundo Debert.

Os trechos abaixo, do depoimento de dona Simone, mostram outros dois aspectos comuns nas representações sobre a velhice entre as entrevistadas. Trata-se da relação entre uma boa experiência de envelhecimento e a manutenção da saúde e a questão da manutenção da autonomia como um projeto fundamental para a vivência da última etapa da vida com dignidade.

E agradeço a Deus por ter saúde, pela minha vida. Mas eu só quero viver enquanto tiver saúde, meus sentidos, resolvendo a minha vida, porque eu não tolero depender de ninguém, sou auto-suficiente, não peço opinião aos filhos, a ninguém, eu resolvo a minha própria vida. Eu sou totalmente independente.  
(Dona Simone)

As características negativas desta etapa da minha vida é saber que a idade está avançando, mas você não pode voltar, você sabe que você tem que ir, faz parte da vida, você nasce, cresce, envelhece, quando chega a envelhecer, e morre. Eu estou seguindo o ciclo da vida, e muito feliz porque já estou em uma idade avançada com saúde, com esta disposição que eu tenho, só tenho que agradecer. Não tenho do que reclamar. (Dona Simone).

Com essas considerações, observa-se que os projetos de velhice dessa aposentada concentram-se no plano da representação em torno do envelhecimento corporal, visto como inevitável, mas como algo que pode ser superado simbolicamente pela evocação da saúde e da autonomia.

Essa mesma dimensão aparece nas narrativas já apresentadas, expressando-se como um projeto de manutenção de alguns hábitos e cuidados corporais em torno da aparência, relacionados à vaidade feminina.

Mantenho meus hábitos, sou vaidosa, adoro batom, já acordo de manhã e coloco o meu batom, gosto de me arrumar, de roupa e sapato. Acho que

quando você vai chegando para a velhice é que você tem que se cuidar, para não tá chocando as pessoas por aí. Porque uma pessoa já de idade e andar desarrumada e desleixada, não dá. Você deve manter seus hábitos, tem pessoas que se entregam. (Dona Simone).

Tem aspectos negativos e positivos de envelhecer. Quem disser que não tem aspectos negativos quando você chega nesta idade está mentindo. A memória não está mais a mesma, a saúde não é a mesma, a energia está menor. Mas a minha memória vai falhando, as vezes, acho que é por causa da tireóide. Tem coisas que eu não lembro. Eu mantive os hábitos que tinha quando era mais nova e quando trabalhava. Gosto de batom, de um cabelo arrumado. (Dona Hannah)

Se dona Simone e Hannah falam da manutenção dos cuidados corporais como forma de viver a velhice, dona Clarice mostra que seu projeto é também de manutenção de hábitos, nesse caso, hábitos de lazer.

Eu acho que eu estou sabendo viver aos 65 anos com dignidade, para mim não mudou nada, eu brinco micareta, eu saio em bloco, ultimamente é que eu tô assim, mais caseira, mas não porque a idade está me forçando isso, ou porque eu tenho que ter determinado comportamento de uma idosa que eu não tenho ainda, eu ainda não assumi totalmente, eu não sei se é porque eu estou com sessenta e cinco anos, mas eu subo escada, eu planto, eu lavo roupa, eu brinco, tudo, eu sou assim, alegre. (Dona Clarice)

Percebe-se como a entrevistada negocia a vivência digna da velhice em torno da questão da adequação de seus comportamentos a sua idade. Ela frisa que está, “mais caseira”, não pelos efeitos da velhice sobre seu corpo. Ela mostra que é um ponto de conflito e negociação para ela a questão “do comportamento de uma idosa” que ela afirma não ter ainda, mas, ao mesmo tempo, coloca essa questão como possível causa de estar “mais caseira.”

A velhice feminina apresenta peculiaridades, pode-se falar em uma construção da identidade feminina neste momento da velhice. Momento em que as mulheres passam por vários impactos, como a “perda da juventude”, do vigor físico, ou até de uma rejeição da velhice podem ter sérios impactos na vida das mulheres, impacto em suas identidades individuais.

Contudo, existem discussões teóricas de autores como Motta (2005), por exemplo, que afirmam que tem mulheres que reconstróem suas identidades na velhice e conseguem vislumbrar possibilidades para uma nova vida, mesmo diante das limitações ou restrições impostas pela velhice. Estas mulheres afastam o isolamento das suas vidas, a solidão, enfrentam e aceitam as marcas deixadas pelo tempo em suas faces. Como percebo nas narrativas que seguem sobre os aspectos relacionados à velhice:

...se eu me comparar a certo homem aposentado, na minha faixa etária, ele não é tão hiperativo como eu (risos), se acomodam mais rápido que as mulheres, uma mulher como eu enfrenta os desafios e tudo, e não se acomoda. Com fé em Deus eu não vou me acomodar, vai demorar um pouco. (Dona Clarice)

...eu sei que a velhice começa a limitar, eu ainda não tô sentindo esta limitação, mas eu sei que um dia se eu continuar viva, ela pode chegar. Agora já é diferente comigo, porque eu estou bem. (Dona Simone)

As pesquisadas parecem ter conseguido reconstruir sua identidade com a velhice, mesmo percebendo as possibilidades ou as limitações que podem enfrentar. Mas estas professoras procuraram outros caminhos ou alternativas para este processo que é contínuo e não estático, que é o envelhecimento. Segundo Simone de Beauvoir (1990),

a velhice não é um fato estatístico; é o resultado e o prolongamento de um processo. Em que consiste esse processo? Em outras palavras, o que é envelhecer?. Esta ideia está ligada á ideia de mudança. Mas a vida do embrião, do recém-nascido, da criança é uma mudança contínua. Caberia concluir daí, como fizeram alguns, que a nossa existência é uma morte lenta? É evidente que não. Um tal paradoxo desconhece a essencial verdade da vida; esta é um sistema instável no qual, a cada instante, o equilíbrio se perde e se reconquista: é a inércia que é o sinônimo de morte. Mudar é a lei da vida. (BEAUVOIR, p. 17, 1990)

Ou seja, a mudança faz parte da vida, seria a própria lei da vida. A velhice também representa a mudança, seria para Beauvoir uma mudança irreversível e concebida por muitos, como “desfavorável”, mas o que seria o desfavorável? Para pensar em desfavorável ou favorável se deve compreender que tal conceito é construído socialmente, para Beauvoir

“cada sociedade cria seus próprios valores”, e, é neste contexto social, cultural que o entendimento da noção de desfavorável ou “declínio” relacionado a velhice ganha seus contornos e significados. Não representaria a velhice um sinônimo para o declínio da vida, mas a morte que é a inércia da vida (BEAUVOIR, 1990).

Assim, percebo que o tema da velhice apresenta um contexto amplo e complexo de significações, de símbolos e sentidos. Meu intuito nesta análise restringe-se apenas em apontar alguns caminhos já apresentados por outros autores, como uma forma de sinalizar aos leitores que algum sentido foi atribuído pelas depoentes a velhice. Mas, de maneira pontual, narrar como as pesquisadas demonstram que é possível a (re)construção da identidade feminina ao envelhecerem.



#### IV CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nesse momento final do trabalho, cabe retomar alguns pontos presentes no universo da pesquisa e que permitem formular algumas conclusões, necessárias nesse momento. São questões que sintetizam os resultados desse esforço específico de análise das entrevistas com as aposentadas, mas que também apontam para um universo mais amplo do envelhecimento e da aposentadoria na sociedade contemporânea. Desse modo, pretendo construir as amarras da discussão, delineando com mais clareza os contornos do trabalho, seu alcance, possibilidades e limites, bem como seus indicativos para novas investigações.

Penso que o trabalho apresentou dois momentos importantes na sua elaboração. O primeiro momento foi exposto através de uma discussão teórica sobre o tema proposto, e o segundo momento, organizado através da análise dos relatos orais das professoras aposentadas. Nestes dois momentos, que parecem distintos, é perceptível o diálogo entre os eixos teóricos e o cenário que foi sendo composto a cada passo da análise.

Na etapa inicial da dissertação, a elaboração teórica do texto foi pensada tendo como ponto de partida três grandes eixos que considerei pertinentes para a discussão do tema. No primeiro eixo teórico apresentei as noções de geração, *habitus*, cultura, com o intuito de expor a complexidade do termo geração, e como esta noção se relaciona à reprodução das relações à a transmissão de símbolos.

Na análise das narrativas percebi dois grupos de mulheres que, apesar na mesma condição de aposentada e terem idades distintas, também apresentam uma condição geracional diferente. Percebi que as professoras que estão aposentadas há mais de três anos possuem aproximadamente a mesma idade e compartilham experiências próximas, como partes de uma mesma geração. E outras professoras que estão aposentadas há, no máximo três anos, compartilham experiências semelhantes, assim como as idades, podendo ser tomadas como de uma mesma geração. Como ressaltou Motta, no momento contemporâneo, pode-se perceber a presença de várias gerações, que aparentemente semelhantes, como no caso das professoras aposentadas, não percorreram a mesma trajetória de vida. Fui, a cada passo, percebendo esta concepção teórica sobre a noção de geração e observando, nas falas, as suas semelhanças e distinções. Ou seja, as experiências desses dois grupos de mulheres aposentadas foi distinto em função, dentre outras coisas, das memórias e valores transmitidos

e compartilhados. E esta transmissão de símbolos e valores ocorreu através da cultura, podendo-se falar em *habitus* ou, um *habitus* de geração.

Ao abordar a noção de *habitus* e sua discussão teórica no primeiro momento do trabalho, foi possível compreender como este é o elo que relaciona o passado com o presente das pesquisadas, ou seja, é através dele que a aposentada interiorizou os símbolos, os elementos externos (do contexto social), presentes em suas práticas. Através das narrativas, verbalizaram os valores, os significados e as representações incorporadas durante a trajetória de vida. É através do *habitus*, como um princípio que liga as propriedades intrínsecas e o contexto externo, que percebi como as gerações de aposentadas representaram e deram significado às mudanças ocorridas em sua vida, especialmente a mudança de condição de trabalhadora para a de aposentada.

Outro eixo exposto no trabalho foram as concepções teóricas de identidade e envelhecimento. Confesso que esta discussão se mostrou mais árdua e complexa. Trabalhei com a noção de identidade definida por Hall, importante para compreender a relação entre identidade e complexidade social, fundamental na análise da sociedade contemporânea. A identidade relaciona o sujeito ao contexto que o circunda. Esta relação antes estabelecida entre o sujeito centralizado em referências culturais e estruturais fixas, perde a solidez da estrutura de identificação em decorrência das mudanças estruturais da sociedade. Ou seja, antes o sujeito possuía uma identidade unificada, centrada em certos alicerces, hoje e, no atual contexto de mudanças e transformações, o sujeito não possui apenas uma identidade, mas várias identidades, várias referências identitárias.

Esta discussão sobre a questão da mudança na identidade do sujeito remete às mudanças culturais que refletem nesta identidade, sendo uma das características das sociedades atuais. E, pensar nestas mudanças, sejam culturais ou estruturais, me auxiliou no entendimento da plasticidade das identidades relativas ao envelhecimento, e, principalmente, no tocante a como as aposentadas construíram e constroem as suas próprias identidades.

Na abordagem sobre o envelhecimento, foi possível observar que houve uma mudança na compreensão social deste processo. Anteriormente, no período da formação das sociedades industriais, a vida foi dividida em períodos mais rígidos, como infância, vida adulta e velhice. Neste momento, define-se com clareza o lugar do idoso que é associado à aposentadoria e à

proteção social. Entretanto, na sociedade contemporânea, pensar o conceito de velhice é pensar nas mudanças estruturais da sociedade.

Com as transformações tecnológicas, a economia voltada ao consumo e a flexibilização das idades foi perceptível a separação da velhice e a noção de aposentadoria. Penso que esta discussão teórica proposta nesse trabalho fundamentou o que observei nas análises, isto é, a concepção sobre a transformação de uma noção de aposentadoria e velhice para uma nova perspectiva. Ou seja, foi percebido, nas narrativas, a mudança do sentido atribuído à aposentadoria e à velhice. A aposentadoria pensada como um período de descanso remunerado perde gradativamente esta propriedade ou característica e ganha novos contornos, como aponta a literatura sobre esta discussão. A aposentadoria passa a representar um momento de busca de novos projetos ou sonhos ainda não realizados.

Neste contexto de mudança do sentido atribuído à velhice e aposentadoria, a literatura apontou a responsabilidade atribuída ao próprio sujeito que envelhece de manter uma vida saudável, o que vai ao encontro da discussão teórica mais geral sobre as políticas sociais, acerca da retirada do Estado do cenário das políticas públicas direcionadas aos velhos, principalmente aos velhos que possuem alguma fragilidade na saúde.

Outro ponto tratado na literatura sobre o envelhecimento foi sobre o aumento significativo do número de mulheres idosas, a “feminização da velhice”. Penso que a apresentação teórica desta questão indicou as peculiaridades da velhice feminina e a busca das mulheres que estão envelhecendo por um momento de compreensão das mudanças que esta nova etapa gera. A discussão fundamentou o entendimento sobre a complexidade dos dilemas que envolvem as mulheres que estão aposentadas e que envelhecem. O curso da vida segue caminhos sinuosos que vão sendo traçados e modificados com as mudanças estruturais, culturais e globais, não sendo possível estabelecer um molde ou modelo do que é envelhecer. Assim, a possibilidade de uma construção e/ou reconstrução da identidade feminina que envelhece foi convocada para as discussões.

A última etapa da discussão teórica que propus para fundamentar e nortear as análises relaciona-se a discussão do trabalho, da aposentadoria em tempos de mudança e as discussões do trabalho desenvolvido por mulheres e sua posterior condição de aposentada.

Para que fosse possível pensar na discussão do trabalho foi fundamental compreender as transformações importantes no capitalismo no final do século XX. Mudanças tão profundas que geraram uma avalanche de alterações ou transformações nos hábitos de consumo, nas relações sociais, nas práticas do Estado. Estas mudanças influenciaram ferozmente as relações de trabalho.

As transformações no capitalismo geraram a flexibilização das relações de trabalho e da vida do trabalhador, ou seja, o processo de deterioração das relações sociais, dos direitos trabalhistas, a decomposição da própria vida do trabalhador. Foi perceptível o desmonte do que é público, a desvalorização das esferas públicas que causaram grande impacto nas discussões sobre a crise da Previdência Social. O sistema de aposentadoria foi abalado e sofreu mudanças devido ao discurso da crise da Seguridade.

O Regime Próprio de Previdência Social (RPPS), também sofreu os impactos da reforma, como, por exemplo, o estabelecimento de um limite ou teto para a aposentadoria. E aqueles que desejassem ter uma aposentadoria integral, deveriam ter um fundo de previdência complementar. Assim, a redução dos direitos sociais conquistados ao longo de décadas, vem sendo corrompido e a proteção social e a cidadania sofrem com esta decomposição dos direitos.

Ainda dentro da discussão sobre o trabalho e a aposentadoria, a discussão teórica sobre o trabalho da mulher foi importante para a compreensão das narrativas de mulheres que foram inseridas no mercado formal de trabalho e como se deu a passagem do trabalho para o que intitulei de não-trabalho, ou a aposentadoria. Diante do cenário teórico elaborado, observei diferenças importantes entre as práticas sociais femininas e as masculinas. As relações que se estabeleceram historicamente ao longo da inserção da mulher no mercado de trabalho foram marcadas pela relação de poder, de subordinação, de dominação.

Na esfera pública, o homem foi direcionado para exercer as atividades neste ambiente e as mulheres, na esfera privada, sendo suas atividades relacionadas a reprodução e manutenção da prole e do homem. Ou seja, existia uma hierarquia entre o que se definia como trabalho de homem e trabalho de mulher. Mas, o movimento feminista levantou a crítica sobre o trabalho desenvolvido pela mulher na esfera familiar, ou seja, o trabalho doméstico e a

relevância deste para o contexto da reprodução social para o capitalismo. Este debate impulsionou as discussões relativas às relações sociais de sexo no universo do trabalho.

Compreendo que a feminização do trabalho foi uma dentre muitas estratégias utilizadas pelo capitalismo, isto é, a inserção da mulher no contexto do trabalho parece ter duas vertentes de discussões, sendo a primeira a colocação da mulher no universo do trabalho como um importante passo da mulher na transição do universo privado e familiar para o público. Mas, a segunda, relaciona-se as conseqüências desta inserção, como a diminuição dos valores pagos aos homens, a inserção da mulher em trabalhos vulneráveis, por exemplo. Assim, esta ocupação do feminino parece ter representado uma dupla exploração, que ocorre no âmbito produtivo, como também, reprodutivo. Assim, o capitalismo e suas transformações intensificaram as desigualdades de gênero na relação de trabalho.

No cenário brasileiro, o trabalho feminino é associado ou conciliado, com as tarefas domésticas, e esta relação é interna a mulher, ou seja, o trabalho aparece com um meio de emancipação feminina, mas isto não a torna liberta ou emancipada das atividades do lar. A mulher lida com a jornada produtiva de trabalho, e a jornada reprodutiva, do lar, paralelamente, e, sente a obrigação deste cuidado e desta responsabilidade legada por uma construção social do papel da mulher e do papel do homem na sociedade. E, rejeitar a execução desta dupla função seria uma rejeição a sua própria “natureza”. Contudo, a definição dos papéis entre homens e mulheres seria uma construção social.

A precarização das relações de trabalho, a deteriorização do universo dos direitos sociais e trabalhistas reflete duramente no contexto da aposentadoria. As mudanças contemporâneas afetam o envelhecimento feminino, as mulheres aposentadas passam a assumir papéis e responsabilidades com a família, ou seja, as mulheres que se encontram aposentadas e que estão envelhecendo assumem a provisão da família, dispensando seu tempo com o cuidado das gerações mais jovens, que foram afetadas pela flexibilização das relações de trabalho e precarização do trabalho.

Assim, com a discussão conceitual sobre a mulher enquanto trabalhadora e a mulher enquanto aposentada me direcionou a um cenário complexo e contraditório. Se a emancipação feminina se deu através do trabalho, este mesmo trabalho foi representado ou construído no imaginário da mulher de diferentes formas. Mas, esta emancipação não representou uma

emancipação das atividades domésticas. Os cuidados com o lar, com a prole permanecem mesmo com esta emancipação. E, as mulheres ao se aposentarem vivem o dilema de serem responsáveis pelo seu próprio envelhecimento saudável, ou não, pois o Estado se ausentou das políticas públicas para a população que envelhece, e transferiu a responsabilidade para a própria pessoa, e as mulheres são responsáveis pela formação dos novos contornos da sua vida de aposentada. Sem dúvida um contexto complexo e um campo instigante de pesquisa.

Para compreender qual o significado atribuído ao trabalho e a aposentadoria por mulheres, que são professoras e aposentadas por um Regime Próprio de Previdência, como também, refletir sobre o processo de construção da identidade destas mulheres e como estas vivenciam o momento da aposentadoria e do envelhecimento a opção metodológica tinha que contemplar técnicas que fossem possíveis apreender o sentido, o significado para a pesquisada. E, pensando nesta perspectiva que a técnica de depoimentos orais se mostrou clara para os objetivos propostos nesta dissertação.

Para este tipo de técnica, de coleta das histórias de vida e dos depoimentos orais, foi necessária a utilização de um gravador, este recurso foi importante para mostrar as expressões das professoras pesquisadas e as narrativas dos fatos de suas vidas destacados por elas de maneira mais fiel. Foi preferível a utilização de uma entrevista mais livre, contudo, a utilização de um roteiro dos temas foi importante para nortear a pesquisa, mas este roteiro tem a possibilidade de ser flexibilizado.

As histórias de vida tiveram relevância para a sociologia no Brasil nos anos 50. Nas narrativas, estão presentes a vivência coletiva do sujeito e, neste universo, a memória surge como um importante agente de relato. É através da memória que se recupera as relações sociais estabelecidas, o contexto social vivido, isto é, a memória pessoal seria construída em parte, coletivamente, pela sociedade.

Assim, o que foi selecionado pelas pesquisadas para o relato no momento da entrevista foi considerado de grande relevância. As narrativas das pesquisadas representavam o coletivo e a sua vivência singular desse processo. Penso que a técnica escolhida foi apropriada para analisar e compreender o significado ou a representação de um sujeito sobre o tema. Encerrei o número de entrevistas no momento que observei o denominado “processo de saturação”, ou seja, as narrativas das pesquisadas começaram a confirmar a anterior. Trabalhei com a

amostra intencional, pois já tinha definidos os sujeitos representativos da pesquisa, sendo as entrevistadas da rede pessoal de contatos.

Acredito que, assim como é apontada na literatura sobre estas técnicas, a prática da história de vida, apesar de apresentar a possibilidade de uma análise generalizada dos relatos, não gera uma sensação, ou entendimento, de homogeneidade de vidas, ou de uma universalidade total. Mas, as narrativas de vida permitiram estabelecer a relação entre a construção social e a trajetória de vida. Vale ressaltar que as informações obtidas nas narrativas foram levadas em consideração, sejam elas preponderantes ou pontuais.

Nas narrativas pesquisadas, as informações me conduziram inicialmente a vida particular das entrevistadas, mas, principalmente, representam o contexto social vivido por elas e esta representação é percebida nos depoimentos. Assim, foi possível identificar importantes elementos através deste instrumento de coleta.

Nas análises foram perceptíveis as diferenças socioculturais das pesquisadas, oriundas das classes sociais em que estão inseridas. O sistema de representação ou significação de um grupo relaciona-se a certas condições materiais de existência. No grupo escolhido para a pesquisa, formaram-se dois grupos de pesquisadas, sendo as diferenças no “*habitus* de classes” observável nos relatos. A análise sobre a cultura, o *habitus*, nas falas, revelou como foram absorvidas as mudanças sociais, culturais pelas pesquisadas, e, como esta influência do “*habitus* de classe”, noção anteriormente discutida, e apresentada pela teoria de Bourdieu, foi efetivado nas práticas das pesquisadas.

As transformações na conjuntura social que se refere ao elemento externo foram absorvidas pelas pesquisadas e, nos relatos, percebi que as aposentadas que tiveram familiares inseridos no mercado formal de trabalho tiveram acesso a uma educação de nível superior, diferentemente das pesquisadas cujos pais desenvolveram atividades informais. Estas foram privadas de um acesso a maior escolarização, ou seja, acesso a uma Universidade por exemplo. Entretanto, compreendi que entre as pesquisas todas tiveram acesso a uma formação educacional privilegiada à época, período em que as mulheres que tinham a possibilidade de estudar, freqüentavam o magistério e pertenciam a uma instância privilegiada. Aquelas que acessavam ao ambiente escolar adquiriam uma importante “propriedade simbólica”, como afirmou Bourdieu.

O panorama do trabalho feminino ficou evidenciado nas narrativas. As pesquisadas são de origem familiar onde tradicionalmente as mulheres exerciam exclusivamente tarefas domésticas, suas genitoras cuidavam do lar e da prole, sendo também orientadas para que se casassem. A conquista da formação como professora foi um primeiro passo para a emancipação destas, assim como, o trabalho de professora emancipou-as dos pais e, posteriormente dos maridos. A inserção da mulher no mercado de trabalho se apresenta com algumas questões complexas, como a contradição entre a inserção do trabalho feminino como uma conquista emancipatória e a tradicional inserção precarizada da mulher no mercado, em um espaço abandonado pelos homens devido às condições vulneráveis de trabalho.

Apesar da conquista do espaço de trabalho, as relações entre homens e mulheres se fundamentaram nas relações de poder, de subordinação e dominação, isto é, a divisão sexual do trabalho coloca homens e mulheres em lados distintos. Contudo, no universo das pesquisadas, os irmãos não tiveram acesso a formação educacional, seguiram na sua maioria profissões informais. E, as pesquisadas destacaram-se ao terem acesso à educação e posteriormente, ao ambiente de trabalho formal. Assim, o sentido dado ao trabalho vai se configurando, inicialmente, como um instrumento de emancipação feminina.

O contexto simbólico das pesquisadas sobre o trabalho e os sentidos atribuídos a ele associa-se às formas das relações sociais, ou as relações de classes. Isto é, como vivemos em uma sociedade capitalista e de classe, o ambiente simbólico das mulheres pesquisadas expressa estas relações, estes elementos externos da conjuntura social. E, foi possível observar nas narrativas a expressão das relações sociais internalizadas e trazidas através da memória. Assim, foi através do estudo e da compreensão do *habitus* que a memória mostrou o sentido atribuído ao trabalho e ao não-trabalho.

Entre os eixos que encontrei na análise dos relatos orais destaco o tema da *mulher e o Magistério*. Para realizar a análise, a apresentação de uma discussão conceitual sobre esta questão foi necessária. A literatura apontou na discussão sobre o magistério e o surgimento da profissão inicialmente por homens. Mas, o desinteresse dos homens em decorrência da precariedade das condições de trabalho gerou um esvaziamento deste ambiente por eles.

A discussão indicou a ocupação feminina neste contexto do magistério devido à ausência dos homens do cenário docente, pela precariedade, pelos baixos salários, mas pela



urgência de alguém que assumisse a docência como um sacerdócio, como uma missão. Assim, a mulher apresentou o perfil à época para assumir a docência. E percebi nas narrativas que as pesquisadas viveram intensamente seu dom, ou vocação, com amor, doação e dedicação, assim como as professoras do final do século XIX. Mas também, viveram o sacrifício da docência contemporaneamente, diante do cenário ainda vulnerável da educação no Brasil.

Já nas décadas de 1940 e 1960, o magistério surge como uma forma de inserção da mulher no trabalho formal, e, nas décadas de 1970, como uma opção mais viável e barata, para o acesso das mulheres que se encontravam em contexto social desfavorecido. Mesmo assim, aquelas mulheres que acessavam tal patamar se encontravam em situação privilegiada, diante do contexto social adverso, principalmente para a mulher. Nas narrativas, encontrei professoras que apresentavam características de uma e de outra década. Mas o que elas têm em comum é o significado do magistério como um dom e vocação. Todavia, percebi nos relatos, que o trabalho como docente teve um papel central na vida destas mulheres, principalmente na relação com seus companheiros. Contudo, também nas narrativas não foi perceptível o lugar do companheiro na vida destas mulheres, ou seja, em seus relatos, na maioria deles, é evidente a ausência, seja nas falas, dos maridos em suas trajetórias, mesmo a maioria das pesquisadas tendo em seu estado civil o estatuto de casadas, estes homens são invisíveis ou, não narrados, por elas. Fato que gera em mim algumas inquietações sobre o papel do marido na trajetória destas mulheres. Entretanto, este é outro caminho de pesquisa percebido após as análises e que requer mais estudo teórico e recolhimento.

Apesar de todas as pesquisadas apresentarem em seus relatos a importância do magistério, algumas não tiveram acesso à Universidade. Mas, o acesso a esta instância que é também privilegiada, não pertencia ao seu contexto, pois a sua representação enquanto classe menos favorecida, a impossibilitava de vislumbrar tal possibilidade. Entretanto, estas mesmas pesquisadas orientaram seus filhos a almejarem tal formação educacional, esta formação possibilitaria o acesso ao mercado formal de trabalho. Assim, ao relatarem que seus filhos tiveram acesso ao ensino superior público, percebi que a representação deste símbolo, que é a Universidade, aparece como um elemento de privilégio e que coloca a pesquisada em outro patamar divergente do vivido no passado.

O outro eixo importante encontrado na análise foi o das *Trajetórias de trabalho e os seus significados*. Neste momento da pesquisa observei diferenças e semelhanças das formas de perceber o trabalho. As semelhanças decorrem principalmente na opção pelo magistério e do sentimento de realização com a profissão. É nos relatos das práticas como professoras que se configuram o sentido atribuído ao trabalho, composição feita durante o ciclo de vida das professoras. Logo, é pelas falas da trajetória de vida que o trabalho foi sendo representado.

Observei neste contexto de trajetórias de trabalho que as professoras mais velhas em certo momento de suas vidas, interromperam as atividades de trabalho e acompanharam os maridos, situação provisória segundo as narrativas. Mas estas narrativas apontam para a questão dos padrões de comportamento de uma mulher casada em sua época, este fator de definição de papéis reaparece nas narrativas das professoras.

Neste grupo de pesquisadas, o trabalho é representado como o fator ou elemento emancipador, que também possibilitou a autonomia feminina. O trabalho é percebido principalmente como tema central em seu projeto de vida. E esta representação do trabalho como elemento principal e o que “dá sentido a vida”, esta representação é transmitida para as novas gerações de mulheres da família.

Assim, a referência das professoras sobre o trabalho e o sentido atribuído a ele está relacionado a uma dimensão de classe partilhada por um grupo, o grupo social em que as pesquisadas viveram. A representação do trabalho ultrapassa o âmbito da sobrevivência ou da manutenção, e passa a ser percebido como a realização de um projeto de vida.

Entretanto, observei nas narrativas outro sentido atribuído ao trabalho entre as professoras com idade entre 53 e 55 anos. Busquei os aspectos em comum das pesquisadas e entre eles estavam: seu pertencimento a famílias com origens semelhantes, ou seja, de origem operária; sua inserção no mercado informal e o desenvolvimento de suas atividades como docente nas séries iniciais, não conseguindo acesso a formação universitária. Neste contexto, o trabalho é percebido como um meio de sobrevivência, que mantém a subsistência.

Todavia, o que percebo nos relatos da trajetória de trabalho são as condições precárias do ambiente de trabalho docente. A precarização do trabalhador e das suas condições de trabalho são frutos de um sistema capitalista, que fragiliza o trabalhador e deteriora as suas condições de trabalho. Assim, o trabalho também gera o adoecimento dos trabalhadores,

especialmente das professoras. E estes relatos de adoecimento da profissão foram percebidos de maneira incisiva nas pesquisadas.

Outro eixo fundamental para a compreensão do cenário social e da conjuntura que as pesquisadas estão inseridas é o tema da *Aposentadoria: não-trabalho e a velhice*, ou seja, como o processo de envelhecimento é percebido pelas pesquisadas. Também nesta perspectiva, as pesquisadas apresentam pontos divergentes e convergentes. A discussão sobre a aposentadoria foi apresentada no início deste trabalho, nos debates teóricos sobre o tema, mas vale destacar que a aposentadoria antes vista como descanso remunerado do trabalhador, vem se configurando com novas características, a aposentadoria insere o trabalhador em uma nova etapa da vida, o momento da velhice.

Nesta nova configuração da aposentadoria na contemporaneidade, esta etapa é marcada pelo momento de renovação, de realização de sonhos ou projetos interrompidos. Como também a etapa da aposentadoria é marcada pelo retorno da mulher as suas tarefas domésticas, e a (re)assumir a responsabilidade com os filhos e agora, com os netos, pois seus filhos precisam trabalhar e estas mulheres assumem o lugar de cuidadoras dos netos, ou de outras gerações. Este cenário é visível na realidade brasileira.

Em certos relatos observei a aposentadoria como um momento de continuidade do vínculo das atividades laborativas. Mesmo que, como voluntárias, as professoras permanecem exercendo algum tipo de atividade semelhante as desenvolvidas quando trabalhadoras.

Os sentidos atribuídos à aposentadoria são importantes nas narrativas, como por exemplo: a precarização da aposentadoria, fato que é observável na conjuntura social de desmonte da Previdência ou de crise da Seguridade. Como também, a flexibilização das relações de trabalho afetaram as aposentadorias e o pacto intergeracional. Outra forma de representação da aposentadoria é como ausência de um sentido, pois é o trabalho o elemento central na vida da maioria das pesquisadas, logo, é o trabalho que dá sentido à vida.

Outro aspecto relacionado à aposentadoria relaciona-se ao tempo dedicado ao lazer, em sua maioria pouco tempo, mas, a continuidade do envolvimento em outras atividades, como a ajuda ao próximo através de trabalhos voluntários ajudam a dar significado ao momento da aposentadoria. Mas o que me chamou a atenção foi a narrativa sobre a necessidade de uma preparação para a aposentadoria, o sentimento de ausência de apoio na

transição entre a vida ativa e a aposentadoria. Este fato aponta para o âmbito das políticas sociais voltadas para a aposentadoria e para a velhice. Ou a ausência destas políticas.

E, por último, o eixo que se apresentou nas narrativas foi o tema da *Velhice*. Nos relatos das pesquisadas percebi que este tema foi presente entre aquelas com idade acima dos sessenta anos. E, pensar sobre esta questão é perceber como, nas sociedades ocidentais, ocorreram mudanças de perspectiva sobre a compreensão da velhice. A velhice em um dado momento no Brasil foi associada a aposentadoria, e a imagem socialmente construída da velhice como um momento de decadência e improdutividade. Contudo, este cenário foi se alterando, e a imagem da velhice ganhou novos contornos, isto se deve também as mudanças estruturais, como: as mudanças econômicas, sociais, culturais, já expostas em outros momentos do trabalho. Assim, a velhice apresenta-se como um momento de realização, de possibilidades de concretização de novos projetos de vida. Esta nova configuração foi apontada por autores como Debert, por exemplo.

E esta nova configuração é perceptível nas narrativas. Apesar da compreensão das pesquisadas sobre as inevitáveis limitações advindas com o envelhecimento, especialmente o envelhecimento corporal, estas mantêm os cuidados com o corpo e com a saúde, através da manutenção dos hábitos de outrora. Estas mulheres enfrentam as dificuldades desta etapa da vida, suas restrições, mas não se intimidam com as limitações. Contrariamente ao isolamento e a solidão, as mulheres buscam alternativas e novas possibilidades.

Percebi que o trabalho me causou grande contentamento e realização, ao perceber que as pesquisadas conseguiram (re)construir suas trajetórias, expressando uma compreensão de que as mudanças pertencem a vida ao buscarem pela possibilidade do novo, pois a inércia pertence à morte, como diria Simone de Beauvoir.

Confesso que o percurso do trabalho não foi fácil, vários imprevistos ocorreram e barreiras institucionais tiveram que ser superadas ou contornadas. A dissertação foi inicialmente norteadada apenas por questões que me inquietaram profissionalmente na minha prática. Mas, com a caminhada, o diálogo com a literatura, as orientações e o mergulho possibilitado pela pesquisa de campo, novas inquietações foram surgindo e as histórias de vida das depoentes se mostram grandiosas, trajetórias de conquistas, de lutas e superação. Como não admirar estas singulares professoras?. Todavia, não seria viável tentar responder a

todas as questões novas que surgiram e expressar a complexidade das vidas narradas. Lidar com todas essas vicissitudes, dos limites institucionais à compreensão sobre como recortar um objeto tão denso e trabalhar com a questão da subjetividade/objetividade nesse campo específico foram desafios que contribuíram para minha formação como pesquisadora, uma das funções da própria pós-graduação.

Penso que o momento da pesquisa foi bem vivido, diria, intensamente vivido. Mas esta vivência apontou para outros caminhos de investigação, para a necessidade de continuidade das discussões sobre o tema da velhice, por exemplo. Contudo, é necessário mencionar que, ao tocar nesse ponto, da minha formação como pesquisadora, quero, principalmente, destacar como esse elemento traz um importante diferencial para a própria questão da produção de conhecimento. Reconheço, e procurei apontar, que o trabalho poderia ter avançado mais e que os seus resultados indicam novas dimensões para a investigação nesse campo temático. A relação das mulheres com seu grupo familiar é uma dimensão que penso em explorar mais no futuro, bem como o aprofundamento da análise acerca das fronteiras etárias e de classe que tracei entre as entrevistadas. Contudo, o trabalho, ainda que de forma modesta, conseguiu produzir alguns dados e análises sobre como os relatos expressam a construção das identidades dessas mulheres, em um movimento marcado pela inserção social objetiva em determinados contextos, bem como por sua capacidade de subjetivar e dar significado às vivências. Nesse sentido, destacou-se a figura da mulher aposentada que, quer estando mais velha ou, ainda não idosa e recém-aposentada, busca reconstruir sua história com os recursos sócio-culturais que tem, recompondo, pois, sua trajetória de gênero e de classe. Ao trazer dados da trajetória dessas mulheres a partir de seus depoimentos, o trabalho contribui para a compreensão dessas próprias senhoras e de sua inserção na contemporaneidade, o que nos remete à aposentadoria e seu significado para a trabalhadora aposentada. Trata-se, a mulher aposentada, de uma figura muito pouco estudada em suas especificidades.

Nesse sentido, a pesquisa também apontou para a necessidade de uma política social de proteção ao aposentado que se preocupe com a fase de transição da vida ativa para o não-trabalho. Talvez esta pesquisa impulse ou mobilize, de alguma forma, a gestão municipal da cidade pesquisada a propor uma ação de proteção social ao aposentado nesse sentido, uma vez que, mesmo num contexto de mudanças e flexibilização das identidades, a aposentadoria continua sendo um momento de transição no curso da vida.

## REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Maria Helena Tenório de; BEHRING, Elaine R.(Org.). **Trabalho e Seguridade Social: percursos e dilemas**. 2 ed. São Paulo: Cortez. Rio de Janeiro: FSS/ UERJ, 2010.

ALVES, Andréa Moraes. *Mulheres, corpo e performace: a construção de novos sentidos para o envelhecimento entre mulheres de camadas médias urbanas*. In: Família e Gereções. Myriam Lins de Barros (organizadora). Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006. p. 67-106. (Família, Geração & Cultura)

ARENDT, Hannah. **A condição humana**. Tradução de Roberto Raposo, posfácio de Celso Lafer, 10 ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2009.

\_\_\_\_\_. **A promessa da política**. Organização e introdução de Jerome Kohn, tradução de Pedro Jorgensen Jr., 3 ed., Rio de Janeiro: DEFEL, 2010.

AZEVEDO, Eulália; GOMES, Márcia; MOTTA, Alda Britto (Organizadoras). **Reparando a falta: a dinâmica de gênero em perspectiva geracional**. Salvador: UFBA. Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre a mulher. 2005, 216p. (Coleção Baianas: 10)

BARROS, Myriam Lins de. O curso da vida e as relações intergeracionais. (s.d)

BEAUVOIR, Simone de. **A velhice**. Tradução de Maria Helena Franco Monteiro. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1990.

BEHRING, Elaine Rossetti e BOSCHETTI, Ivanete. **Política Social: fundamentos e história**. Capítulo V. São Paulo: Cortez, 2006, p. 147-190.

BEHRING, Elaine Rossetti; ALMEIDA, Maria Helena Tenório de. (Orgs.) **Trabalho e Seguridade Social: percursos e dilemas**. 2. Ed. São Paulo: Cortez. Rio de Janeiro: FSS/UERJ, 2010. P. 152-174.

BOURDIEU, Pierre. **Ofício de Sociólogo: metodologia da pesquisa na sociologia**. Pierre Bourdieu, Jean-Claude Chamboredon, Jean-Claude Passeron; Tradução de Guilherme João de Freitas Teixeira. 7ª ed. Petrópolis, Rj: Vozes, 2010.

\_\_\_\_\_. **A Economia das Trocas Simbólicas**. Introdução, organização e seleção de Sergio Miceli. 5ª ed. São Paulo: Editora Perspectiva, 2005.

\_\_\_\_\_. **O poder Simbólico**. Tradução de Fernando Tomaz (português de Portugal), 11ª ed. Rio de Janeiro: Bertard Brasil, 2007. 322p.

\_\_\_\_\_. **Razões Práticas: sobre a teoria da ação**. Tradução de Mariza Corrêa. Campinas, SP: Papyrus, 1996. p. 7-34.

BRAGA, Léa. CABRAL, Maria do Socorro Reis (Orgs.). **Serviço Social na Previdência: trajetórias, projetos profissionais e saberes**. São Paulo: Cortez, 2007. p. 117.

BRAVERMAN, Harry (1987). **Trabalho e capital monopolista: a degradação do trabalho no século XX**. Tradução de Nathanael C. Carneiro. Rio de Janeiro: Editora Guanabara, 1987, pp.49-60; pp.70-81.

CABRAL, Benedita Edine Lima. *Mulher e Velhice*. In: **Reparando a falta: a dinâmica de gênero em perspectiva geracional**. Alda Britto da Motta; Eulália Lima Azevedo e Márcia Gomes (Organizadoras). Salvador: UFBA/ Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre a mulher, 2005. p. 56-60. (Coleção Bahianas; 10)

CAMARANO, Ana Amélia; PAZINATO, Maria Teresa; KANSO, Solange; VIANNA, Caroline. A transição para a vida adulta: novos ou velhos desafios?. **Mercado de Trabalho: Conjuntura e Análise**.

COSTA, Alice Alcântara; ALVES, Ivya. (Orgs.) Ritos, mitos e fatos. Mulher e gênero na Bahia. Salvador: NEIM/UFBA, 1997, 206p. (Coleção Bahianas; 01).

COUTRIM, Rosa Maria da Exaltação. **A velhice invisível: o cotidiano de idosos que trabalham nas ruas de Belo Horizonte**. São Paulo: Annablume, 2010, p.49-69.

DEBERT, Guita Grin. **A reinvenção da velhice: socialização e processos de reprivatização do Envelhecimento**. 1 ed. 1. Reimpr. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo: Fapesp, 2004.

\_\_\_\_\_. **A reinvenção da velhice; socialização e processo de reprivatização do envelhecimento**. São Paulo: Edusp/Fapesp, 1999, p. 193-233.

\_\_\_\_\_. Envelhecimento e curso da vida. **Estudos Feministas** N. 1, 1997. p. 120-128.

DELGADO, Josimara Aparecida. **Memórias de velhos trabalhadores aposentados: estudo sobre geração, identidade e cultura**. Rio de Janeiro: UFRJ, 2007. Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, RJ, 2007.

FIGUEIRAS, L. (1997). “A desestruturação do mundo do Trabalho e o “mal estar” desse fim de século”. **Cadernos do CEAS** (171): 9-29.

FRANCO, Cassandra; BARROS, Francisco de Oliveira. A velhice feminina e a (re) construção da identidade da mulher idosa: aspectos teóricos.

FREITAS, Taís Viudes de; SILVEIRA, Naria Lúcia. **Trabalho, corpo e vida das mulheres: crítica a sociedade de mercado**. Sempreviva. Organização Feminista (SOF). São Paulo: SOF, 2007.

GOMES, Romeu. *Análise e interpretação de dados de pesquisa qualitativa*. In: **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade**. Suely Ferreira Deslandes, Romeu Gomes, Maria Cecília de Spuza Minayo (organizadora). 26. Ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007. p. 70-108.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Tradução Tomaz Tadeu da Silva, Guaracira Lopes Louro. 10 ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2005.

HAVEREN, Tamara K. Novas imagens do envelhecimento e a construção social do curso da vida. **Cadernos pagu** (13), 1999, p.11-35.

HARVEY, David. **Condição Pós-Moderna**. Tradução Adail Ubirajara Sobral e Maria Stela Gonçalves. 21ed. São Paulo: Loyola, 2011, p. 115-177.

HIRATA, Helena. Globalização e divisão sexual do trabalho. **Cadernos Pagu** (17/18), 2001/02: pp. 139-156.

IANNI, Octavio. **A era do globalismo**. 9ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. 256p.

IANNI, Octavio. **Pensamento Social no Brasil**. Bauru, SP: EDUSC, 2004, pp.103-121.

KOHLI, Martin. La présence de l'histoire. In : ATTIAS-DONFUT, Claudine (org.). **Les solidarités entre générations; vieillesse, familles, État**. Éditions Nathan, 1995.

KOSMINSKY, Ethel. *Pesquisas qualitativas – a utilização da técnica de histórias de vida e de depoimentos pessoais em sociologia*. Rev. **Ciência e Cultura** 38(1): 30-36, Janeiro, 1986.

LAVILLE, Christian; DIONNE, Jean. **A Construção do Saber: manual de metodologia da pesquisa em ciências humanas**. Tradução de Heloísa Monteiro e Francisco Settineri. Porto Alegre: Editora Artes Médicas Sul Ltda. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999.

LIMA, Lara Carvalho Vilela de; BUENO, Cléria Maria Lobo Brittar. Envelhecimento e gênero: a vulnerabilidade de idosas no Brasil. **Revista Saúde e Pesquisa**. V. 2, N. 2, Maio/Agosto, 2009, p. 273-289.

LIMA, Marta Maria Leone. *Magistério e a condição feminina*. In: **Ritos, mitos e fatos: mulher, gênero na Bahia**. Ana Alice Alcantara Costa, Ivya Alves (orgs.).Salvador: NEIM/UFBa, 1997. p. 121-134. (Coleção Bahianas; 01).

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista**. 11 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010, p. 88-109.

MANNHEIM, Karl. **Sociologia do Conhecimento**. Tradução de Mauro Gama e Ina Dutra. Rio de Janeiro: ZAHAR Editores, 1967.



MARX, K. ENGLÉS, F. Trabalho Assalariado e Capital. In: **Marx, Engels, Lenin**. São Paulo: Edições Sociais, 1978, v. 3, pp.60-82.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade**. Suely Deslandes, Romeu Gomes; Maria Cecília Minayo (Organizadora), 26 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.

MINTZ, Sidney W. . Encontrando Taso, me descobrindo. Dados, Revista de Ciências Sociais. Vol. 27, N. 1, 1984, p. 45-58.

MOTTA, Alda Britto da. A atualidade do conceito de gerações na perspectiva sobre o envelhecimento. **Revista Sociedade e Estado**. Volume 25. Número 2, Maio/Agosto de 2010. p.225-250.

\_\_\_\_\_. De Gerações, Afetos e Papéis na família. IV Encontro da Rede Brasileira de Estudos e Pesquisas Feministas – REDEFEM, Belo Horizonte, 2008. P. 2-23.

NOGUEIRA, Claudia Mazzei. *A feminização no mundo do trabalho: entre a emancipação e a precarização*. In: **O avesso do trabalho**. Ricardo Antunes e Maria Aparecida Moraes Silva (orgs.). 2 ed. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

OFFE, Claus. **Capitalismo Desorganizado: transformações contemporâneas do trabalho e da política**. Tradução de Wanda Caldeira Brant, Revisão da Tradução de Laura Teixeira Motta. São Paulo: Editora Brasiliense, 1989, pp.24-69.

PEREIRA, Lígia Maria Leite. Relatos orais em ciências sociais: limites e potencial. Rev. **Anál. & Conj.**, Belo Horizonte, V. 6, N. 3, Set/Dez, 1991, p. 109-127.

POCHMANN, Márcio. *Desempregados do Brasil*. In: **Riqueza e miséria do Trabalho no Brasil**. Ricardo Antunes (Organizador).São Paulo: Boitempo, 2006, p.59-73.

RODRIGUES, Lizete de Souza; SOARES, Geraldo Antonio. Velho, Idoso e Terceira Idade na sociedade contemporânea. **Revista Ágora**, Vitória, n. 4, 2006, p.1-29.

SABOIA, Viviam Aranha. As desigualdades de gênero na Previdência Social na França e no Brasil. **Caderno CRH**, Salvador. V. 19, N. 46, Jan/Abril, 2006, p. 123-131.

SIMÕES, Carlos. **Curso de Direito do Serviço Social**. São Paulo: Cortez, 2007. (Biblioteca Básica do Serviço Social, V.3)

SIMÕES, Júlio Assis. **Entre O Lobby e as Ruas: Movimento de Aposentados e Politização da Aposentadoria**. Campinas, SP, 2000. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) - Universidade Estadual de Campinas. Campinas, SP, 2000.

\_\_\_\_\_. Júlio Assis. Solidariedade intergeracional e reforma da Previdência. **Estudos Feministas**. N. 1, 1997, p. 169-181.

TEIXEIRA, Solange Maria. **Envelhecimento e Trabalho no tempo de capital**: implicações para a proteção social no Brasil. São Paulo: Cortes, 2008, p.265-299.

TRIGO, Maria Helena Bueno; BRIOSCHI, Lucila Reis. Relatos de vida em Ciência Sociais: considerações metodológicas. Rev. **Ciência e Cultura** 38(7): 631-637, Julho, 1987.

VASAPOLLO, Luciano. “O trabalho atípico e a precariedade: elemento estratégico determinante do capital no paradigma pós-fordista”. In: **Riqueza e miséria do Trabalho no Brasil**. Ricardo Antunes (Organizador). São Paulo: Boitempo, 2006, p.45-59.

**APÊNDICE A – Roteiro de Entrevista aplicado às professoras aposentadas.****Roteiro de Entrevista****I- Identificação:**

- Endereço:
- Idade:
- Estado Civil:
- Tempo de serviço:
- Tempo de Aposentadoria:
- Tipo de Aposentadoria:

**II- Histórico Sócio-familiar****a) Infância:**

- Quem era a sua família: pais e irmãos? Tios e primos? Avós?
- Quantas pessoas trabalhavam? Em que trabalhavam?
- Quem provia a família? (Pai?, mãe?, avó, avô?)
- Como se relacionavam as pessoas na família? (os filhos ajudavam os pais?, quem se ocupava com as crianças?)
- Tinham pessoas mais velhas em casa? (Eram aposentadas?)

**b) Vida adulta:**

- Como se deu a mudança na vida da família quando as crianças cresceram e se tornaram adultos?
- Os membros da família seguiram caminhos diferentes? (se seguiram a mesma profissão? Ou outras profissões ou atividades?)
- Você formou uma nova família?
- Quem compõe esta nova família? (marido? Esposa? filhos?, netos?, sobrinhos?)
- Quem é o provedor da família?
- Outros parentes participaram ou participam de alguma forma na sua família atual, seja com ajuda ou com conselhos?

- Quem são seus filhos e netos? (idade, profissão, estado civil, localidade)
- Quem reside atualmente com você?

### **III- Trabalho, condições de trabalho e vínculos**

- Quando sentiu interesse em ser professora? (Teve alguma influencia familiar? Ou de outras pessoas?)
- Quando começou a trabalhar? Foi inicialmente como professora? Ou desenvolveu outra atividade?
- Trabalhou em uma escola da zona urbana ou rural?
- Como você descreveria o cotidiano do trabalho? (rotinas, atividades, descansos)
- Qual era a carga horária semanal de trabalho?
- Como você conciliava a Carga Horária de trabalho com outras atividades, como família, lazer, doméstico, por exemplo?
- Trabalhou na mesma escola durante todos os anos de trabalho?
- Como era a relação com os alunos na escola em que trabalhava?
- Qual o sentimento que se apresentava ao lecionar?
- Sente falta do ambiente escolar?

### **IV- Aposentadoria**

- Como se deu a aposentadoria?
- Como se sentiu ao iniciar o processo de aposentadoria?
- Quando foi publicada a aposentadoria, o que sentiu? E o que fez no primeiro dia como aposentada?
- Como ficou a sua vida após a aposentadoria?
- O que você faz atualmente? (Trabalha?, em ambiente formal? Ou informal?)
- Se trabalhar atualmente, o que motivou tal situação?

- O que você diria sobre a aposentada que retorna ao trabalho? (você considera positivo ou negativo?)
- Após a aposentadoria, você diria que houve mudança na sua relação familiar? Ou na sua relação com os amigos?

## V- Velhice

- Você diria que se encontra neste momento atual? (Com a idade atual)
- Como é a sua vida hoje?
- Você contribui para a renda familiar? Como é composta esta renda familiar?
- Sua renda é suficiente para suprir as suas necessidades?
- Como você cuida da saúde?
- Consegue ter lazer, ou fazer alguma atividade de lazer?
- Tem alguma necessidade que não consegue satisfazer?
- Possui idoso na família, na mesma residência ou em alguma instituição?
- Que características positivas e negativas você ressaltaria sobre a etapa que está vivendo agora?
- Você diria que há diferenças entre homens e mulheres aposentadas e na mesma idade?
- Mantém os mesmos hábitos que tinha em outros momentos de sua vida? (Usar batom, ir ao salão, fazer as unhas, viajar, praticar atividades culturais, físicas, dança, sair).
- Participa de algum grupo da terceira idade na cidade? Por quê?
- Participa de alguma atividade cultural, de lazer, desenvolvida na cidade? (Qual atividade?)

**APÊNDICE B – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido****TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO**

Nome da Aposentada: \_\_\_\_\_

Você está sendo convidada a participar voluntariamente de uma pesquisa cujo tema é: Aposentadoria, Trabalho e Envelhecimento: um estudo com as aposentadas do Regime Próprio de Previdência Social de Feira de Santana, Bahia. Essa pesquisa faz parte de minhas atividades como discente no Mestrado em Políticas Sociais e Cidadania da Universidade Católica do Salvador (UCSal).

O objetivo desta pesquisa é analisar o significado da aposentadoria e a vivência dessa etapa para as mulheres aposentadas do Regime Próprio de Previdência Social (RPPS). Sendo assim, será realizada uma pesquisa na qual será de extrema importância a realização de entrevistas com as mulheres aposentadas do RPPS.

Esse trabalho não trará nenhum risco e prejuízo a você, uma vez que será realizada apenas uma entrevista, na qual a sua participação é voluntária e as informações fornecidas serão de uso exclusivo da pesquisa em questão, bem como seu nome não será identificado, garantindo o anonimato. Você é livre para recusar responder qualquer informação que julgue confidencial e poderá solicitar outros esclarecimentos a respeito da pesquisa a qualquer momento, podendo desistir quando desejar de participar da entrevista.

Pela sua participação, não receberá qualquer valor em dinheiro ou gratificação, e todas as despesas necessárias para a realização da pesquisa, não serão de responsabilidade. Essa pesquisa terá como benefício coletar dados para identificar perfil social das aposentadas, compreender o processo de aposentadoria e envelhecimento das mulheres do RPPS, como também analisar o significado social dado ao trabalho e a aposentadoria nesta nova etapa da vida.

Coloco-me a disposição para qualquer informação adicional, através do e-mail: [crisvillaflor@yahoo.com.br](mailto:crisvillaflor@yahoo.com.br), pesquisadora responsável: Cristiane Silva Villa Flor, Assistente Social, ou com a minha orientadora Josimara Delgado através do e-mail: [josimaradelgado@gmail.com](mailto:josimaradelgado@gmail.com)

**Consentimento pós-informação:**

Eu, \_\_\_\_\_, portador do RG:  
\_\_\_\_\_, CPF: \_\_\_\_\_, considero-me devidamente informada sobre o conteúdo deste termo e da pesquisa a ser desenvolvida e expesso meu consentimento para inclusão como participante da pesquisa, bem como para a gravação das entrevistas e posterior transcrição dos dados.

---

**Assinatura do participante**

---

**Assinatura da pesquisadora responsável**

**Feira de Santana, \_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_**